

PROJETO: REDE URBANA DO BRASIL E DA AMÉRICA DO SUL  
PESQUISA: DINÂMICA URBANA DOS ESTADOS

# RELATÓRIO I

Revisão da literatura referente a estudos  
regionais e urbanos recentes

Agosto 2009  
Vitória - E.S.

1501059  
343/2009



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>1) RESUMO INFORMATIVO DOS ESTUDOS BÁSICOS</b> .....	<b>6</b>
TEXTO 1 - IPEA / UNICAMP / IBGE (2002) Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, Brasília. ....	10
TEXTO 2 - CEDEPLAR / UFMG (2007). Proposta de Regionalização do Brasil. Coordenação de Clélio Campolina Diniz.....	28
TEXTO 3 - IBGE (2008). Regiões de influência das cidades 2007 (REGIC), Rio de Janeiro.....	41
<b>1.1) CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ESTUDOS BÁSICOS</b> .....	<b>71</b>
<b>2) RESUMO INFORMATIVO DOS ESTUDOS ESPECÍFICOS</b> .....	<b>74</b>
1. Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 .....	74
2. Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Espírito Santo 2025 .....	77
3. Notas sobre a dinâmica sócio-econômica e territorial recente no Espírito Santo .....	80
4. Regionalização e orçamento participativo no Espírito Santo: principais aspectos .....	82
5. Território, Infra-estrutura e Metropolização: os novos significados urbanos da cidade-região de Vitória – ES .....	85
6. Política industrial e localização dos investimentos: o caso do Espírito Santo .....	89
7. Microrregiões Administrativas de Gestão: diagnósticos sintéticos em vista da elaboração do Plano Plurianual (PPA).....	92
8. Territorialidades em conflito na construção do espaço agrário capixaba. O desenvolvimento em questão.....	95
9. Programa Rodoviário do Espírito Santo II.....	99
10. Região Litoral Sul: indicativos para o desenvolvimento.....	103
11. Integração e Dinâmica Regional: o caso capixaba (1960-2000).....	106
12. A Integração do Mercado Nacional e a Dinâmica Industrial Capixaba.....	108
13. O café e a urbanização no Espírito Santo. Aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar.....	110
14. Desigualdades Regionais no Espírito Santo: Perspectivas da nova fronteira de exploração petrolífera.....	112
15. Arranjos produtivos .....	114
<b>3) RELAÇÃO DE ESTUDOS EXISTENTES NÃO RESENHADOS</b> .....	<b>115</b>
1. Grande Vitória: crescimento e metropolização .....	115
2. RMGV: dinâmica urbana na década de 90.....	115
3. Verticalização e Reestruturação na RMGV 1990-2002.....	116
4. RMGV: Sistema gestor e informações básicas .....	116
5. Perfil Regional RMGV.....	116

6. Pesquisa de origem e destino RMGV .....	117
7. Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo .....	117
8. Dinâmica Recente da Economia Capixaba .....	117
9. Programa de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI).....	118
10. Elementos para os Diagnósticos Municipais.....	119
11. Déficit Habitacional nos Municípios do Estado do Espírito Santo – 2009.....	119
12. Atlas Eólico: Espírito Santo .....	120
13. Informações Básicas e Caracterização Sócio-econômica da Região Norte do Espírito Santo.....	120
14. A Formação Econômica do Espírito Santo.....	120
15. A Formação da Centralidade de Colatina .....	121
16. Industrialização e Empobrecimento Urbano. O caso da Grande Vitória .....	121
17. A Descentralização e Desdobramento do Núcleo Central de Negócios na Cidade Capitalista: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto, na Grande Vitória-ES .....	121
18. O Pólo de Tubarão e a Expansão Periférica da Aglomeração de Vitória - Espírito Santo – Brasil.....	122
19. Estatísticas dos Movimentos Migratórios Estado do Espírito Santo 1995- 2000 ....	122
20. Investimentos Previstos 2008/2013 .....	123
21. Panorama Econômico Espírito Santo-2009 .....	123
22. O capitalismo se apropria do espaço: a construção civil em Vitória.....	123
23. Os impactos dos royalties do petróleo na economia e nas finanças públicas do Espírito Santo e de seus municípios.....	124
24. Fundap – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias .....	124
25. Finanças dos municípios capixabas.....	125
26. Invest-ES .....	125
27. Na mão da história: A CST na siderurgia nacional.....	126
28. Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento. ....	126
29. A dinâmica cafeeira e a constituição da indústria no Espírito Santo.....	126
30. Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985.....	127
31. Primeira conferência estadual das cidades .....	127
32. PETROBRAS – Plano Estratégico .....	128
33. Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (PEDEAG 2025) .	128
34. O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação.....	129

**EQUIPE:**

Adilson Pereira de Oliveira (bolsista IPEA)

Caroline Jabour de França (coordenadora)

Lorena Zardo Trindade (IJSN)

Natalia Zago Sena (bolsista IPEA)

Regiany Diório da Conceição (estagiária)

Viviane Mozine Rodrigues (bolsista IPEA)

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório apresenta a primeira parte da pesquisa "Dinâmica Urbana dos Estados". Para a elaboração deste relatório a equipe do Instituto Jones dos Santos Neves dividiu o trabalho em duas etapas principais. Na primeira etapa foi realizada a revisão bibliográfica de três textos<sup>1</sup>, considerados básico e utilizados como referência para o trabalho.

Para o desenvolvimento desta etapa, cada um dos referidos textos foi lido e resenhado por um dos bolsistas. No dia 24 de junho de 2009, para auxiliar na discussão e na melhor compreensão dos textos foi realizada uma apresentação em forma de seminário interno aberto a técnicos da área interessados no tema. Nesta ocasião foi possível debater sobre os documentos e levantar algumas considerações relevantes sobre a metodologia e as contribuições ligadas ao Espírito Santo.

Na segunda etapa do trabalho foram levantados estudos relevantes para a pesquisa, realizados no Espírito Santo ou sobre o Estado. Muitos dos estudos levantados são anteriores ao período considerado no trabalho. Os estudos resenhados e fichados foram divididos pela equipe considerando a formação e perfil de cada pesquisador.

Grande parte da literatura identificada é formada por textos acadêmicos e relatórios produzidos pelos órgãos de Planejamento.

Das questões sugeridas pelo IPEA as mais recorrentes encontradas na literatura levantadas são: urbanização e território; metropolização e aglomeração urbana; dinâmica urbana e regional; organização do território; e dinâmica econômica da agricultura, pecuária e atividades extrativas. Também foi encontrado material sobre Pólos dinâmicos e Arranjos Produtivos Locais. Encontrou-se dificuldade no levantamento de material sobre sistema e redes de cidades; e migração e novas tendências de distribuição da população. Quanto a este último, acreditamos ser apenas fruto de uma defasagem de estudos analíticos sobre o tema, quanto ao primeiro, há uma negligência dos pesquisadores capixabas a respeito do tema.

---

<sup>1</sup> Os estudos básicos são: i) IPEA / UNICAMP / IBGE (2002). **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**, Brasília.; ii) CEDEPLAR / UFMG (2007). **Proposta de Regionalização do Brasil**. Coordenação de Clélio Campolina Diniz (Módulo 3 do "Estudo para Subsidiar a Abordagem da Dimensão Territorial do Desenvolvimento Nacional no PPA 2008-2011 e no Planejamento Governamental de Longo Prazo", encomendado pelo MPOG ao CGEE); iii) IBGE (2008). **Regiões de Influência das cidades 2007** (REGIC), Rio de Janeiro.

## 1) RESUMO INFORMATIVO DOS ESTUDOS BÁSICOS

O presente relatório faz parte da ETAPA 1 do Projeto Rede Urbana do Brasil e da América do Sul, Pesquisa Dinâmica Urbana dos estados, e tem por objetivo a elaboração da revisão bibliográfica de três textos,<sup>2</sup> considerados básico e utilizados como referência para o trabalho.

Para o desenvolvimento desta etapa, cada um dos referidos textos foi lido e resenhado por um dos bolsistas. Para auxiliar na discussão e na melhor compreensão dos textos foi realizada, no dia 24 de junho de 2009, uma apresentação em forma de seminário interno aberto a técnicos da área interessados no tema, quando foi possível debater os documentos e levantar algumas considerações relevantes sobre contribuições ligadas ao Espírito Santo.

O primeiro texto analisado (TEXTO 1),<sup>3</sup> intitulado *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*, foi desenvolvido pelo IPEA, UNICAMP e IBGE e publicado em 2002. O trabalho teve como objetivo analisar a configuração e as tendências de desenvolvimento da rede urbana no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, assim como as transformações demográficas, espaciais e funcionais das cidades brasileiras. Buscou auxiliar a definição das estratégias de intervenção da política pública urbana nacional e dar subsídios para as políticas setoriais e territoriais.

As principais questões colocadas pelo texto giram em torno das seguintes perguntas: Qual seria o impacto do processo de desconcentração produtiva para o desenho do sistema urbano brasileiro? Há características novas, em curso, que explicitem impactos territoriais distintos e espacialidades novas, como parece sugerir a hipótese de fragmentação do território?

---

<sup>2</sup> Os estudos básicos são: i) IPEA / UNICAMP / IBGE (2002). *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, Brasília.; ii) CEDEPLAR / UFMG (2007). *Proposta de Regionalização do Brasil*. Coordenação de Clélio Campolina Diniz (Módulo 3 do *Estudo para Subsidiar a Abordagem da Dimensão Territorial do Desenvolvimento Nacional no PPA 2008-2011 e no Planejamento Governamental de Longo Prazo*, encomendado pelo MPOG ao CGEE); iii) IBGE (2008). *Regiões de Influência das cidades 2007* (REGIC), Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Analisado pelo bolsista Adilson Pereira de Oliveira.

As três vertentes principais do estudo foram os processos econômicos gerais, e baseiam a estruturação e desenvolvimento da rede urbana nacional; os processos econômicos regionais e sua influência na configuração e tendências da rede de cidades das distintas macrorregiões brasileiras; e as manifestações tipológicas da rede urbana (tamanho, função e forma urbana), tanto nacionalmente quanto regionalmente.

O trabalho aponta algumas questões relevantes, como a dificuldade de entender um território apenas por seus limites político-administrativos, estes não são mais suficientes para a compreensão da dinâmica dos centros urbanos. As aglomerações devem ser entendidas como manchas que envolvem dois ou mais municípios, apresentando um fluxo de relações intermunicipais de comutação diária, complementaridade funcional e integração socioeconômica.

Nos documentos produzidos regionalmente foram contempladas as tendências da dinâmica regional, no intuito de compreender as características da urbanização. A escala trabalhada no estudo foi a da mesorregião, que apresenta as vantagens de facilitar a implementação das tabulações necessárias, homogeneizar os critérios adotados regionalmente, além de ser uma divisão territorial oficial. Em alguns aglomerados e metrópoles foi necessária uma divisão territorial específica.

Outra questão importante levantada no trabalho refere-se ao peso dado ao *componente histórico* na formação da rede urbana brasileira, com todas as suas dimensões estruturais, superando qualquer viés *conjunturalista* que atribua mudanças radicais no desenho urbano a fenômenos recentes.

O texto contribui ainda com algumas reflexões sobre homogeneidade e polarização. Afirma que se deve repensar os critérios empregados na regionalização do território brasileiro, que até então se centraram nos fatores de homogeneidade interna. Os processos atuais, em que a extensão da infraestrutura e do comércio regional levaram a uma articulação intra e inter-regional, exigem uma maior complexidade nesses critérios.

O segundo texto (TEXTO 2), analisado pela bolsista Viviane Mozine Rodrigues, refere-se à *Proposta de Regionalização do Brasil*. Foi elaborado pelo CEDEPLAR/UFMG em 2007. Nesse estudo propõe-se uma nova regionalização do País como base para o diagnóstico, planejamento e implementação de políticas públicas.

Os critérios teóricos do trabalho se fundamentam em literatura mundialmente consagrada (*Boudeville, Chirstaller, Lösch, Jacobs e Perroux*). Parte-se da constatação de que as cidades, seus equipamentos e sua rede de infraestrutura, especialmente no que diz respeito ao transporte, estabelecem as forças polarizadoras que articulam e comandam o território. Essa “capacidade de comando” depende do maior ou menor tamanho da cidade, da natureza de sua base produtiva, de sua localização e da infraestrutura de acessibilidade existente.

No texto enfatiza-se a importância de se considerar a dimensão ambiental para a definição de limites e oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico. Considera importante que se faça a distinção entre espaço natural, espaço transformado e espaço social nos processos de regionalização. Ao se incorporar a questão ambiental nesses estudos, torna-se mais fácil compreender as transformações do espaço social e suas implicações para a dinâmica do uso dos recursos naturais.

Algumas questões são levantadas sobre a homogeneidade e a polarização. Para os autores a *homogeneidade* permite caracterizar as diferenças nos níveis de desenvolvimento econômico e social no território e das respectivas desigualdades ou homogeneidades. Porém, não serve como instrumento de intervenção no território. Enquanto a *polarização* parte da constatação de que as cidades, seus equipamentos e a rede de infraestrutura, especialmente transporte, estabelecem as forças polarizadoras, articulando e comandando o território. Devem ser utilizadas como instrumento de intervenção. Conclui-se que do contraste entre o recorte da homogeneidade e da polarização devem derivar os critérios de intervenção no território.

O último documento (TEXTO 3), analisado pela bolsista Natalia Zago Sena, intitula-se *Caracterização e tendências de rede urbana do Brasil de 2002, o REGIC – 2007*, e foi elaborado com o objetivo de estudar a configuração das redes urbanas no Brasil, investigando as relações e a hierarquia existentes entre os distintos espaços urbanos brasileiros. O estudo buscou dar subsídios ao planejamento estatal na tomada de decisões quanto a investimentos e localização de atividades econômicas de produção, de consumo privado e coletivo, com o objetivo de prover ferramentas para a caracterização das relações sociais e conhecimento das formas como essas relações se organizam no espaço urbano atual.



A orientação do estudo levou em consideração que as relações entre os centros da rede urbana nem sempre são hierárquicas, senão muitas vezes horizontais, de complementaridade e cooperação. Considerou também que os nós da rede urbana são os centros de gestão do território, caracterizados pela presença e diversidade de órgãos públicos ou privados onde se tomam decisões que afetam direta ou indiretamente um dado espaço.

O REGIC 2007 retoma a metodologia dos primeiros estudos do IBGE sobre a rede urbana brasileira, partindo da definição dos centros urbanos para posteriormente delimitar suas regiões de influência e, a seguir, hierarquizá-los. Outro ponto importante a ser enfatizado é que o estudo privilegia a função de gestão do território.

A seguir serão apresentados os três textos analisados, dando ênfase à metodologia, aos indicadores utilizados para definir e hierarquizar os centros urbanos e aos resultados encontrados referentes ao Estado do Espírito Santo.

## **TEXTO 1 - IPEA / UNICAMP / IBGE (2002) Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, Brasília.**

*Relatório: Adilson Pereira de Oliveira Junior*

### **APRESENTAÇÃO**

Com o objetivo de analisar a configuração e as tendências de desenvolvimento da rede urbana no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, assim como as transformações demográficas, espaciais e funcionais das cidades brasileiras, o estudo *"Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil"* buscou auxiliar a definição das estratégias de intervenção da política pública urbana nacional e dar subsídios para as políticas setoriais e territoriais.

O estudo define a rede urbana enquanto "conjunto das cidades que polarizam o território brasileiro e os fluxos de bens, pessoas e serviços que se estabelecem entre elas. Em uma visão simplificada, é formada por centros, com dimensões variadas, que estabelecem relações dinâmicas entre si como campos de forças de diferentes magnitudes".

Três foram as vertentes do estudo: uma levando em consideração os processos econômicos gerais e que baseiam a estruturação e desenvolvimento da rede urbana nacional; uma segunda considerando os processos econômicos regionais e sua influência na configuração e tendências da rede de cidades das distintas macrorregiões brasileiras; uma terceira referente a como se manifesta tipologicamente a rede urbana – tamanho, função e forma urbana – tanto nacionalmente quanto regionalmente.

O estudo aponta que se estruturou no País, por razões históricas, uma rede dispersas de cidades. O processo de desconcentração da economia nacional a partir da década de 1970 complexificou a integração da rede urbana brasileira, seja pela ampliação e diversificação das funções desempenhadas pelos centros urbanos, seja pela ampliação das demandas de articulação e integração entre eles. Antigas *periferias econômicas* nacionais e centros periféricos apresentaram crescimento demográfico mais elevado, espalhando a urbanização, assim como novas aglomerações urbanas surgiram ou aumentaram seu papel na rede urbana nacional.

Dois movimentos se destacam nesse processo. Por um lado, regiões metropolitanas fora do eixo Rio-São Paulo passam a ocupar um papel cada vez mais relevante na economia nacional, cabendo destaque a Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Fortaleza e Salvador. Por outro, há uma interiorização do maior centro urbano brasileiro, São Paulo. No entanto,

deve-se relativizar o que alguns autores chamam de desindustrialização das grandes metrópoles. Há, de um lado, uma fragmentação cada vez maior das atividades industriais, fruto de estratégias concorrenciais contemporâneas. A busca dos *hinterlands* ocorre, portanto, apenas em alguns setores da atividade industrial. As instâncias de decisão das grandes empresas, assim como seus setores de pesquisa e desenvolvimento, e as etapas mais refinadas do processo produtivo se mantêm nas grandes aglomerações. Além disso, o aumento da produtividade, fruto dessas mesmas estratégias de descentralização, tem realçado o papel do setor terciário nesses aglomerados, principalmente do terciário qualificado. As transformações advindas com a revolução tecnológica, principalmente nas áreas de telecomunicações e transportes, e a generalização de equipamentos e serviços, antes restritos aos grandes centros urbanos, trouxeram mudanças na organização das redes urbanas. Se, por um lado, mantém-se o antigo padrão verticalizado centro-periferia, por outro, intensificam-se as relações horizontalizadas entre as cidades, levando as aglomerações de menor porte a produzir estratégias diferenciadas de relação com os centros mais importantes.

Além disso, a nova dinâmica da agricultura a partir da década de 1960, com a industrialização da agricultura e a internalização do setor produtor de meios de produção, ajuda a entender a interiorização do fenômeno urbano. Nesse processo, também se intensifica a concentração fundiária no campo, à exceção de um curto espaço de tempo no início da década de 80, quando, segundo o documento, houve uma relativa desconcentração da propriedade fundiária. No entanto, o próprio estudo aponta que isso não significa que tal fenômeno tenha sido resultado de uma diminuição da desigualdade, mas de uma precarização ainda maior das relações de trabalho, com crescimento da mão-de-obra familiar não remunerada, das relações de parceria, do arrendamento e do assalariamento temporário. Por outro lado, muitas das novas áreas ocupadas no campo, devido à crescente mecanização, geraram aumento de produtividade sem que isso, todavia, redundasse em criação de emprego, o que lhes deu uma menor relação com a atividade agropecuária, com caráter tipicamente urbano. Ademais, uma série de novas ocupações e atividades não agrícolas passam a surgir no campo, tais como clubes de pesca, hotéis-fazenda, parques aquáticos e temáticos, sítios de recreio etc.

A população marginalizada desse processo de modernização também aumentou vertiginosamente nos médios e nos grandes centros urbanos, o que expressa o outro lado do atual ciclo de acumulação. Deste modo, pode-se afirmar que a rede urbana no Brasil está ainda em construção intra e inter-regionalmente, apresentando áreas com concentração de riqueza dotadas de modernos serviços, equipamentos e infraestrutura e

integradas a circuitos globalizados de acumulação, e áreas com concentração de pobreza, excluídas de todo esse processo.

Diante desse quadro, algumas questões surgem e servem de baliza para o estudo: Qual seria o impacto do processo de desconcentração produtiva para o desenho do sistema urbano brasileiro? Há características novas, em curso, que explicitem impactos territoriais distintos e espacialidades novas, como parece sugerir a hipótese de fragmentação do território?

### **ESTUDOS BÁSICOS DE REFERÊNCIA**

Além dos estudos do consultor Cláudio Egler sobre a dinâmica e a configuração atual da rede urbana – que permeia todo o trabalho –, a pesquisa se baseou nos seguintes trabalhos conduzidos pelo IBGE: Regiões de Influência das Cidades (REGIC 1993); Aglomerações Urbanas para Fins Estatísticos; Tipologia dos Municípios Brasileiros (1991).

De forma sucinta, o REGIC 1993 se baseou na teoria dos Lugares Centrais de Walter Christaller, de 1933, para definir níveis de centralidade a partir dos tipos e quantidades de funções desempenhadas pelas municipalidades. Assim, a oferta de bens e serviços ficaria determinada: pelo raio de alcance espacial máximo desses em relação à população envolvente; e pelo raio de alcance espacial mínimo que propiciasse um número mínimo de consumidores. Ambos seriam determinados pela frequência de consumo desses bens e serviços, sendo os mais consumidos localizados de modo mais espalhado na rede de cidades, e os de consumo mais raro, localizados em um menor número de centros, geralmente distantes entre si. Assim, os grandes deslocamentos só seriam viáveis economicamente para os itens de consumo mais raro.

O REGIC 1993 selecionou 46 funções centrais, sendo 14 de baixa complexidade, 30 de complexidade média a elevada e duas relacionadas a serviços de informação. A partir do cruzamento dessas informações chegou-se à seguinte classificação: 9 cidades com nível de centralidade *máximo* (padrão metropolitano); 24 cidades com nível de centralidade  *muito forte* (padrão predominantemente submetropolitano); 35 cidades com nível de centralidade *forte* (padrão predominantemente de capital regional); 108 cidades com nível de centralidade *forte para médio* (padrão predominantemente de centro sub-regional); 141 cidades com nível de centralidade *médio* (padrão tendendo a centro sub-regional); 195 cidades com nível de centralidade *médio para fraco* (padrão predominantemente de centro de zona ou centro local); 250 cidades com nível de centralidade *fraco* (padrão tendendo a centro de zona ou centro local); e 3.733 cidades com nível de centralidade *muito fraco* (padrão municípios subordinados).

A partir do trabalho *Aglomerações urbanas para fins estatísticos* definiu-se aglomeração urbana como grandes áreas urbanas contínuas, englobando diferentes núcleos. As aglomerações urbanas não metropolitanas podem ser do tipo resultante da expansão de um ou mais núcleos centrais ou sítio geográfico contínuos, ou aquelas formadas por municípios que, apesar da contiguidade advinda da integração e complementaridade de suas funções urbanas, não são contínuos. Dependendo da escala do processo de urbanização, essas aglomerações podem ser identificadas em diferentes estágios.

Já os conjuntos metropolitanos podem ser definidos pela integração econômica e social de alguns municípios a uma metrópole de modo que dividam com ela uma estrutura de ocupação e uma forma singular de organização do espaço.

Quanto ao núcleo central da aglomeração, o critério utilizado diz respeito ao tamanho da população. Para áreas metropolitanas, o município central deve ter no mínimo 800 mil habitantes. Nas aglomerações urbanas não metropolitanas decorrentes da expansão de um núcleo central, este deve ter no mínimo 200 mil habitantes, enquanto naquelas decorrentes da expansão de dois ou mais núcleos, estes devem ter ao menos 150 mil habitantes. Quanto aos municípios do entorno, os critérios utilizados são que devem ter ao menos uma taxa de 60 habitantes por quilômetro quadrado e 65% da População Economicamente Ativa nos setores secundário e terciário. Como não havia dados referentes ao movimento pendular da população entre os municípios da aglomeração, o grau de integração entre os municípios da aglomeração não pôde ser medido. Entretanto, utilizou-se na publicação aqui analisada, enquanto substituto a essa ausência, os dados relativos à infraestrutura de transporte urbano, assim como a regularidade e frequência do transporte coletivo intermunicipal.

Os indicadores utilizados no estudo *Tipologia dos municípios brasileiros (1991)* foram a dimensão demográfica, a dimensão econômica e o grau de urbanização.

A dimensão demográfica discriminou os municípios tanto em termos produtivos como de consumo, tendo sido identificados três grandes grupos populacionais: *municípios de grandes dimensões demográficas*, com mais de 250 mil habitantes (A, B e C); *municípios com médias dimensões demográficas*, entre 50 e 250 mil habitantes (D, E e F); e *municípios com pequenas dimensões demográficas*, com menos de 50 mil habitantes (G, H e I).

Com relação à dimensão econômica, foi investigada a ocupação da População Economicamente Ativa, sendo três os grandes grupos de atividades: agropecuárias, industriais e terciárias. A classificação se deu do seguinte modo: *dominante*, quando o primário (1), secundário (2) ou terciário (3) ocupam 60% ou mais da PEA; *equilibrada*,

média (4), quando cada um dos setores compreende entre 25 e 40% da PEA; e *complexa*, baixa (5), quando um dos setores é inferior a 25% e nenhum dos demais é superior a 60% da PEA.

Finalmente, quanto ao grau de urbanização, as cidades foram classificadas da seguinte maneira: *muito forte* (A), com grau de urbanização superior a 75%; *forte* (B), com grau de urbanização entre 50 e 75%; *moderado* (C), com grau de urbanização entre 25 e 50%; e *fraco* (D), com grau de urbanização inferior a 25%.

A partir do cruzamento entre essas matrizes, foi possível classificar os municípios brasileiros, chegando-se a três grandes conjuntos: municípios urbanos, municípios em transição para o urbano e municípios rurais.

## **METODOLOGIA**

Para entender como o aumento da heterogeneidade econômica e social interna às regiões influenciou em suas dinâmicas espaciais e como o processo de integração produtiva tem sido gradativamente contraposto a uma fragmentação do território, o estudo teve que considerar quatro questões/hipóteses:

- *Novos e velhos padrões*: durante décadas prevaleceu um arranjo fundado na complementaridade das estruturas produtivas inter-regionais integradas ao mercado nacional e com funções e recortes claros. Sem que esse padrão já tenha desaparecido, surge um novo, no qual emergem elementos de dinamismo do comércio externo e de relocação das atividades produtivas, no qual passa a haver uma convergência de renda entre as regiões e aumento das desigualdades intrarregionais;
- *Homogeneidade, hierarquia e polarização*: a partir dessa transformação, deve-se repensar os critérios empregados na regionalização do território brasileiro, que até então se centraram nos fatores de homogeneidade interna. Os processos atuais, em que a extensão da infraestrutura e do comércio regional levaram a uma articulação intra e inter-regional não vistas antes, exigem uma maior complexidade nesses critérios;
- *Novas espacialidades*: dado o surgimento de novas espacialidades, torna-se necessário o desenvolvimento de novas categorias analíticas para entender a territorialização no Brasil. Enquanto exemplo dessas novas problemáticas, podem-se destacar os estudos de periferia *versus* núcleos, aglomerações, fronteiras

internas, polos dinâmicos, novos espaços rurais, ecossistemas, novas centralidades e cidades globais;

- *Integração social e mobilidade espacial da população*: novos padrões de mobilidade da população brasileira passam a caracterizar a dinâmica de relações territoriais. Se antes o mais característico era o movimento migratório das regiões mais carentes, principalmente Minas Gerais e Nordeste, em direção às metrópoles nacionais do Sudeste, atualmente esse fenômeno se complexificou. Agora o mais evidente é o movimento interno de curta distância das populações das distintas regiões em direção a cidades médias. Há inclusive um movimento migratório de retorno das metrópoles às regiões de origem.

O mais clássico recurso de análise das mudanças da estrutura da rede urbana é o exame do *perfil da rede urbana segundo a distribuição por classe de tamanho* da população. O trabalho aponta que, para interpretar seus dados, deve-se fazer antes de tudo uma *compatibilização dos desmembramentos municipais* visando a uma organização dos dados a partir de estruturas territoriais comparáveis. Enquanto recurso analítico, duas questões devem ser consideradas: a *natureza do corte por tamanho*, incluindo a definição de metrópole e aglomerados urbanos; e a população considerada na *definição de tamanho* (população total, urbana, município-sede). A princípio definiu-se metrópole como as 15 regiões metropolitanas (204 municípios), estabelecendo o corte por tamanho a partir do total da população e da população urbana.

Metodologicamente, não há complexidade em definir as classes de tamanho. A capacidade de discriminar cidades de porte pequeno e médio em um subsistema de cidades depende da discriminação de suas funções na rede urbana regional e da capacidade explicativa desta. Já em relação aos aglomerados e metrópoles, a definição deve refletir os conceitos adotados. Ambas as definições pressupõem uma intensidade de fluxos populacionais e econômicos entre municipalidades, sendo que a metrópole deve ter uma escala mínima de centralidade e de diferenciação econômica, principalmente no setor de serviços. Deve-se, portanto, realizar uma investigação mais detalhada a respeito dos arranjos territoriais e investigações que complementem as informações sobre os fluxos.

Utilizando-se de um conjunto de critérios e procedimentos que buscou articular tipologias ocupacionais, funcionais e de tamanho dos centros urbanos e a forma urbana assumida, a configuração da Rede Urbana Brasileira foi realizada em quatro fases:

- **Estudos Regionais**, no qual os centros urbanos foram qualificados e classificados a partir da utilização de critérios e indicadores diversos;

- **Classificação da Rede Urbana**, que agregou outros indicadores que possibilitassem a hierarquização da rede urbana identificando: o grau de importância dos centros urbanos como centro de decisão; a presença dos centros urbanos de setores econômicos diferenciados e com elevado nível de articulação inter e intrasetorial; a escala de urbanização; a complexidade e diversificação da economia urbana; e o grau de diversificação do setor terciário;
- **Sistemas Urbano-regionais**, que tratou da organização dos sistemas territoriais a partir das metrópoles e centros regionais que possuem um encadeamento funcional entre os diversos níveis de influência, tanto recíproco (cidades do mesmo nível), como hierárquico (cidade de níveis diferentes). Esses sistemas foram identificados a partir de estudo de sua dinâmica espacial (fluxo de pessoas, mercadorias e informações), de modo que se pudesse processar uma articulação entre os conjuntos, uma contiguidade espacial e uma dependência funcional;
- **Quadro de Composição das Aglomerações Urbanas do Brasil**, que partiu da concepção de que os limites político-administrativos não são mais suficientes para o entendimento da dinâmica dos centros urbanos. Tais aglomerações devem ser entendidas como manchas que envolvem dois ou mais municípios, apresentando um fluxo de relações intermunicipais de comutação diária, complementaridade funcional e integração socioeconômica.



Nessas distintas fases foram utilizados os seguintes indicadores para classificação da Rede Urbana:

Fase I – Classificação dos centros urbanos:

- Posição no REGIC;
- Porcentagem da PEA urbana;
- Total da população em 1980, 1991 e 1996;
- Taxa de crescimento populacional 1991-1996;
- Porcentagem de acréscimo populacional 1980-1991 e 1991-1996;
- Densidade demográfica 1996;
- Análise dos agrupamentos urbanos.

Fase II – Quadro de classificação da rede urbana:

- Posição no REGIC;
- Localização das sedes da 500 maiores empresas nacionais;
- Nº de passageiros e volume de carga nos aeroportos;
- Localização das agências bancárias;
- Taxa de urbanização 1996;
- Taxa de crescimento populacional 1991-1996;
- Densidade populacional 1991-1996;
- PEA urbana;
- Estrutura ocupacional.

Fase III – Estrutura urbana e sistemas urbano regionais:

- Identificação dos espaços territoriais de influência dos centros urbanos;
- Identificação dos sistemas urbano-regionais;
- Diferenciação das estruturas urbanas segundo ritmo de urbanização, adensamento da rede e complementaridade entre os núcleos.

Fase IV – Tipologia da forma urbana:

- Identificação de conurbação;
- Identificação das discontinuidades urbanas;
- Porte populacional dos centros em 1991-1996;
- Densidade populacional 1991;
- Taxa de crescimento do núcleo e da periferia em 1980-1991 e 1991-1996;
- Indicadores de peculiaridades regionais.

A partir dessa classificação, foi montado o Quadro de Composição das Aglomerações Urbanas no Brasil. Na primeira fase, estudos regionais, foi utilizada a seguinte linha de análise:

- **Caracterização da economia regional:** investigada a partir das mudanças nas bases produtivas regionais e dos impactos da trajetória econômica e das mudanças espaciais sobre a estruturação da rede urbana, com seus desdobramentos, apresentando as áreas dinâmicas e estagnadas e as tendências de evolução;
- **Caracterização da rede urbana regional:** identificando as mudanças na conformação urbana no período, articulando-as com as principais tendências de desenvolvimento econômico regional e classificando a rede urbana regional a partir de categorias que descrevam o perfil da rede, caracterizem as funções de seus principais centros e qualifiquem a urbanização;
- **Mudanças econômicas e impactos sobre a rede urbana:** analisados a partir das principais tendências da dinâmica regional com os desdobramentos espaciais decorrentes do desempenho econômico recente, enfatizando as novas espacialidades/territorialidades do processo de urbanização.

Alguns passos analíticos foram necessários nesse esforço interpretativo para identificar as novas espacialidades/territorialidades. Mesmo considerando as especificidades regionais, deve-se considerar:

- *Tendências locacionais da atividade produtiva:* locacionando tais atividades e delimitando as áreas dinâmicas e estagnadas e as mudanças na estrutura econômica;
- *Desconcentração e aglomeração de atividades produtivas – economias e deseconomias de aglomeração:* qualificando os processos de concentração e desconcentração das atividades, identificando seus determinantes e possíveis impactos;
- *Encadeamento intersetorial – diversificação e diferenciação do setor de serviços:* avaliando as mudanças ocupacionais no setor de serviços, que, a partir de seus encadeamentos, devem ser confrontados com as análises dos setores produtivos;
- *Impactos sobre a estrutura ocupacional – emprego e desemprego, formalidade e informalidade:* aferindo as transformações na estrutura ocupacional das cidades;

- *Expansão da infraestrutura*: analisando essa expansão sempre que se constitua enquanto vetor de expansão urbana, seja induzindo novas ocupações, seja reestruturando relações interurbanas.

Nos documentos produzidos regionalmente deve-se contemplar as tendências recentes da dinâmica regional, no intuito de compreender as características da urbanização. A escala trabalhada no estudo foi a da *mesorregião*, que apresenta as vantagens de facilitar a implementação das tabulações necessárias, homogeneizar os critérios adotados regionalmente, além de ser uma divisão territorial oficial. Em alguns aglomerados e metrópoles foi necessário uma divisão territorial específica.

Uma dificuldade que apareceu na avaliação das tendências estruturais de conformação do sistema urbano foi a situação de instabilidade econômica dos períodos recentes. Se, por um lado, é interessante uma periodização desses fenômenos, esta não pode ser orientadora da análise das transformações urbanas. Primeiro, devido às distintas trajetórias das economias regionais, o que leva às regiões mais conectadas aos circuitos macroeconômicos a serem mais impactadas pelas situações de crise. Segundo, porque se deve fazer um esforço interpretativo sobre as rupturas econômicas que efetivamente se materializam na rede de cidades.

Deve-se, portanto, ressaltar o peso do *componente histórico* na formação da rede urbana brasileira, com todas as suas dimensões estruturais, superando qualquer viés *conjunturalista* que atribua as mudanças radicais no desenho urbano a fenômenos recentes. Isso não significa que se deve ignorar os impactos específicos das últimas décadas sobre o processo de urbanização, tais como a interiorização ou a descentralização. Deve-se também analisar como as mudanças na realidade econômica regional influenciaram as transformações do sistema urbano, sem cair, ao mesmo tempo, em desvios *economicistas*. Por fim, é importante identificar arranjos internos do sistema urbano, de modo a identificar *subsistemas de cidades* que se articulem com algum centro regional.

Na segunda fase, classificação da rede urbana, foram identificadas seis categorias espaciais de centros urbanos, sendo três de caráter metropolitano: metrópoles globais (duas, com 17,3% da população nacional em 60 municípios), nacionais (7, com 13% da população nacional em 113 municípios) e regionais (4, com 3,9% da população nacional em 23 municípios); centros regionais (16, com 7,7% da população nacional, em 72 municípios); centros sub-regionais 1 (31, com 7,2% da população nacional em 85 municípios); e centros sub-regionais 2 (51, com 5,7% da população nacional em 82 municípios). Desses 111 centros urbanos, 39,6% estão no Sudeste, 23,4% no Nordeste, 18,9% no Sul, 10,8% no

Norte e 7,2% no Centro-Oeste. A classificação final dos municípios de destaque no Espírito Santo será analisada mais à frente.

A terceira fase teve como produto final a identificação de 33 regiões de influência das cidades divididas em 12 sistemas urbanos regionais, que se dividem em três grandes estruturas diferenciadas e articuladas no território nacional: a do Centro-sul, a do Nordeste e a do Centro-norte. O Espírito Santo se encontra no sistema urbano do Rio de Janeiro, na estrutura urbana do Centro-sul.

A estrutura urbana no Centro-sul se caracteriza pelo elevado índice de urbanização e metropolização, projetando sua influência não somente no território nacional, mas também no supranacional (América do Sul). Além de conter inúmeras metrópoles emergentes, as cidades de porte médio também vêm ganhando projeção. Destaca-se São Paulo, que, apesar de ter reduzido sua influência devido à emergência de novos centros, continua se projetando nacionalmente, apresentando o maior índice de urbanização do Brasil. Já o Rio de Janeiro mantém sua projeção desde o apogeu do ciclo cafeeiro, não conseguindo consolidar uma rede hierarquizada em sua zona de influência, apresentando o que o estudo identifica como uma macrocefalia. Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre se afirmam como metrópoles nacionais, sendo a primeira uma zona de transição entre as três grandes estruturas urbanas nacionais e a última, um importante ponto de contato com os principais eixos de circulação do Mercosul.

A estrutura urbana do Nordeste se encontra num processo de transição para uma economia urbano-industrial, o que se manifesta no elevado número de pessoas que habitam os pequenos núcleos rurais e na elevada taxa de crescimento da população urbana. Seus indicadores de renda, escolaridade e acesso aos serviços urbanos são os mais baixos do Brasil. Recife apresenta-se como a aglomeração mais consolidada do Nordeste, sendo tanto a mais urbanizada e densamente povoada, como a que apresenta atualmente o menor dinamismo de crescimento. Salvador, menos densa e com a população mais concentrada no litoral, apresenta um crescimento populacional mais elevado. Mas é Fortaleza que detém a maior taxa de crescimento do Nordeste, com elevada concentração populacional da região. O Meio-norte (Teresina-São Luís) tem os indicadores sociais mais críticos do Nordeste e se apresenta como uma zona de transição ao Centro-norte.

Por fim, a estrutura urbana do Centro-norte vem acelerando de maneira considerável seu processo de urbanização nas últimas décadas devido à abertura de novas frentes de exploração econômica. As capitais do norte (Manaus-Belém) são as que mantêm maior extensão territorial, havendo uma predominância de pequenos e médios núcleos. Já Cuiabá vem ampliando sua zona de influência, principalmente em direção a Rondônia. Já o

complexo territorial Brasília-Goiânia apresenta um grande dinamismo com a maior taxa de crescimento da rede urbana nacional.

### **REDES URBANAS REGIONAIS**

Por ser o Espírito Santo o estado-referência da equipe responsável pelo presente relatório, será sobre ele aprofundada a análise da caracterização feita pelo estudo sobre a economia e a rede urbana regional, assim como dos impactos sobre a rede urbana das mudanças econômicas. A princípio, seguindo a metodologia do próprio estudo, será feita uma caracterização geral da região Sudeste, excluindo São Paulo, no intuito de entender como o Espírito Santo se insere na realidade regional.

### **REGIÃO SUDESTE (EXCLUSIVE ESTADO DE SÃO PAULO)**

Os três estados, que, juntamente com São Paulo, formam a região Sudeste brasileira, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, revelam realidades muito distintas quanto à sua rede urbana, no que se refere a suas áreas territoriais, população, densidade demográfica e participação relativa no total da população nacional.

A dinamicidade da região Sudeste faz com que sejam nela encontradas as situações mais diversas no que se refere ao estágio e ao processo de formação de suas distintas redes urbanas regionais, mesmo sendo essas situações, em muitos casos, de difícil identificação. São encontradas desde metrópoles mundiais, nacionais e regionais, passando por aglomerações urbanas que se desenvolveram a partir de um núcleo central, de núcleos que se polarizam e se complementam a partir de uma contiguidade espacial ou aqueles que se articulam sem essa contiguidade, indo até centros urbanos que polarizam sozinhos todo o seu entorno.

Se, com o processo de desconcentração das atividades produtivas iniciado na década de 1970, São Paulo e Rio de Janeiro diminuíram sua participação relativa na economia nacional, Minas Gerais e Espírito Santo, por sua vez, aumentaram. Entre 1970 e 1985 houve uma diminuição de 65% para 59% na participação relativa da região no PIB nacional, movimento que se retardou no decênio seguinte (1985-1995), com uma perda de mais 2% no montante nacional. Excluindo São Paulo, essa perda foi menor, caindo de 25,6% para 24% da participação do PIB brasileiro entre 1970 e 1985. Com relação ao setor agrícola, São Paulo e Minas Gerais aumentaram sua participação, enquanto o Rio de Janeiro conheceu uma diminuição. O Espírito Santo, por sua vez, apesar de ter uma diminuta participação no PIB agrícola nacional, esta é proporcional ao tamanho de sua população.

O Rio de Janeiro, apesar de ter tido uma diminuição também na produção industrial, em razão de sua concentração populacional, do fato de ser sede de inúmeras empresas e de instituições públicas nacionais e do avanço do setor de turismo, teve um acréscimo da participação no setor de serviços saltando de 13,8% para 15,9% do PIB desse setor entre 1985 e 1994.

Minas Gerais ultrapassou o Rio de Janeiro na década de 1990 na participação da produção industrial nacional, atingindo 9,8% do setor em 1994, contra 9,09% da participação da indústria fluminense. No entanto, no setor de serviços sua participação caiu de 8,8% para 8,1% entre 1985 e 1994.

Se a economia capixaba não aumentou sua participação no PIB nacional, passou por profundas transformações entre 1970 e 1994. Por um lado, houve a implantação de complexos industriais de papel e celulose<sup>4</sup> e de siderurgia e uma ampliação das atividades portuárias. Por outro, uma diversificação da produção agrícola, diminuindo o peso do café e cacau e introduzindo, segundo o texto, culturas como o mamão, o abacate e a pimenta-do-reino.

Segundo dados do Banco Central, no que se refere a investimentos diretos estrangeiros, houve uma concentração maciça na região Sudeste entre 1987 e 1995, somando um total de 89% do montante investido no território nacional.

A respeito da mobilidade da população, houve também um comportamento distinto entre os três estados da região. Enquanto Minas Gerais foi o estado que mais expulsou população na década de 70, na década de 80 esse movimento diminuiu, passando tanto a ceder como a receber população. O Espírito Santo, por sua vez, manteve, na década de 1970, um processo de perda de população, mas nos anos 80 esse movimento se inverteu, passando o Estado a receber população vinda principalmente do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O Rio de Janeiro, ao contrário, se recebeu um grande contingente populacional até os anos 70, na década de 1980 passou a perder população. O Espírito Santo foi o estado que mais cresceu entre 1980 e 1991, aumentando em 2,3% sua população estadual e 3,67% sua população urbana.

Por fim, há que destacar as diferenças marcantes que caracterizam as redes urbanas dos três estados em questão. Os três estados considerados apresentam uma grande heterogeneidade em suas economias, áreas territoriais, quantidade de municípios, população, densidade demográfica e rede urbana. Em 1996 foram contados 908

---

<sup>4</sup> Na verdade há um erro nessa informação, pois não existe qualquer indústria de papel no Espírito Santo, apenas de celulose, a Aracruz Celulose S.A.

municípios, sendo 756 em Minas Gerais, 81 no Rio de Janeiro e 71 no Espírito Santo. Fora das áreas metropolitanas não existia nenhuma cidade com mais de 500 mil habitantes, havendo cinco em Minas Gerais e três no Rio de Janeiro com população entre 200 e 500 mil habitantes. As cidades entre 100 e 200 mil habitantes somam um total de seis no Rio de Janeiro, três no Espírito Santo e 12 em Minas Gerais, enquanto as entre 50 e 100 mil são um total de quatro no território capixaba, oito no fluminense e 38 no mineiro.

Se o Sudeste contém (exceto São Paulo) três regiões metropolitanas, suas aglomerações urbanas são distribuídas em seis mesorregiões, enquanto os centros urbanos se distribuem em 15 mesorregiões. Em muitos casos os padrões de urbanização dos centros e das aglomerações urbanas são melhores que nas regiões metropolitanas, principalmente devido à diversidade de municípios que compõem essas últimas. Em geral, a rede de distribuição elétrica está praticamente universalizada, atingindo em quase todos os casos, em 1996, mais de 95% da população. O mesmo não ocorre com relação à distribuição de água, em que a variação de atendimento é de 16% a 98%, sendo os municípios da periferia metropolitana os com pior padrão. A coleta de lixo apresenta-se também bastante diversificada, mas é no saneamento básico que a situação é mais precária.

O Rio de Janeiro é o estado brasileiro que apresenta maior concentração urbana, principalmente em sua região metropolitana. Enquanto 91,4% de sua população estava, em 1991, concentrada em municípios com mais de 20 mil habitantes, três quartos de sua população estava concentrada na Grande Rio, sendo que apenas dois dos nove municípios com mais de 250 mil habitantes estavam fora da região metropolitana. Em 1996 o estado possuía 21 cidades com mais de 100 mil habitantes. Os 47 municípios que tinham menos de 50 mil habitantes agregavam apenas 7,01% da população estadual. Apenas sete cidades do estado apresentaram uma perda populacional na contagem de 1996, e mesmo assim pequena. O estado possui poucos municípios com menos de 50% de urbanização, variando de 73,11% na mesorregião centro a 98,45% na metropolitana.

Minas Gerais, em 1991, apresentava um quadro bastante distinto, sendo o único estado da região com um número expressivo de municípios (207) com menos de 5 mil habitantes (enquanto o Espírito Santo apresentava um e o Rio de Janeiro nenhum município nessa faixa populacional). Já as cidades com menos de 20 mil habitantes representavam 22,3% da população do estado, mesmo percentual atingido pelas cidades com mais de 250 mil habitantes. Além disso, o Estado apresenta uma grande diversidade de situações, havendo mesorregiões, como o triângulo mineiro, altamente povoadas, e outras, como o Vale do Jequitinhonha, mais rarefeitas e concentradas em alguns polos. De fato, o Estado se caracteriza tanto pela heterogeneidade como pelo equilíbrio de sua rede urbana. Apesar

das situações extremamente distintas com que se configuraram suas distintas regiões, praticamente um terço da população se encontra em cidades pequenas (menos de 26.446 habitantes), um terço em cidades médias (entre 26.446 e 151.462 habitantes) e um terço em cidades grandes (acima de 151.462 habitantes).

O Espírito Santo tinha na região metropolitana da Grande Vitória, em 1991, concentrada cerca de 50% de sua população urbana, enquanto as cidades com menos de 20 mil habitantes concentravam 38,6%. Os municípios da Grande Vitória são, além disso, fortemente conurbados e funcionalmente integrados, não havendo nenhum ainda com mais de 500 mil habitantes. No entanto, apresentou uma taxa de crescimento de 2,1%, entre 1991 e 1996, superior à da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 0,8%, e similar à da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2,1%.

## **ESPÍRITO SANTO**

### **Caracterização da Economia Regional**

Tendo sua economia, até a década de 1960, baseada na cafeicultura, que respondia até então por 70% da renda estadual e pouco mais de 3% da produção nacional, o Espírito Santo conhece a partir do Plano de Metas suas primeiras experiências de vulto no setor industrial, sendo instalada uma fábrica de cimento em Cachoeiro de Itapemirim e uma siderúrgica em Cariacica, além de investimentos na ferrovia Vitória-Minas e no porto de Vitória.

Mas as principais transformações vieram a partir de fins da década de 1960 e início da década de 1970. Entre 1969 e 1979 foram construídas seis usinas de pelotização de minério de ferro pela Companhia Vale do Rio Doce com investimento de US\$ 1 bilhão. Também em 1969 foi feita a descoberta de petróleo no campo de São Mateus, sendo a exploração iniciada em 1973, quando também se faz a descoberta de gás natural, que passa a abastecer a Grande Vitória através de um gasoduto concluído em 1984. A metalurgia e a siderurgia também assumem um papel de destaque nesse período, inicialmente através da Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) e outras de menor porte, e em 1983 através da Companhia Siderúrgica de Tubarão, com investimento de US\$ 3 bilhões, todas nos municípios de Serra e Cariacica. Na década de 70 também se inicia a operação da primeira fábrica da Aracruz Celulose no Estado, além de empresas complementares do ramo químico. Destacam-se ainda a instalação de seis usinas de álcool no norte capixaba, a partir do Proálcool, e a indústria de minerais não-metálicos, como as de cal e cimento para abastecer a produção siderúrgica e a pelotização de minério, e a de beneficiamento de pedras para construção (mármore e granito).



O Espírito Santo também se caracteriza, devido a sua localização geográfica (litoral, proximidade dos maiores centros do País), pelas atividades de logística. Além da Estrada de Ferro Vitória-Minas, que serviu de base para a criação do Corredor Centro-Leste e exporta produtos vindos de Minas Gerais, Goiás e Bahia, o Estado conta com cinco portos com grande capacidade de movimentação de cargas: o Porto de Vitória (com dois terminais, o de Capuaba, em Vila Velha, e o de Vitória), o Porto de Praia Mole e o Porto de Tubarão, ambos na Grande Vitória, o Porto de Ubu, em Anchieta (sul do Estado), e o Porto de Barra do Riacho, em Aracruz (norte do Estado).

No que se refere à renda, 50% dos chefes de família recebiam, em 1991, até dois salários mínimos, índice que cai para 36,5% na RMGV. O emprego industrial está concentrado nas indústrias de bens de consumo não-duráveis e bens intermediários, e a única que se destaca na composição nacional é a indústria extrativo-mineral de mármore e granito. Há nessa discussão um detalhe que demonstra as consequências da adoção de um modelo de desenvolvimento que privilegiou a instalação de grandes projetos industriais. Analisando as tabelas referentes aos indicadores das 500 maiores empresas brasileiras, o Espírito Santo se posiciona em sexto lugar quanto ao patrimônio líquido das empresas instaladas no Estado. No entanto, quando se observa o número de empregos gerados por tais empresas no Espírito Santo, o Estado cai para décimo terceiro lugar. Isso demonstra, no nosso entendimento, o quanto deve ser repensado o modelo de desenvolvimento adotado, devendo as próximas políticas governamentais privilegiar o incentivo a ramos industriais realmente geradores de empregos.

### **Caracterização da Rede Urbana Regional**

A população capixaba é historicamente concentrada na aglomeração de Vitória, sendo que em 1996, quatro dos cinco municípios que então formavam a Região Metropolitana possuíam entre 265 e 300 mil habitantes. Em 1996, 42,19% da população total do Estado estava concentrada na RMGV. Nas décadas de 50, 60 e 70 a população da Grande Vitória aumentou 43%, 50% e 45%, respectivamente, correspondendo esta última ao grande salto ocorrido devido à inserção dos grandes projetos industriais. Nesse processo, algumas cidades também tiveram expressivo aumento de sua população urbana, como Aracruz e São Mateus, a despeito de outros históricos centros, como Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, que pouco cresceram. O Estado possuía, em 1996, três municípios com mais de 100 mil habitantes e quatro com população entre 50 e 100 mil, abarcando 23,1% da população estadual. Dentre esses últimos destaca-se, além de São Mateus e Aracruz, o município de Guarapari, que, somado ao forte setor terciário, devido ao turismo, foi influenciado pela proximidade de Anchieta, onde se encontra a Samarco Mineração.

A concentração das atividades industriais na RMGV se evidencia quando se identifica que, em 1996, das 150 maiores empresas do Espírito Santo, 110 estão na Grande Vitória, com 57 na capital. A região está classificada como uma Metrópole Regional de Ordem 4 neste estudo. Vila Velha apresenta uma distribuição de atividades semelhante à capital, dividindo a concentração das atividades terciárias. Serra e Viana tiveram, em 1985, mais de 90% de valor adicionado na indústria, e Cariacica, mesmo tendo 60% de suas atividades no setor secundário, também tem um setor terciário significante.

Vitória e Vila Velha mantêm, em 1991, um padrão de urbanização bem superior aos demais municípios, com Vitória concentrando boa parte dos equipamentos de educação e saúde. O abastecimento de água supera os 85% em todos os municípios, o que não ocorre com o esgotamento sanitário, que varia seu atendimento de 53% a 87%, considerando os atendidos por rede de esgoto e fossa séptica. Já a coleta de lixo variava, em 1991, de 39% em Viana a 80% em Vitória.

Os demais centros urbanos do estado, Linhares, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, são classificados nesse estudo como Centros Urbanos de Ordem 8. Linhares, localizado na *mesorregião Litoral Norte Espírito-santense*, tem uma grande concentração das atividades terciárias. A chegada da Aracruz Celulose, na década de 60, trouxe profundas transformações (sociais, econômicas, paisagísticas) a essa mesorregião. A isso se acrescenta a chegada da Petrobrás em São Mateus. Em 1996, 72,58% da população dessa mesorregião já se concentrava em áreas urbanas, sendo os mais urbanizados Pedro Canário (92,01%) e Aracruz (83,78%). Mas somente Linhares e São Mateus foram classificados pelo REGIC de 1993 com grau de centralidade forte e forte/médio, respectivamente. Os municípios do extremo norte são polarizados por municípios baianos.

Colatina, na *mesorregião Noroeste Espírito-santense*, também tem suas atividades concentradas no setor terciário, sendo que nos demais municípios dessa mesorregião predomina o setor primário. É a única cidade na mesorregião com mais de 100 mil habitantes, não havendo nenhum outro município com mais de 50 mil habitantes. Foi classificada pelo REGIC como de centralidade forte/média, enquanto Nova Venécia e Barra de São Francisco, de média/forte. Os municípios próximos à fronteira com Minas Gerais são polarizados por municípios mineiros.

Cachoeiro de Itapemirim polariza a *mesorregião Sul Espírito-santense* e se destaca no setor da indústria e do comércio. Na indústria, o principal ramo é o beneficiamento de mármore e granito. Além de Cachoeiro, que tem nível de centralidade forte/médio, o REGIC classifica Alegre com nível médio e Guaçuí e Castelo com médio/fraco, todos com destaque crescente no setor de comércio e serviços.

## **Mudanças Econômicas e Impactos sobre a Rede Urbana**

A região Sudeste concentrou grande parte dos investimentos do governo federal previstos para os anos 1997-2000, ficando com 58,8% do total e, excluindo São Paulo, com 29,2%. No que se refere à intensidade da mudança, há destaque para o Espírito Santo, com investimento 3,5 vezes maior que sua participação no VTI, enquanto Minas Gerais e Rio de Janeiro tiveram índice de 1,22 e 1,28, respectivamente. No entanto, verifica-se que nos três estados esse investimento é concentrado tanto espacialmente, como com relação ao segmento.

No Espírito Santo concentrou-se 44,6% do investimento em metalurgia básica, 28,7% em extração de minerais metálicos e 18,3% em papel<sup>5</sup> e celulose, sendo que, à exceção deste último, no norte do Estado, os investimentos estiveram concentrados na RMGV.

As vantagens infraestruturais se configuram, deste modo, como um dos principais fatores de locação de novos investimentos. Isso se traduz de modo que regiões mais ricas economicamente tendem a estimular possíveis investidores e vice-versa. O Espírito Santo, como comentado, tem um complexo portuário de intensa movimentação ligado aos grandes centros econômicos – inclusive de outras regiões brasileiras – por eixos rodoviários e ferroviários, o que dá um caráter exportador para a economia estadual.

Percebe-se que a evolução da rede urbana, entre as décadas de 80 e 90, acompanhou o crescimento econômico, que mostrou mais dinamismo nas maiores aglomerações e regiões metropolitanas. Houve, nesse sentido, uma mudança na qual o modelo de desenvolvimento baseado na integração regional vem sendo, segundo conclui o próprio estudo, gradativamente substituído pelo modelo que privilegia o desenvolvimento a partir de eixos estruturantes. Os investimentos passam a seguir esses eixos, o que leva as regiões privadas em infraestrutura a serem preteridas em relação àquelas que já a detêm, formando um ciclo vicioso que alimenta ainda mais as desigualdades regionais.

---

<sup>5</sup> Vide nota 4.

## **TEXTO 2 - CEDEPLAR / UFMG (2007). Proposta de Regionalização do Brasil. Coordenação de Clélio Campolina Diniz**

(Módulo 3 do "Estudo para Subsidiar a Abordagem da Dimensão Territorial do Desenvolvimento Nacional no PPA 2008-2011 e no Planejamento Governamental de Longo Prazo", encomendado pelo MPOG ao CGEE)

*Relatório: Viviane Mazine Rodrigues*

### **1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA**

Ao longo das últimas décadas, a dimensão ambiental vem ganhando importância ao definir limites e oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico. Portanto, pensar a regionalização para o planejamento implica fazer a distinção entre espaço natural, espaço transformado e espaço social. Ao se incorporar a questão ambiental nesses estudos, torna-se mais fácil compreender as transformações do espaço social e suas implicações para a dinâmica do uso dos recursos naturais. O estudo propõe uma nova regionalização do País como base para o diagnóstico, para o planejamento e para a implementação de políticas públicas.

Os critérios teóricos se fundamentam na literatura mundialmente consagrada de autores, como *Boudeville, Chirställler, Lösch, Jacobs e Perroux*. Tais estudiosos partem da constatação de que as cidades, seus equipamentos e sua rede de infraestrutura, especialmente no que diz respeito ao transporte, estabelecem as forças polarizadoras que articulam e comandam o território. Essa capacidade de comando, segundo esses autores, depende do tamanho da cidade, da natureza de sua base produtiva, de sua localização e da infraestrutura de acessibilidade existente.

O relatório compõe-se de seis partes: introdução; justificativa para a realização de uma nova regionalização e reflexão teórica e conceitual sobre seus critérios; breve apresentação da metodologia utilizada; fontes de informação e aspectos ambientais considerados; resultados da regionalização e ajustes efetuados; e, finalmente, descrição das características de cada sub-região. No último tópico foi seguido um padrão uniforme, composto de tabela, mapa e descrição padronizada para cada unidade.

Tal regionalização contempla três escalas, a saber:

**Primeira Escala** - Divide o País em seis grandes zonas: a) urbanizada e desenvolvida (centro-sul); b) urbanizada e menos desenvolvida (litoral de Vitória a Belém); c) bioma amazônico; d) fronteira agropecuária dinâmica e em processo de urbanização moderna (cerrados ocidentais); e) duas áreas de menor desenvolvimento (cerrados ocidentais e

semiárido). A primeira escala caracteriza o Brasil desenvolvido, o bioma amazônico e as áreas em expansão, possibilitando uma visão do País segundo suas grandes diferenças macroespaciais, ao separar as áreas mais desenvolvidas daquelas menos desenvolvidas. Propicia ainda a separação das áreas em expansão segundo seu dinamismo e potencialidade. Permite também separar o bioma amazônico e o bioma da caatinga, possibilitando que sejam tais biomas objetos de políticas especiais.

**Segunda Escala** - Divide o País em onze macrorregiões polarizadas. Inclui em cada macrorregião o respectivo polo e a região complementar, indicando a atual estrutura de comando sobre o território brasileiro. A segunda escala permite observar o funcionamento da estrutura de comando sobre o território e indica a força polarizadora dos grandes polos nacionais. Ela propicia também uma melhor avaliação das distorções encontradas quando do ordenamento do território, possibilitando a indicação de alternativas com vistas ao fortalecimento de novas centralidades e de suas respectivas redes de infraestrutura e de equipamento urbano, com conseqüente redução do peso de algumas megametrópoles, por meio do fortalecimento de um sistema urbano policêntrico. Tal mudança no ordenamento do território é positiva para a promoção da redução das desigualdades regionais, para o aproveitamento das potencialidades de cada região e para o estabelecimento de políticas de integração macroespacial do território brasileiro, bem como do Brasil com a América do Sul.

**Terceira Escala** - sub-regionalização, com 118 sub-regiões. Permite um ajuste mais fino entre os indicadores econômicos e sociais e características ambientais e de identidade cultural. A terceira escala permite uma análise mais clara das especificidades territoriais, permitindo a elaboração de uma tipologia de sub-regiões mais adequada ao planejamento de determinadas políticas de desenvolvimento regional, em macrorregiões com grandes diferenças internas, a exemplo da União Europeia. Essas três escalas de regionalização são perfeitamente compatíveis entre si e necessárias à elaboração dos diferentes tipos de políticas a serem implementadas nas diversas regiões.

O relatório apresentado teve como base os relatórios regionais contratados, alguns planos elaborados pelo Ministério da Integração, tais como os Planos Amazônia Sustentável, Semiárido, Nordeste, BR-163, Centro-Oeste e Fronteiras, além da troca de informações com os demais especialistas. Houve a preocupação de realizar alguns aprofundamentos e ajustes, principalmente no que concerne à avaliação e análise de um indicador de capacitação tecnológica como elemento fundamental na capacidade de comando dos centros urbanos sobre o espaço, à análise da relação entre centralidade urbana e natureza como organizadora do espaço na região amazônica e ao estudo de novos critérios de

recorte do território amazônico, descendo à escala dos municípios ou das sub-regiões, conforme o caso.

### **1.1 Uma nova regionalização para efeitos de planeamento: o contraste entre homogeneidade e polarização**

Uma regionalização para efeitos de planeamento deve partir de fundamentos teóricos e metodológicos que permitam compatibilizar as principais formas e critérios de leitura do território e de sua repartição, considerando os aspectos de homogeneidade natural, econômica e social com as forças de estruturação e comando do território, refletidas pela rede de cidades e sua força polarizadora. Seguindo a tradição consagrada na literatura mundial, fundamentada nas concepções de espaço homogêneo, polarizado e plano/programa de *Perroux* e na sua adaptação para efeitos de regionalização por *Boudeville*, entende-se que uma primeira leitura do território deve partir dos critérios de homogeneidade e polarização.

O primeiro critério teórico de homogeneidade, fundamentado em *Perroux* e na tradição da geografia francesa, considera a homogeneidade natural e de indicadores econômicos e sociais. Ela permite caracterizar as diferenças nos níveis de desenvolvimento econômico e social no território e das respectivas desigualdades ou homogeneidades.

O segundo critério teórico de recorte macroespacial do território, fundamentado na literatura consagrada mundialmente, nos trabalhos de *Chirstaller*, *Lösch*, *Jacobs* e também indicada na concepção de *Perroux*, parte da constatação de que as cidades, seus equipamentos e a rede de infraestrutura, especialmente transporte, estabelecem as forças polarizadoras, articulando e comandando o território.

<b>HOMOGENEIDADE</b>	<b>POLARIZAÇÃO</b>
Permite ver as diferenças e serve de orientação para os objetivos de redução das desigualdades, especialmente de natureza econômica e social e não serve como instrumento de intervenção no território.	Permite identificar as forças que comandam e estruturam o território e, portanto, devem ser utilizadas como instrumento de intervenção.

Assim, do contraste entre o recorte da homogeneidade e da polarização devem derivar os critérios de intervenção no território. Os mecanismos de polarização, especialmente a rede urbana e infraestrutura e seus complementos são exatamente os instrumentos de intervenção para a redução das desigualdades identificadas pelos critérios de homogeneidade/diferença.

## **2. METODOLOGIA E FONTES DE INFORMAÇÕES**

### **2.1. Modelo gravitacional**

O modelo gravitacional foi utilizado para a elaboração da proposta de sub-regionalização do País. Nesse modelo, é inicialmente estabelecida a hierarquia dos centros urbanos. Em seguida, é calculado o grau de interação entre esses centros e as demais localidades geográficas. A dimensão urbana dos centros selecionados é dada em função da *densidade do setor de serviços*.

### **2.2. Indicador de acessibilidade viária**

A construção do índice de acessibilidade partiu de uma base de dados contendo as *distâncias entre os municípios de maior população das microrregiões*. Essas distâncias foram segmentadas pelo tipo de pavimento e pelas condições gerais das rodovias e estradas. Para cada uma das vias foi estabelecida uma velocidade de deslocamento, permitindo a definição do tempo de deslocamento entre os pontos de origem e de destino. O tempo de deslocamento serve também como medida do custo de transporte.

A introdução desse indicador é um experimento novo, tendo em vista não ter sido utilizado uma medida similar em estudos de polarizações econômicas em escala nacional.

### **2.3 Ambiente: Biomas, Ecorregiões<sup>6</sup> e Bacias Hidrográficas**

Vários estudos de regionalização baseiam-se na localização das bacias hidrográficas. Outros recortes regionais podem também ser definidos a partir de áreas de preservação e de destinação específica, tais como parques ecológicos e terras indígenas. A regionalização baseada apenas nas bacias hidrográficas, em que pese a importância destas na organização do território, apresenta dificuldades, já que as áreas em que se localizam essas bacias raramente coincidem com as áreas em que se encontram as redes urbanas polarizadas.

Já naquelas regiões organizadas em torno dos rios em função do transporte fluvial ou por meio da organização da produção, a localização das bacias hidrográficas é de primordial importância.

As sub-regiões foram definidas seguindo a metodologia baseada em ecorregiões, utilizada pelo IBAMA em estudo do Banco Mundial.

---

<sup>6</sup> Entende-se por ecorregião um conjunto de comunidades naturais, geograficamente distintas, que compartilham a maioria das suas espécies, dinâmicas e processos ecológicos, e condições ambientais similares, que são fatores críticos para a manutenção de sua viabilidade a longo prazo (Dinnerstein, 1995).

### **3. REPOLARIZAÇÃO REGIONAL E DISPERSÃO PRODUTIVA**

A repolarização ocorre quando uma área econômica tradicional e central perde a liderança para uma outra considerada periférica e dependente. Um exemplo de repolarização regional seria o Estado do Rio de Janeiro; antes capital política e econômica do País, perdeu posição relativa para a cidade de São Paulo. Um exemplo no Estado do Espírito Santo, guardadas as devidas proporções, seria o caso dos municípios de Linhares e São Mateus. Outro exemplo mais recente é o Estado de São Paulo, que perde peso relativo para novos parques industriais no seu entorno próximo: Campinas, Curitiba, Belo Horizonte e Porto Alegre.

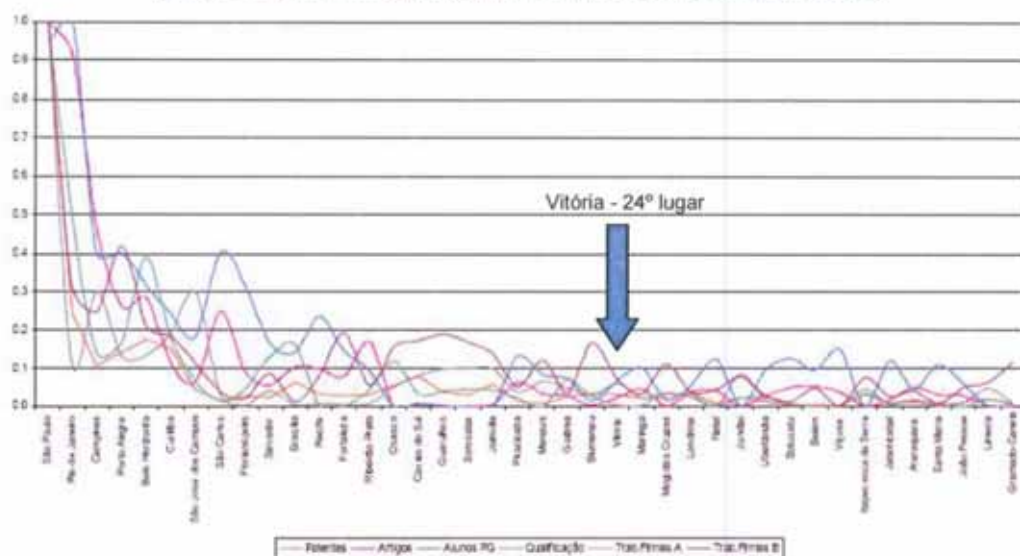
#### **3.1 Índice de Capacitação Tecnológica Regional**

Por capacidade tecnológica entende-se a habilidade da microrregião em gerar, difundir e absorver inovações tecnológicas. Seis variáveis são consideradas:

1. Número de patentes por microrregião;
2. Número de artigos científicos publicados por autores da microrregião;
3. Números de alunos em cursos de pós-graduação;
4. Número de trabalhadores da microrregião empregada em empresas que exportam e inovam em produtos (Firmas A);
5. Número de trabalhadores da microrregião empregada em empresas que exportam, inovam em processo ou possuem elevada produtividade setorial (Firmas B); e
6. Qualificação da mão-de-obra local.



Gráfico 1 – Componentes do ICTR para as 40 Microrregiões com Maiores ICTRs



Pode-se observar, no Gráfico 1, que o índice de capacitação tecnológica regional no Estado do Espírito Santo ocupa a vigésima quarta colocação. O que pode ser considerado um baixo desempenho, especialmente porque a Variável 5 é a mais sensível ao seu crescimento, ou seja, é alavancada pelo número de trabalhadores da microrregião empregada em empresas que exportam, inovam em processo ou possuem elevada produtividade setorial.

### 3.2 Modelo com Capacitação Tecnológica

Nesta seção é descrito o modelo gravitacional elaborado com base no Índice de Capacitação Tecnológica Regional empregado na aferição do impacto que a tecnologia exerce sobre o ordenamento territorial das sub-regiões do País. O objetivo do estudo foi avaliar o peso do fator tecnológico na configuração das áreas de influência dos polos econômicos sub-regionais. As unidades de análise foram as microrregiões geográficas definidas pelo IBGE.

O índice de interação entre uma microrregião-polo e as demais é dado pela relação direta do ICTR dos polos econômicos e na razão inversa da acessibilidade entre eles e as demais microrregiões geográficas estabelecidas pelo IBGE. Essa acessibilidade é calculada com base na distância real, transformada em tempo de acesso, entre as sedes das microrregiões-polos (micropolos) e a sede das demais microrregiões, segundo a malha rodoviária e fluvial.

### **3.3 Regionalizações e Capacitação Tecnológica**

A inclusão das capacitações tecnológicas regionais no modelo de regionalização requer uma ponderação sobre a importância do indicador no processo de polarização. A importância da diferenciação tecnológica varia entre as diversas atividades econômicas. Em algumas atividades o diferencial tecnológico supera a importância da localização ao tornar quase irrelevante a distância entre as regiões de origem e destino dos bens. Entretanto, em outras atividades, a localização próxima ao destino dos bens determina o montante de fluxos de mercadorias e pessoas, melhor dizendo, a intensidade da interação entre duas regiões. A ponderação estabeleceu cinco níveis tecnológicos: máximo, alto, médio, baixo e nulo. Quanto menor é o coeficiente, mais homogêneas são as regiões em termos de capacitação tecnológica e maior é a importância do tempo de deslocamento na determinação do nível de interação entre as diversas regiões.

## **4. DESCRIÇÃO DOS INDICADORES E VARIÁVEIS DA CARACTERIZAÇÃO DAS SUB-REGIÕES (SBR)**

A presente caracterização concentrou-se em quatro temáticas: caracterização sociodemográfica, estrutura econômica, território e, por último, rede urbana e centralidade. Para cada bloco temático foram selecionados variáveis e indicadores centrais. Faz-se, a seguir, uma breve análise do significado desta série de variáveis e indicadores, fornecendo os respectivos valores para o Brasil, a fim de que se possa comparar o estágio de desenvolvimento de cada sub-região em relação à média nacional.

### **4.1 Caracterização Sociodemográfica**

Tem como objetivo estabelecer o perfil da população residente na sub-região e suas condições sociais, destacar o tamanho da população residente no interior da sub-região bem como sua dinâmica e, ainda, permitir observar quais são as sub-regiões que atraem e quais são as que expulsam pessoas. As variáveis utilizadas foram: população (estimativa); taxa de crescimento; PIB *per capita*; porcentagem da população abaixo da linha de pobreza; IDH, IDH renda, IDH longevidade, IDH educação; percentual de analfabetos com mais de 25 anos; média de anos de estudo da população com mais de 25 anos; porcentagem de pessoas residentes em domicílios com telefone; porcentagem de pessoas residentes em domicílios com computadores; e porcentagem de pessoas residentes em domicílios com carro.

## **4.2 Estrutura Econômica**

As variáveis utilizadas foram: PIB; PIB *per capita*, taxa de crescimento da participação relativa no PIB nacional; proporção do emprego formal nos setores primário, secundário e terciário; proporção de pessoal ocupado nos setores primário, secundário e terciário; percentual do emprego formal industrial em relação ao emprego formal industrial brasileiro; setores industriais com Quociente Locacional (QL) > 4; percentual da área de culturas (incluindo pasto) sobre área total; identificação das maiores atividades agropecuárias; e percentual da área cultivada das três maiores atividades agropecuárias (pecuária, culturas permanentes e temporárias, extrativismo vegetal) sobre a área plantada total.

## **4.3 Território**

As variáveis inicialmente utilizadas foram: área medida em Km<sup>2</sup> e número de microrregiões homogêneas que compõem cada sub-região.

A caracterização das sub-regiões foi realizada por meio de três dimensões territoriais: infraestrutura meio ambiente e estrutura fundiária.

### **4.3.1 Infraestrutura**

No que se refere à infraestrutura, foram utilizadas algumas variáveis a fim de captar as dimensões transporte, saneamento, energia e comunicação. São elas: percentual de quilômetros de rodovias pavimentadas em relação ao total de quilômetros de rodovias; porcentagem de pessoas residentes em domicílios com água encanada; porcentagem de pessoas residentes em domicílios com rede de esgoto; porcentagem de pessoas residentes em domicílios com energia elétrica; e número de prestadores de serviços de comunicação multimídia.

### **4.3.2 Meio ambiente**

Para a caracterização do meio ambiente, foi efetuada uma estimativa do percentual de área de cada ecorregião, dentro de cada sub-região.

#### 4.3.3 Estrutura fundiária

A fim de balizar o tipo de investimento mais apropriado para a agricultura local (subsistência ou *agrobusiness*) foi calculado o Índice de Concentração Fundiária, expresso pela razão entre o número de propriedades com mais de 200 ha sobre o número de propriedades com menos de 200 ha.

#### 4.3.4 Rede Urbana e Centralidade

Foram construídos indicadores que permitem o melhor entendimento sobre a maneira como as redes urbanas se organizam dentro das sub-regiões. O *Índice de Centralidade* é expresso pela proporção de empregos formais (relação anual de informação social –RAIS) em serviços especializados da sub-região sobre o total de emprego em serviços especializados para a economia brasileira. Essa metodologia de cálculo para a centralidade apoia-se na concepção de *Christaller* de centralidade, segundo a qual quanto maior é a oferta de serviços centrais sofisticados de uma região, maior centralidade ela apresenta. O *Grau de Urbanização* é calculado pela proporção entre população residente na área urbana sobre população total. Outras variáveis foram utilizadas: número de municípios com menos de 50 mil habitantes e a proporção da população vivendo neles; e o número de municípios com mais de 100 mil habitantes e o percentual da população vivendo neles.

## 5. DESCRIÇÃO DA SUB-REGIÃO NORTE CAPIXABA - REGIÃO RIO DE JANEIRO

### SUB-REGIÃO NORTE CAPIXABA-REGIÃO RIO DE JANEIRO



Rede Urbana e Centralidade	Brasil	Norte Capixaba
Índice de Centralidade (%)	8,46	3,89
Grau de Urbanização (%)	81,25	69,28
Municípios sem agência bancária	2066	5
Número de municípios com menos de 50 mil habitantes em 2000	4981	27
Percentual da população vivendo neles	36,67	55,07
Número de municípios com mais de 100 mil habitantes em 2000	224	2
Percentual da população vivendo neles	50,98	26,61

Dados indicam que 20,76% da população de 25 anos ou mais é analfabeta. A média de estudo da população com 25 anos ou mais é de 4,84 anos. Seu padrão de consumo pode ser sintetizado em três indicadores: 19,07% de pessoas residentes em domicílios com telefone, 4,46% de pessoas residentes em domicílios com computadores, 24,49% de pessoas residentes em domicílios com carro, valores inferiores ao encontrados para o Brasil.

Essa sub-região apresentou um PIB em 2002 de R\$ 5.211.251 mil, com variação real de 6,82% em relação a 1999. A estrutura de emprego formal em 2003 estava dividida da seguinte forma: 11,96% no setor primário, 20,79% no setor secundário e 67,25% no setor terciário. A indústria mais significativa é a extrativa mineral. A estrutura ocupacional – formal e informal – está dividida da seguinte forma: 38,06% no setor primário, 12,24% no setor secundário e 49,7% no setor terciário.

Em relação ao setor agropecuário, a sub-região possui 60,95% de sua área total destinada ao cultivo e pastagem, sendo suas maiores atividades agropecuárias as seguintes: gado de corte, café (beneficiado), mamão, gado leiteiro, cana de açúcar e cacau (em amêndoa). Como pode ser observado no Quadro de Descrição 7.5.87, essa é uma sub-região cuja área cultivada destina-se majoritariamente à pecuária.

Sua infraestrutura é superior à média nacional, possuindo 52,81% de suas vias urbanas pavimentadas, 87,05% de pessoas vivendo em domicílios com água encanada, 47,87% com rede de esgoto e 97,48% com energia elétrica. Na sub-região existem 3 prestadoras de serviço de comunicação multimídia, num total nacional de 526. O ecossistema prevalente na sub-região é de florestas costeiras, representando 81,82% de sua área total. Possui índice de concentração fundiária de 1,13, valor este abaixo da média nacional (2,39), indicando uma maior concentração agropecuária em pequenos estabelecimentos do que a média nacional.

O *Norte Capixaba* é uma sub-região com um *grau de centralidade baixo* em comparação com a média das sub-regiões (3,89‰ comparado com 8,46‰). Isso se reflete no grau de urbanização apresentado (69,28%) abaixo da média nacional. Dos 31 municípios da sub-região, 5 não possuem agências bancárias, o que representa 16,13%, valor abaixo da média nacional de 37,52%. A distribuição da população da sub-região é concentrada em pequenos municípios, com 55,07% de sua população vivendo em cidades com menos de 50 mil habitantes e 26,61% em cidades com mais de 100 mil habitantes.

**Conclusão:** A sub-região Norte Capixaba compreende uma área de 26.613 km<sup>2</sup>, englobando 31 municípios. Sua população é de 906.410 habitantes, apresentando taxa de crescimento estimada em 7,08%, valor inferior à taxa brasileira (8,47%). Possui 36,22% de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza, valor superior ao brasileiro (33%). Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,73, sendo os IDHs renda, longevidade e educação 0,67; 0,7 e 0,82, respectivamente, o que coloca essa sub-região em um patamar inferior à média brasileira. Em relação ao setor agropecuário, seria importante considerar também o cultivo de eucalipto, que não foi citado no trabalho. Sua infraestrutura é superior à média nacional, porém, o Norte Capixaba é uma sub-região com um grau de centralidade baixo em comparação à média das sub-regiões.

## 6. DESCRIÇÃO DA SUB-REGIÃO VITÓRIA - REGIÃO RIO DE JANEIRO

### SUB-REGIÃO VITÓRIA



Rede Urbana e Centralidade	Brasil	Vitória
Índice de Centralidade (%)	8,46	15,52
Grau de Urbanização (%)	81,25	83,38
Municípios sem agência bancária	2066	4
Número de municípios com menos de 50 mil habitantes em 2000	4981	39
Percentual da população vivendo neles	36,67	28,89
Número de municípios com mais de 100 mil habitantes em 2000	224	5
Percentual da população vivendo neles	50,98	64,8

Dados indicam que 11,88% da população de 25 anos ou mais é analfabeta. A média de estudo da população com 25 anos ou mais é de 6,29 anos. Seu padrão de consumo pode ser sintetizado em três indicadores: 35,69% de pessoas residentes em domicílios com telefone, 10,86% de pessoas residentes em domicílios com computadores, 33,74% de pessoas residentes em domicílios com carro.

Essa sub-região apresentou um PIB em 2002 de 19.479.814 mil reais, com variação real de 1,47% em relação a 1999. A estrutura de emprego formal em 2003 estava dividida da seguinte forma: 2,49% no setor primário; 14,19% no setor secundário e 83,31% no setor terciário. As indústrias mais significativas são a Extrativa Mineral e a Extrativa Mineral Não Metálico. A estrutura ocupacional – formal e informal – está dividida da seguinte forma: 19,59% no setor primário; 12,05% no setor secundário e 68,36% no setor terciário.

Em relação ao setor agropecuário, a sub-região possui 55,18% de sua área total destinada ao cultivo e pastagem, sendo suas maiores atividades agropecuárias as seguintes: gado de corte, café (beneficiado), gado leiteiro, tomate, banana e milho (em grão). Como pode ser observado no Quadro de Descrição 7.5.99, essa é uma sub-região cuja área cultivada destina-se majoritariamente à pecuária.

Sua infraestrutura é superior à média nacional, possuindo 64,68% de suas vias urbanas pavimentadas, 95,44% de pessoas vivendo em domicílios com água encanada, 57,6% com rede de esgoto e 99,15% com energia elétrica. Na sub-região existem 8 prestadoras de serviço de comunicação multimídia, num total nacional de 526. O ecossistema prevaiente na sub-região é de florestas costeiras, representando 66,67% de sua área total. Possui índice de concentração fundiária de 0,33, valor este abaixo da média nacional (2,39), indicando uma maior concentração agropecuária em pequenos estabelecimentos do que a média nacional.

**Conclusão:** A sub-região Vitória compreende uma área de 19.574 km<sup>2</sup>, englobando 46 municípios. Sua população é de 2.488.857 habitantes, apresentando taxa de crescimento estimada em 10,58%, valor superior à taxa brasileira (8,47%). Possui 25,01% de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza, valor inferior ao brasileiro (33%). Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,77, sendo os IDHs renda, longevidade e educação 0,72; 0,73 e 0,88, respectivamente, o que coloca essa sub-região em um patamar superior à média brasileira. Sua infraestrutura é superior à média nacional. *Vitória* é uma sub-região com um *grau de centralidade alto* em comparação com a média das sub-regiões (15,52‰ comparado com 8,46‰). Isso se reflete no grau de urbanização apresentado (83,38%), acima da média nacional. Dos 46 municípios da sub-região, 4 não possuem agências bancárias, o que representa 8,7%, valor abaixo da média nacional de 37,52%. A distribuição da população da sub-região é concentrada em grandes municípios, com 28,89% de sua população vivendo em cidades com menos de 50 mil habitantes e 64,80% em cidades com mais de 100 mil habitantes.



### **TEXTO 3 - IBGE (2008). Regiões de influência das cidades 2007 (REGIC), Rio de Janeiro**

Relatório: Natalia Zago Sena

O documento *Regiões de influência das cidades 2007* (IBGE, 2008) foi elaborado com o objetivo de estudar a configuração das redes urbanas no Brasil, investigando as relações e a hierarquia existentes entre os distintos espaços urbanos brasileiros. O estudo pretende dar subsídios ao planejamento estatal na tomada de decisões quanto a investimentos e localização de atividades econômicas de produção, de consumo privado e coletivo. Pretende também prover ferramentas para o conhecimento das relações sociais e de como essas relações se organizam no espaço urbano atual.

A globalização da economia e seus processos de reestruturação produtiva e técnica provocaram mudanças significativas no território brasileiro e, conseqüentemente, em sua rede urbana. Depreende-se daí a necessidade de revisar o quadro das cidades brasileiras, verificando em que medida essas mudanças encontram-se refletidas nas relações entre as cidades no Brasil e suas regiões de influência.

A orientação do estudo leva em consideração que as relações entre os centros da rede urbana nem sempre são hierárquicas, senão muitas vezes horizontais, de complementaridade e cooperação (CAMAGNI & SALONE, 1993 apud IBGE, 2008). Assim, o desenho da rede inclui padrões de relacionamento distintos entre seus nós, e é preciso avaliar onde e como os padrões hierárquicos (entre centros de níveis diferentes) tendem a ser mantidos e os padrões horizontais (entre centros de mesmo nível) tendem a ser fortalecidos (VELTZ, 1996 apud IBGE, 2008).

O estudo considera também que os nós da rede urbana são os centros de gestão do território, caracterizados pela presença e diversidade de órgãos públicos ou privados onde se tomam decisões que afetam direta ou indiretamente um dado espaço (CORRÊA, 1995 apud IBGE, 2008). Outros dados referentes à oferta de equipamentos e serviços, como ligações aéreas, deslocamentos para internações hospitalares, diversidade de atividades comerciais e de serviços, oferta de ensino superior etc., também evidenciam o grau de centralidade existente e ajudam a definir os centros de gestão.

A região de influência dos centros de gestão é delimitada com base nas redes de interação que conectam as cidades. Tais redes são definidas a partir de dados de fluxos materiais e imateriais entre as cidades, tais como as principais ligações de transportes regulares, em

particular as que se dirigem aos centros de gestão; os principais destinos dos moradores para obter produtos e serviços; o destino dos produtos agropecuários; etc.

O documento encontra-se organizado em três partes:

1. A rede urbana brasileira: apresentam-se os resultados da pesquisa – a hierarquia da rede urbana e as regiões de influência dos centros urbanos;
2. Metodologia: relatam-se os estudos anteriores do IBGE sobre o tema do documento, ressaltando as principais diferenças; apresentam-se todas as etapas do estudo realizado;
3. Resultados intermediários: apresentam-se os resultados das classificações intermediárias utilizadas para a definição dos resultados.

Neste relatório, o conteúdo do documento será apresentado conforme a estrutura abaixo, com o intuito de facilitar a compreensão dos estudos realizados:

1. Estudos anteriores;
2. Metodologia;
3. Resultados intermediários;
4. Resultados finais.

Serão detalhados e ressaltados os resultados para o Estado do Espírito Santo, extraídos do texto do documento e complementados com a base de dados.

## **1. ESTUDOS ANTERIORES**

### **1.1. Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas 1968**

Os primeiros estudos do IBGE relacionados à regionalização do Brasil e caracterização de seus centros urbanos tiveram início em 1966, e foram realizados com o intuito de subsidiar a nova Divisão Regional do Brasil. Dessa primeira etapa de estudos, além do documento *Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas 1968*, publicado em 1970, resultaram ainda os seguintes produtos:

- “Esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados” (1967);
- “Subsídios à regionalização” (1968);
- “Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas” (1972).

Na *Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas 1968* foram identificados os centros polarizadores da rede urbana, a dimensão da área de influência desses centros e os fluxos que se estabeleciam nessas áreas, a partir da análise da distribuição de bens (produtos industriais) e complementarmente da distribuição de serviços (serviços ligados ao capital, de administração e direção, de educação, de saúde, de divulgação). Os resultados classificaram os centros urbanos em quatro níveis:

1. a. Grande metrópole nacional (São Paulo)
1. b. Metrópole nacional (Rio de Janeiro)
1. c. Centro metropolitano regional (Recife, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre)
1. d. Centro macrorregional (Curitiba, Fortaleza, Belém e Goiânia).
2. Centro regional
3. Centro sub-regional
4. Centro local.

No Espírito Santo, constavam das classificações a ACP<sup>7</sup> de Vitória, como Centro Regional A; Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, como Centros Sub-regionais A; e Alegre, Guaçuí, Nova Venécia e São Mateus, como Centros Locais B.

## **1.2. Regiões de influência das cidades**

As pesquisas do IBGE sobre a rede urbana brasileira foram reiniciadas em 1978 e seus resultados foram divulgados em 1987, no documento *Regiões de influência das cidades*.

Neste estudo houve uma modificação metodológica em relação ao anterior. Considerou-se a teoria das localidades centrais como base para a pesquisa, segundo a qual a frequência da demanda por bens e serviços acarreta padrões de localização diferenciados, ou seja, a centralidade das cidades decorre do papel que desempenham na distribuição de bens e serviços para a população (CHRISTALLER, 1966).

Assim, a rede de localidades centrais do País foi estabelecida a partir das matrizes de conexão dos centros urbanos. Foram estabelecidos cinco níveis de centralidade:

1. Metrópole Regional
2. Centro Submetropolitano

---

<sup>7</sup> Área de Concentração de População.

3. Centro Regional
4. Centro Sub-regional
5. Centro de Zona

As classificações presentes no Espírito Santo foram:

- Centro Submetropolitano – Vitória;
- Centro Regional – Cachoeiro de Itapemirim e Colatina;
- Centro Sub-regional – Linhares;
- Centro de Zona – Alegre, Barra de São Francisco, Castelo, Guaçuí, Itaguaçu, Mimoso do Sul, Montanha, Nova Venécia e São Mateus.

### **1.3. Regiões de influência das cidades, 1993**

Em 1993 foram retomados pelo IBGE os estudos sobre a rede de cidades do Brasil, cujos resultados foram apresentados no documento *Regiões de influência das cidades 1993*, no ano 2000.

Este trabalho seguiu a metodologia do estudo anterior, considerando os tipos de funções desempenhadas pelos centros urbanos na rede de fluxos como critério para definição de sua posição hierárquica e de sua área de influência. Para tanto, definiram-se funções centrais, classificadas em baixa, média ou elevada complexidade. Foram estabelecidos oito níveis de centralidade, de acordo com o número e o tipo de fluxos de cada núcleo: máximo, muito forte, forte, forte para médio, médio, médio para fraco, fraco e muito fraco.

No Espírito Santo, os centros urbanos classificados foram:

- Vitória – muito forte;
- Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Linhares – forte para médio;
- Alegre e São Mateus – médio;
- Barra de São Francisco, Castelo, Guaçuí e Nova Venécia – médio para fraco.

### **1.4. Diferenças em relação aos quadros anteriores**

A análise comparativa dos estudos anteriores revela que o quadro das cidades brasileiras é notavelmente estável, principalmente nos níveis hierárquicos superiores. As principais mudanças ocorrem nos níveis baixo e intermediário.

Verifica-se que as mudanças acompanham o processo de ocupação do território brasileiro, com a emergência ou adensamento de centros onde anteriormente a ocupação era rarefeita, como nas regiões Centro-Oeste e Norte do País.

A emergência ou adensamento de novos centros assim como as mudanças na posição hierárquica nos níveis baixos e intermediários ocasionam a subdivisão de áreas de influência que antes se encontravam polarizadas por outros centros urbanos.

Nota-se também o fortalecimento das capitais estaduais; em decorrência, o desenho das redes acompanha mais frequentemente os limites estaduais.

As mudanças ocorridas no Espírito Santo confirmam as tendências nacionais, com a ACP de Vitória mantendo-se sempre isolada na classificação mais alta do estado; Cachoeiro de Itapemirim e Colatina mantiveram-se na posição imediatamente inferior à ACP de Vitória, e, nas classificações mais baixas, os municípios de Linhares e São Mateus subiram na classificação, enquanto Guaçuí e Nova Venécia caíram.

**TABELA 1: CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO NOS ESTUDOS DO IBGE DE 1966, 1978 E 1993.**

Município	Classificação 1966	Classificação 1978	Classificação 1993
ACP de Vitória	Centro regional A	Centro Submetropolitano	Muito forte
Cachoeiro de Itapemirim	Centro sub-regional A	Capital Regional	Forte para médio
Colatina	Centro sub-regional A	Capital Regional	Forte para médio
Linhares	-	Centro Sub-Regional	Forte para médio
Alegre	Centro local B	Centro de Zona	Médio
Barra de São Francisco	-	Centro de Zona	Médio para fraco
Castelo	-	Centro de Zona	Médio para fraco
Guaçuí	Centro local B	Centro de Zona	Médio para fraco
Itaguaçu	-	Centro de Zona	-
Mimoso do Sul	-	Centro de Zona	-
Montanha	-	Centro de Zona	-
Nova Venécia	Centro local B	Centro de Zona	Médio para fraco
São Mateus	Centro local B	Centro de Zona	Médio

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

## **METODOLOGIA**

O REGIC 2007 retoma a metodologia dos primeiros estudos do IBGE sobre a rede urbana brasileira, partindo primeiramente da definição dos centros urbanos para depois delimitar suas regiões de influência e, a seguir, hierarquizá-los. Privilegia-se a função de gestão do território, ou seja, a presença, na cidade, de “diversos órgãos do estado e (...) sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço” (CORRÊA, 1995, p. 83 apud IBGE, 2008).

Assim, o trabalho foi organizado em três fases:

1. Definição dos centros de gestão do território;
2. Delimitação das áreas de influência dos centros;
3. Hierarquização dos centros de gestão.

Para identificar os centros de gestão, foi avaliado o nível de centralidade administrativa, jurídica e econômica existente a partir da identificação de órgãos públicos (gestão federal) e sedes de empresas (gestão empresarial) existentes nos núcleos. Complementariamente foram avaliados os equipamentos e serviços ofertados que contribuíssem para qualificar a centralidade dos núcleos identificados.

Uma vez definidos os centros, foram investigadas as ligações existentes entre as cidades a partir dos fluxos materiais e imateriais existentes entre elas. Foram avaliados os eixos de gestão pública, de gestão empresarial e de serviços de saúde, as ligações de transporte coletivo e os deslocamentos para obtenção de produtos e serviços específicos.

A partir das informações sobre a classificação dos centros de gestão, a intensidade de relacionamento entre eles e a dimensão de suas áreas de influência, foi definida a hierarquia dos centros de gestão. A classificação final adotada para os centros compreende cinco níveis hierárquicos:

1. Metrôpoles: centros urbanos de grande porte, com forte relacionamento entre si e extensas áreas de influência direta. Subdividem-se em:
  - a. Grande Metrôpole Nacional – São Paulo;
  - b. Metrôpoles Nacionais – Rio de Janeiro e Brasília;
  - c. Metrôpoles – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre.

2. Capitais regionais: possuem capacidade de gestão imediatamente inferior às metrópoles e relacionam-se diretamente com elas. Têm área de influência de âmbito regional e classificam-se em "A", "B" e "C".
3. Centros sub-regionais: possuem funções de gestão menos complexas e relacionam-se externamente à sua rede apenas com as três metrópoles nacionais. Possuem áreas de influência reduzidas e classificam-se em "A" e "B".
4. Centros de zona: exercem atividades de gestão elementares e atuam restritamente em sua área imediata. Classificam-se em "A" e "B".
5. Centros locais: sua centralidade e atuação não extrapolam os limites municipais.

### **CENTROS DE GESTÃO**

Para selecionar e classificar os centros de gestão do território foram analisados os níveis de centralidade dos municípios em relação à gestão federal, gestão empresarial e oferta de equipamentos e serviços. A metodologia e os resultados alcançados para o Espírito Santo são apresentados a seguir.

#### **Gestão Federal**

Com o objetivo de caracterizar o nível de gestão federal existente nos centros urbanos, foi investigada a existência de instâncias de órgãos federais dos poderes Executivo e Judiciário, com cobertura nacional e atuação descentralizada.

Quanto ao Poder Executivo, foram considerados os centros que possuísem ao menos uma instância dos seguintes órgãos:

- Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- Secretaria da Receita Federal (SRF);
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Quanto ao Poder Judiciário, foram selecionados os centros onde estão presentes ao menos dois dos seguintes órgãos:

- Justiça Federal Comum: 1ª instância e subseções;
- Justiça do Trabalho: varas do trabalho;
- Justiça Eleitoral: sedes de zonas eleitorais.

Os resultados foram subdivididos em oito níveis de gestão federal. Os municípios selecionados no Espírito Santo e sua classificação podem ser observados na tabela abaixo.

**TABELA 2: NÍVEIS DE GESTÃO FEDERAL DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO**

Município	Nível de gestão federal
ACP de Vitória	4
Aracruz	6
Cachoeiro de Itapemirim	6
Colatina	6
Linhares	6
Nova Venécia	6
São Mateus	6
Afonso Cláudio	7
Alegre	7
Barra de São Francisco	8
Guaçuí	8
Mimoso do Sul	8
Santa Teresa	8

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

### **Gestão empresarial**

Para verificar o nível de gestão empresarial dos centros urbanos, foi analisada a distribuição no território de sedes e filiais de empresas segundo o Cadastro Central de Empresas (IBGE, 2004). Foram selecionados os centros urbanos que possuem ao menos três empresas com unidades em outro município, para os quais foram calculados dois conjuntos de indicadores:

1. Número de filiais de suas empresas localizadas em outras unidades territoriais e número de unidades territoriais com filiais;
2. Número de sedes localizadas em outras unidades territoriais e número de unidades territoriais com sedes.

Além disso, foi considerada a relação dominante entre os centros e a distância média de cada município para o conjunto daqueles onde se localizam filiais de empresas ali sediadas.



Esses dados foram complementados com as relações das mil maiores empresas do País elaboradas por duas publicações: a revista *Exame* (segundo o valor das vendas) e o jornal *Valor Econômico* (segundo a receita líquida), ambas de 2004.

Os resultados foram ordenados em oito níveis de gestão empresarial. Os municípios selecionados no Espírito Santo e sua classificação podem ser observados na tabela abaixo.

**TABELA 3: NÍVEIS DE GESTÃO EMPRESARIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO**

Município	Nível de Gestão Empresarial
ACP de Vitória	3
Cachoeiro de Itapemirim	4
Colatina	5
Linhares	5
Aracruz	6
Alegre	7
Barra de São Francisco	7
Guaçuí	7
Pinheiros	7
São Gabriel da Palha	7
São Mateus	7
Mimoso do Sul	8
Nova Venécia	8
Santa Teresa	8

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

### **Equipamentos e serviços**

Para complementar a avaliação dos níveis de gestão, foram investigados diversos tipos de equipamentos e serviços presentes nos centros urbanos, com o intuito de qualificar a centralidade existente e garantir que centros especializados não ficassem excluídos da classificação final.

Assim, foram incluídos na classificação dos centros de gestão os núcleos que se destacaram em ao menos duas das sete categorias de equipamentos e serviços analisadas.

#### *1.4.1. Comércio e serviços*

A fonte utilizada para a análise da oferta de comércio e serviços dos centros urbanos foi o Cadastro de Empresas – CEMPRE (IBGE, 2004), do qual foram examinadas as classes de

atividades comerciais e de serviços segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

Foi considerada a proporção de classes de atividades comerciais e de serviços presentes em cada centro urbano em relação ao número total de classes existentes, considerando a maior diversidade como indicativo de maior centralidade.

Definiram-se seis níveis de diversidade: muito baixa, baixa, intermediária, elevada, muito elevada e máxima. Os municípios do Espírito Santo posicionados nos níveis superiores podem ser observados na tabela abaixo.

**TABELA 4: MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO COM MAIORES NÍVEIS DE DIVERSIDADE DE COMÉRCIO E SERVIÇOS**

Município	Nível de centralidade de comércio e serviços
ACP de Vitória	2
Cachoeiro de Itapemirim	4
Aracruz	4
Nova Venécia	4
Colatina	4
São Mateus	4
Linhares	4

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria

#### 1.4.2. Instituições financeiras

Para a avaliação da oferta de serviços bancários foram utilizadas informações sobre o número de agências bancárias e o saldo dos estabelecimentos, fornecidas pelo Banco Central do Brasil, referentes a 31/12/2004.

Foi avaliada a presença de instituições financeiras nos núcleos de acordo com os seguintes indicadores:

- Número de instituições por unidade territorial;
- Presença de um ou mais dos oito bancos de atuação nacional (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, HSBC, ABN-AMRO-Real, Unibanco e Rural);
- Volume do ativo;
- Porcentual do volume do ativo em relação ao total do estado.

Os resultados foram classificados em oito classes hierárquicas. Os municípios do Espírito Santo posicionados nas classes superiores podem ser observados na tabela abaixo.

**TABELA 5: MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO POSICIONADOS EM CLASSES SUPERIORES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

Município	Classes de hierarquia de bancos
ACP de Vitória	4
Cachoeiro de Itapemirim	5
Colatina	6
Linhares	6
Afonso Cláudio	7
Alegre	7
Aracruz	7
Barra de São Francisco	7
Castelo	7
Guaçuí	7
Montanha	7
Nova Venécia	7
Santa Teresa	7
São Gabriel da Palha	7
São Mateus	7

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

#### 1.4.3. Ensino superior

Foram avaliados para este item dados referentes ao ensino de graduação, oriundos do Censo da Educação Superior (INEP, 2004), e de pós-graduação, oriundos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Para a graduação foram consideradas as seguintes informações:

- Número de alunos matriculados nos cursos presenciais;
- Número de Grandes Áreas abrangidas pelos cursos;
- Número de tipos de cursos existentes.

Para a pós-graduação foram considerados:

- O número total de cursos;

- O número de Grandes Áreas abrangidas pelos cursos;
- A proporção de cursos de excelência (notas seis ou sete no conceito da CAPES).

Ambos os resultados foram classificados em seis níveis. A classificação dos municípios do Espírito Santo pode ser observada na tabela abaixo.

**TABELA 6: NÍVEIS DE CENTRALIDADE DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO**

Município	Nível de centralidade de graduação	Nível de centralidade de pós-graduação
ACP de Vitória	3	3
Alegre	5	6
Aracruz	5	-
Cachoeiro de Itapemirim	5	-
Colatina	5	-
Linhares	5	-
Nova Venécia	5	-
Santa Teresa	5	-
São Mateus	5	-
Afonso Cláudio	6	-
Barra de São Francisco	6	-
Castelo	6	-
Conceição do Castelo	6	-
Domingos Martins	6	-
Guaçuí	6	-
Ibiraçu	6	-
Iúna	6	-
Santa Maria de Jetibá	6	-
São Gabriel da Palha	6	-
Venda Nova do Imigrante	6	-

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

#### 1.4.4. Saúde

Na avaliação da oferta de equipamentos e serviços de saúde, foram considerados: 1- o nível de complexidade do atendimento disponível e 2- o volume de atendimentos realizados. Para o primeiro foram obtidos dados referentes ao tipo de equipamentos e às especialidades médicas disponíveis através da Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária – AMS (IBGE, 2005). Para o segundo foram utilizadas as informações do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto ao volume de internações hospitalares financiadas em cada cidade.

A classificação final dos centros quanto à oferta de serviços de saúde foi organizada em seis níveis de centralidade. Os municípios do Espírito Santo classificados em níveis superiores podem ser observados na tabela abaixo.

**TABELA 7: MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO CLASSIFICADOS EM NÍVEIS DE CENTRALIDADE SUPERIORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE**

Município	Nível de centralidade de saúde
ACP de Vitória	3
Cachoeiro de Itapemirim	4
Colatina	5
Linhares	5
São Mateus	5

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

#### 1.4.5. Internet

Para avaliar a oferta de serviços de Internet foram analisados os domínios registrados por município, com dados cedidos pelo Registro de Domínios para a Internet no Brasil – Registro.br, referentes a março de 2006.

As informações foram organizadas segundo o número absoluto de ocorrências de domínios e segundo ocorrências por cada dez mil habitantes. Os municípios do Espírito Santo com mais de 15 domínios por 10 mil habitantes constam da tabela abaixo.

**TABELA 8: MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO COM MAIS DE 15 DOMÍNIOS DE INTERNET POR CADA 10.000 HABITANTES**

Município	Domínios por 10.000 habitantes
ACP de Vitória	48,8
Colatina	35,1
Cachoeiro de Itapemirim	28,2
Piúma	25,2
Venda Nova do Imigrante	20,4
Linhares	18,9
Ibiraçu	18,4
Nova Venécia	18,3
Aracruz	18,1
Marechal Floriano	17,3
Fundão	15,8
Domingos Martins	15,7

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

#### 1.4.6. Redes de televisão aberta

As fontes utilizadas para analisar a oferta de serviços de televisão aberta foram os atlas de cobertura das emissoras: Globo, Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), Bandeirantes (BAND), RedeTV!, Cultura, Gazeta e Grupo Paulo Pimentel (GPP), para os anos de 2002, 2003 e 2004.

As emissoras consideradas foram classificadas em redes nacionais (Globo, SBT e BAND) e redes regionais (as demais), segundo seu alcance espacial no território nacional.

A classificação dos centros segundo a oferta de serviços de televisão aberta baseou-se nos seguintes indicadores:

- Presença de emissoras afiliadas regionais ou nacionais;
- Número de conexões a redes nacionais e regionais.

A classificação final dos centros quanto à oferta de serviços televisão aberta foi organizada em sete níveis. Os municípios do Espírito Santo classificados em níveis superiores podem ser observados na tabela abaixo.

**TABELA 9: MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO CLASSIFICADOS EM NÍVEIS DE CENTRALIDADE SUPERIORES DE REDES DE TELEVISÃO**

Município	Nível da centralidade de redes de televisão
ACP de Vitória	2
Cachoeiro de Itapemirim	4
Linhares	4
Alto Rio Novo	6
Boa Esperança	6
Brejetuba	6
Conceição da Barra	6
Conceição do Castelo	6
Itaguaçu	6
Iúna	6
Pancas	6
Pedro Canário	6
São Roque do Canaã	6
Vila Pavão	6

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

#### 1.4.7. Conexões aéreas

A avaliação da conectividade aérea dos centros urbanos foi realizada a partir das informações do *Anuário do transporte aéreo 2004* do Departamento de Aviação Civil (DAC), atual Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Foram coletados os dados referentes ao número de voos e ao volume de cargas e passageiros transportados, organizados numa matriz origem-destino por aeroporto público no País.

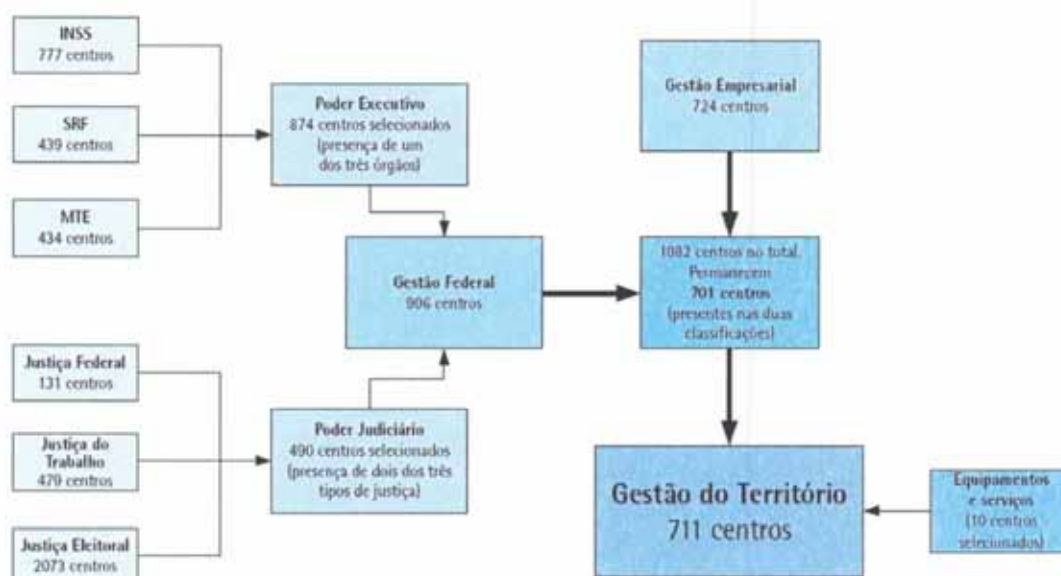
Foram incorporados à análise os conceitos de fluxo dominante, cidade independente, cidade subordinada e a transitividade das ligações. Assim, uma cidade foi considerada independente se seu fluxo do dominante (o maior) estiver dirigido a uma cidade menor (em população), e considerada subordinada no caso contrário. Para o transporte de passageiros, o tamanho das cidades foi medido pela população, já para o transporte de cargas foi considerado o PIB do município. O conceito de transitividade diz respeito ao encadeamento de subordinações das cidades, ou seja, ao grau de subordinação ou independência dos aeroportos.

Utilizou-se, ainda, o modelo gravitacional para estimar o fluxo teoricamente esperado entre duas cidades, de acordo com seu tamanho e a distância entre elas (medida em linha reta). Dessa forma foi possível determinar quais pares de cidades possuem conexões acima ou abaixo do esperado.

Os resultados foram ordenados em cinco níveis de conectividade aérea. No Espírito Santo foi selecionada a ACP de Vitória e o município de São Mateus, ambos classificados no nível três.

### Definição dos centros de gestão

Depois de avaliados os indicadores de gestão federal, de gestão empresarial e de equipamentos e serviços, foram definidos 711 centros de gestão do território, conforme a metodologia resumida na figura a seguir.



**FIGURA 1: ETAPAS DA DEFINIÇÃO DOS CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO.**  
**FONTE: REGIC 2007.**

No Espírito Santo, 21 municípios foram classificados nos níveis de gestão três a seis, de seis possíveis, sete deles pertencentes à Área de Concentração de População (ACP) de Vitória.<sup>8</sup> Os municípios classificados podem ser observados na tabela seguinte.

<sup>8</sup> A saber: Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.



**TABELA 10: CLASSIFICAÇÃO DOS CENTROS DE GESTÃO DO ESPÍRITO SANTO**

Município	Classificação dos centros de gestão
ACP de Vitória	3
Cachoeiro de Itapemirim	4
Colatina	4
Linhares	4
Aracruz	5
Nova Venécia	5
São Mateus	5
Afonso Cláudio	6
Alegre	6
Barra de São Francisco	6
Guaçuí	6
Mimoso do Sul	6
Pinheiros	6
Santa Teresa	6
São Gabriel da Palha	6

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

### **REGIÕES DE INFLUÊNCIA**

As regiões de influência das cidades foram definidas segundo as ligações existentes entre elas e sua intensidade. Foram atribuídos valores às relações de acordo com diferentes critérios para cada tema investigado, e para a ordenação dos indicadores resultantes foram considerados os quatro maiores para cada unidade territorial. A vinculação entre os centros foi determinada por sua principal ligação.

#### **Ligações entre os centros de gestão**

Para os municípios selecionados como centros de gestão, foram consideradas as ligações intermunicipais relacionadas à gestão pública e à gestão empresarial, complementadas pelas relacionadas aos serviços de saúde. Foram selecionadas as quatro principais ligações de cada centro, classificando-as em ordens de um a quatro, de acordo com a importância da relação.

Para a gestão pública, foram consideradas as relações de subordinação entre os órgãos investigados do poder Executivo (SRF, INSS e MTE) e Judiciário (Justiça Comum, Justiça do Trabalho e Justiça Eleitoral).

**TABELA 11: LIGAÇÕES DE GESTÃO FEDERAL DE ORDEM 1 A 4 DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO**

<b>Município</b>	<b>Gestão Federal - ligações de ordem 1 a 4</b>
ACP de Vitória	14
Cachoeiro de Itapemirim	9
Colatina	4
Nova Venécia	4
Linhares	3
São Mateus	3
Alegre	2
Aracruz	2

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

Para a gestão empresarial foi somado o número de filiais instaladas em um centro segundo a localização da sede.

**TABELA 12: LIGAÇÕES DE GESTÃO EMPRESARIAL DE ORDEM 1 A 4 DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO**

<b>Município</b>	<b>Gestão Empresarial - ligações de ordem 1 a 4</b>
ACP de Vitória	25
Colatina	18
Cachoeiro de Itapemirim	13
Linhares	7
Nova Venécia	6
Guaçuí	3
São Gabriel da Palha	3
Aracruz	2
Barra de São Francisco	2
Alegre	1

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	694
2	Rio de Janeiro (RJ)	471
3	Belo Horizonte (MG)	266
4	Cachoeiro de Itapemirim (ES)	142
5	Brasília (DF)	140
6	Colatina (ES)	95
7	Linhares (ES)	91
8	Fundão (ES)	82
9	Ibiraçu (ES)	74
10	Aracruz (ES)	62
11	Salvador (BA)	53
12	Santos (SP)	42
13	Curitiba (PR)	41
14	Porto Alegre (RS)	37
15	São Mateus (ES)	36
16	Campos dos Goytacazes (RJ)	36
17	Campinas (SP)	36
18	Recife (PE)	36
19	Uberlândia (MG)	26
20	Ilhéus (BA)	25

**FIGURA 2: INTENSIDADE DE RELACIONAMENTO EMPRESARIAL DE VITÓRIA, COM DESTAQUE PARA OS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO. FONTE: REGIC 2007.**

Para as ligações relacionadas aos serviços de saúde, foram utilizados os registros de internações hospitalares financiadas pelo SUS, identificando o local de residência e o local de internação dos pacientes.

**TABELA 13: LIGAÇÕES RELACIONADAS A INTERNAÇÕES HOSPITALARES DE ORDEM 1 A 4 DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO**

Município	Internações - ligações de ordem 1 a 4
ACP de Vitória	27
Colatina	16
Cachoeiro de Itapemirim	13
São Mateus	13
Santa Teresa	11
Linhares	6
Nova Venécia	6
Barra de São Francisco	4
São Gabriel da Palha	4
Guaçuí	3

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

## **Ligações entre os demais municípios**

Para os municípios não classificados como centros de gestão, os dados de relacionamentos foram levantados através de um questionário aplicado pelas agências do IBGE. Foram investigados os deslocamentos intermunicipais segundo diversos motivos, considerando os principais destinos dos moradores para obter produtos e serviços específicos. Para cada tema pesquisado, exceto para transportes coletivos, para os quais foram consideradas outras variáveis, a pontuação estabeleceu-se pelo número de vezes que a cidade foi citada como destino no questionário. A seguir, apresentam-se os temas e seus resultados, classificados em seis classes de relacionamento cada um.

### *Transportes coletivos*

As ligações regulares de transporte coletivo entre os municípios foram analisadas segundo a frequência das viagens, o número de saídas e o tempo médio de viagem em condições normais. Foram considerados os transportes de tipo rodoviário, aéreo e fluvial.

### *Compras*

Foram investigados deslocamentos para adquirir artigos como roupas, calçados, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis etc., de acordo com a ordem de frequência dos deslocamentos.

### *Ensino superior*

Os moradores foram questionados sobre os municípios aonde se dirigiam preferencialmente para cursar estudos superiores, mesmo que seu município contasse com esses cursos.

A classificação dos municípios do Espírito Santo nos relacionamentos por motivos de transportes, compras e cursos é apresentada na tabela abaixo.

**TABELA 14: CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO NOS RELACIONAMENTOS POR MOTIVOS DE TRANSPORTES, COMPRAS, CURSOS E LAZER**

Município de destino	Classe relacionamentos transportes	Classe relacionamentos compras	Classe relacionamentos cursos
ACP de Vitória	C	C	D
Cachoeiro de Itapemirim	E	D	D
Colatina	E	D	D
Alegre	E	F	E
Linhares	E	F	E
Santa Teresa	F	F	E
São Mateus	E	E	E
Aracruz	F	F	F
Barra de São Francisco	F	F	F
Castelo	-	F	F
Guaçuí	E	F	F
Nova Venécia	E	F	F
São Gabriel da Palha	F	F	F
Venda Nova do Imigrante	F	F	F

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

#### *Lazer*

Foi perguntado aos moradores sobre seus deslocamentos para frequentar cinema, teatro, shows, jogos e outros eventos artísticos e esportivos.

#### *Saúde*

Foram investigados os deslocamentos realizados pelos moradores em função de consultas médicas, odontológicas, realização de exames e internações.

#### *Jornais*

Foram investigados em que municípios são editados os jornais com periodicidade diária, semanal e mensal vendidos na cidade. Considerou-se, ainda, o número de títulos (não de exemplares) vendidos. A classificação dos municípios do Espírito Santo nos relacionamentos por motivos de lazer, saúde e jornais é apresentada na tabela abaixo.

**TABELA 15: CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO NOS RELACIONAMENTOS POR MOTIVOS DE LAZER, SAÚDE E JORNAIS**

Município de destino	Classe relacionamentos lazer	Classe relacionamentos saúde	Classe relacionamentos jornal
ACP de Vitória	C	C	C
Cachoeiro de Itapemirim	D	E	E
Colatina	E	E	-
Alegre	F	-	-
Linhares	F	F	F
Santa Teresa	F	F	-
São Mateus	E	E	E
Aracruz	F	F	F
Barra de São Francisco	E	F	-
Castelo	F	F	-
Guaçuí	F	E	F
Nova Venécia	F	F	F
São Gabriel da Palha	F	F	-
Venda Nova do Imigrante	F	F	F

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

#### *Aeroportos*

Os moradores foram questionados sobre os municípios onde ficavam os aeroportos com voos regulares utilizados mais frequentemente.

#### *Agropecuária*

Neste item, investigou-se o destino da produção agropecuária do município e a origem dos insumos utilizados. Foram considerados como produção agropecuária produtos de cesta básica, produtos de consumo regional e *commodities*; como insumos: sementes, adubos, fertilizantes, pesticidas, vacinas, equipamentos diversos, etc.

A classificação dos municípios do Espírito Santo nos relacionamentos relativos a aeroportos, produtos e insumos agrícolas é apresentada na tabela abaixo.

**TABELA 16: CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO NOS RELACIONAMENTOS RELATIVOS A AEROPORTOS, PRODUTOS E INSUMOS AGRÍCOLAS**

Município de destino	Classe relacionamentos aeroportos	Classe relacionamentos produtos agríc.	Classe relacionamentos insumos agríc.
ACP de Vitória	C	C	D
Cachoeiro de Itapemirim	-	E	E
Colatina	-	D	E
Linhares	-	E	E
Aracruz	-	E	F
Barra de São Francisco	-	F	F
Guaçuí	-	E	F
Nova Venécia	-	F	F
Santa Teresa	-	-	F
São Gabriel da Palha	-	E	F
São Mateus	F	F	F
Venda Nova do Imigrante	-	F	F
Alegre	-	F	-
Castelo	-	F	-

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

#### **Definição das regiões de influência**

Foram combinadas as duas redes de ligações – a dos centros de gestão e a das informações do questionário – para definir as regiões de influência dos centros urbanos.

As regiões foram organizadas em matrizes, em que é possível visualizar as relações entre os municípios.

O Espírito Santo está incluído na região de influência da cidade do Rio de Janeiro e estende sua influência até o sul da Bahia.

**TABELA 17: REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE VITÓRIA COM RELAÇÃO A CENTROS LOCAIS**

Capital Regional A	Centro Local
Vitória	Alfredo Chaves
	Anchieta
	Baixo Guandu
	Bom Jesus do Norte*
	Divino de São Lourenço
	Domingos Martins
	Dores do Rio Preto
	Fundão
	Ibatiba
	Ibitirama
	Irupi
	Itaguaçu
	Itarana
	Iúna
	Marechal Floriano
	Piúma
Santa Leopoldina	
Santa Maria de Jetibá	
Santa Teresa	

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

\* Município com vinculação a outras redes.

**TABELA 18: REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE VITÓRIA COM RELAÇÃO À CAPITAL REGIONAL C**

Capital Regional A	Capital Regional C	Centro de Zona B	Centro Local
Vitória	Cachoeiro de Itapemirim	-	Alegre
			Atilio Vivacqua
			Guaçuí
			Iconha
			Itapemirim
			Jerônimo Monteiro
			Marataízes
			Mimoso do Sul
			Muniz Freire
			Muqui
			Presidente Kennedy
			Rio Novo do Sul
		Vargem Alta	
Castelo	Conceição do Castelo*		

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

\* Município com vinculação a outras redes.



**TABELA 19: REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE VITÓRIA COM RELAÇÃO A CENTROS SUB-REGIONAIS A**

Capital Regional A	Centro Sub-regional A	Centro de Zona B	Centro Local	
Vitória	São Mateus	-	Conceição da Barra	
			Jaguaré	
			Montanha	
			Mucurici	
			Pedro Canário	
			Pinheiros	
			Ponto Belo	
	Colatina	-		Alto Rio Novo
				Governador Lindenberg
				Mantenópolis*
				Marilândia
				Pancas
				São Domingos do Norte
				São Roque do Canaã
		São Gabriel da Palha	Vila Valério	
	Teixeira de Freitas			Alcobaça
				Caravelas
				Ibirapuã
				Itanhém
				Jucuruçu
				Lajedão
Medeiros Neto				
Mucuri				
Nova Viçosa				
Vereda				
	Itamaraju	Prado		

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

\* Município com vinculação a outras redes.

**TABELA 20: REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE VITÓRIA COM RELAÇÃO A CENTRO SUB REGIONAL B.**

Capital Regional A	Centro Sub Regional B	Centro Local
Vitória	Linhares	Rio Bananal
		Sooretama

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

**TABELA 21: REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE VITÓRIA COM RELAÇÃO A CENTROS DE ZONA A.**

Capital Regional A	Centro de Zona A	Centro Local
Vitória	Aracruz	Ibiraçu
		João Neiva
	Nova Venécia	Boa Esperança
		Vila Pavão

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

**TABELA 22: REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE VITÓRIA COM RELAÇÃO A CENTROS DE ZONA B.**

Capital Regional A	Centro de Zona B	Centro Local
Vitória	Afonso Cláudio	Laranja da Terra
	Barra de São Francisco	Águia Branca
		Água Doce do Norte
		Ecoporanga
	Venda Nova do Imigrante	Brejetuba*
		Conceição do Castelo*

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

\* Município com vinculação a outras redes.

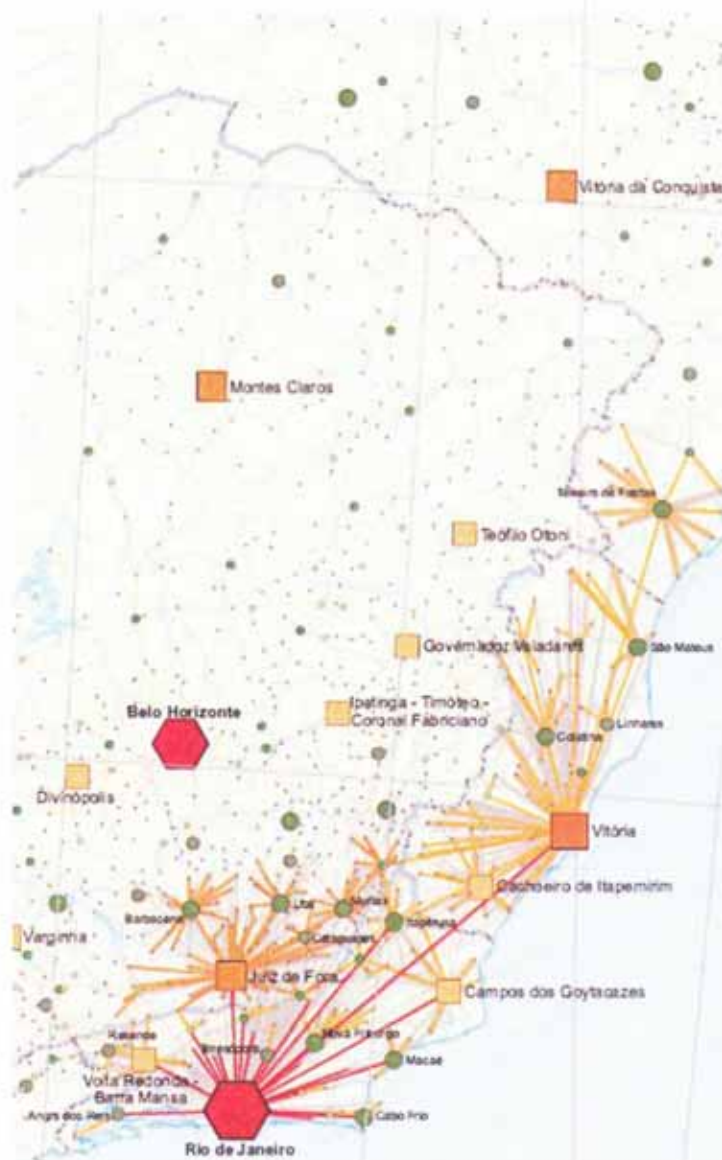


FIGURA 3: MAPA DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO RIO DE JANEIRO. FONTE: REGIC 2007.

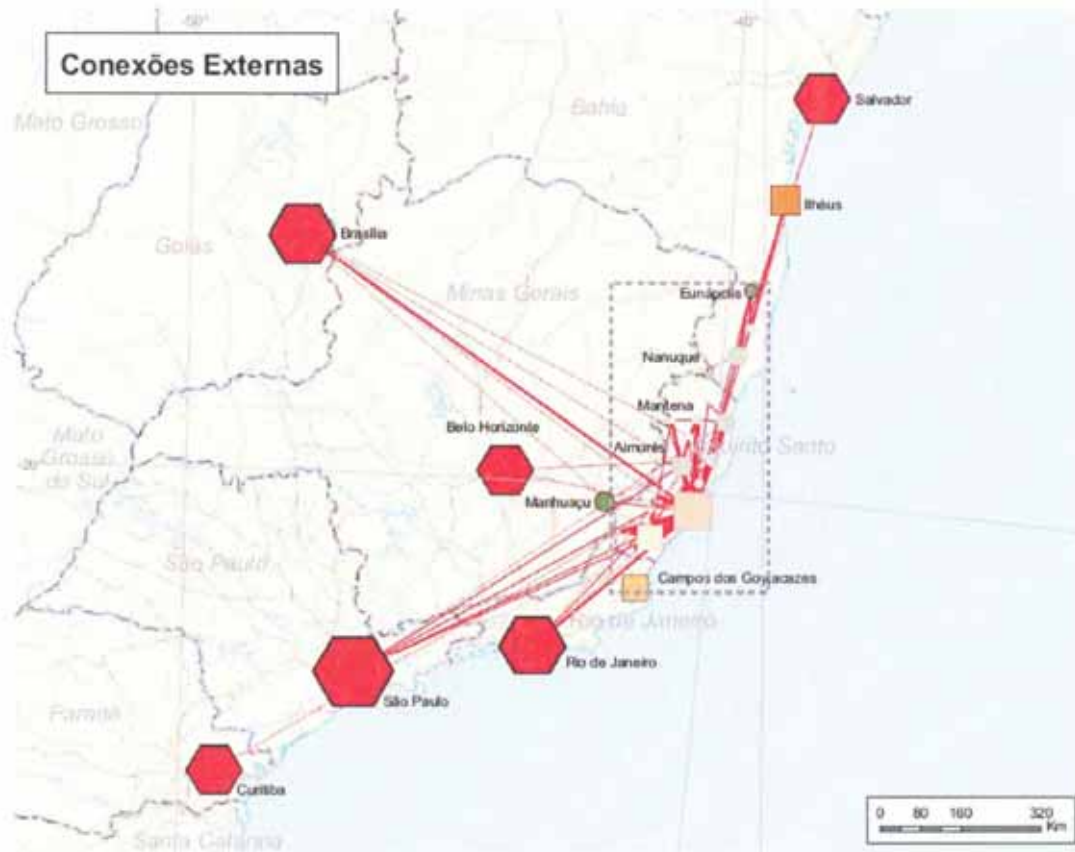


FIGURA 4: CONEXÕES EXTERNAS DO ESPÍRITO SANTO. FONTE: REGIC 2007.

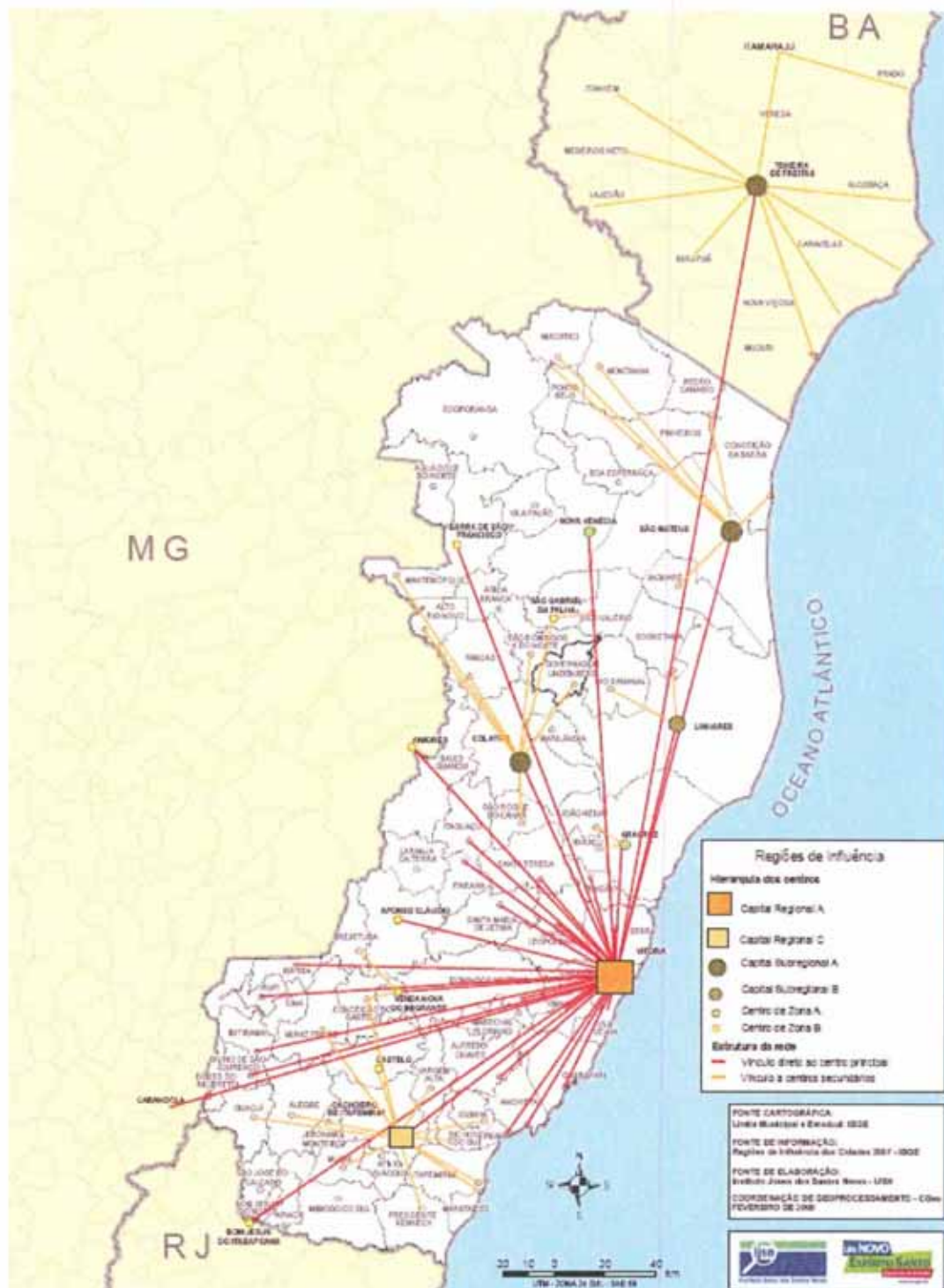


FIGURA 5: MAPA DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO ESPÍRITO SANTO. FONTE: IJSN.

## RESULTADOS FINAIS

A hierarquia dos centros urbanos foi complementada com as informações da etapa de definição das regiões de influência, a partir de dois critérios:

1. A dimensão da área de influência, definida em função da população residente nos municípios que a compõem;
2. A intensidade das relações, definida em função da frequência de menções ao centro como destino nos questionários.

O resultado final da hierarquia dos municípios do Espírito Santo consta da tabela abaixo.

**TABELA 23: HIERARQUIA DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO**

<b>Centros de gestão do ES</b>	<b>Classificação</b>
ACP de Vitória	Capital Regional A
Cachoeiro de Itapemirim	Capital Regional C
Colatina	Centro sub-regional A
São Mateus	Centro sub-regional A
Linhares	Centro sub-regional B
Aracruz	Centro de zona A
Nova Venécia	Centro de zona A
Afonso Cláudio	Centro de zona B
Barra de São Francisco	Centro de zona B
Castelo	Centro de zona B
São Gabriel da Palha	Centro de zona B
Venda Nova do Imigrante	Centro de zona B
Outros	Centro local

Fonte: REGIC 2007. Elaboração própria.

## **1.1) CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ESTUDOS BÁSICOS**

Nesta etapa do trabalho serão tecidas algumas considerações sobre cada um dos textos, levando-se em conta principalmente a metodologia e as questões relativas ao Espírito Santo.

Em relação aos sistemas urbano-regionais, tanto o estudo Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil (CTRUB) quanto o REGIC organizam os sistemas territoriais a partir das metrópoles ou dos centros regionais que possuem um encadeamento funcional entre os diversos níveis de influência, tanto recíproco (cidades do mesmo nível), como hierárquico (cidade de níveis diferentes).

Os três documentos estudados consideram a capacidade de comando das unidades territoriais como fator essencial para caracterizar o exercício da polaridade e da articulação do território. No CTRUB é considerada a importância enquanto centro de decisão, a diversificação e complexidade da economia urbana, o grau de urbanização e a articulação inter e intrassetorial como fatores de hierarquização e regionalização da rede urbana. No REGIC são considerados os níveis de gestão federal e empresarial, a oferta de equipamentos e serviços e a atração de fluxos materiais e imateriais. Já no estudo do CEDEPLAR são considerados o tamanho das cidades, a natureza de suas bases produtivas, a localização e a infraestrutura de acessibilidade existente.

### **Considerações sobre o Espírito Santo**

O Espírito Santo se enquadra na região de influência do Rio de Janeiro nos três textos analisados. Enquanto no estudo do IPEA de 2002 os municípios do extremo norte do Espírito Santo são considerados como mais influenciados por municípios baianos, o REGIC de 2007 já aponta o extremo sul da Bahia como parte da região de influência de Vitória, o que leva a uma prévia constatação de que houve um crescimento da região de influência da aglomeração urbana de Vitória.

Os textos estudados trazem algumas considerações sobre o Estado do Espírito Santo que valem a pena serem analisadas. Por exemplo, em relação ao processo de desconcentração das atividades produtivas iniciado na década de 1970, o CTRUB aponta que Espírito Santo e Minas Gerais aumentaram sua participação relativa na economia nacional, enquanto São Paulo e Rio de Janeiro diminuíram. Outro fato relevante é que o Espírito Santo foi o estado que mais cresceu entre 1980 e 1991, aumentando em 2,3% sua população estadual e 3,67% sua população urbana.

A região Sudeste concentrou grande parte dos investimentos do governo federal previstos para os anos 1997-2000, ficando com 58,8% do total e, excluindo São Paulo, com 29,2%. No que se refere à intensidade da mudança, há destaque para o Espírito Santo, com investimento 3,5 vezes maior que sua participação no VTI, enquanto Minas Gerais e Rio de Janeiro tiveram índice de 1,22 e 1,28, respectivamente. No entanto, verifica-se que nos três estados esse investimento é concentrado tanto espacialmente quanto setorialmente.

Quanto à classificação da rede urbana, o REGIC 2007 realiza uma hierarquização muito mais detalhada que o CTRUB. Identifica duas Capitais Regionais no estado (ACP<sup>9</sup> de Vitória – Capital Regional A, e Cachoeiro de Itapemirim, Capital Regional C), três Centros Sub-regionais (São Mateus e Colatina – Centros Sub-regionais A, e Linhares – Centro Sub-regional B) e sete Centros de Zona (Aracruz e Nova Venécia – Centros de Zona A, e Afonso Cláudio, Barra de São Francisco, Castelo, São Gabriel da Palha e Venda Nova do Imigrante – Centros de Zona B). No CTRUB (elaborado em 1999), por sua vez, apenas figuraram na classificação hierárquica a Região Metropolitana da Grande Vitória, identificada como MetrÓpole Regional de Ordem 4, e os município de Linhares, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, identificados como Centros Urbanos de Ordem 8.

A princípio, chama a atenção na mesorregião litoral norte do estado um possível processo de reordenamento hierárquico no que tange aos seus dois maiores municípios, São Mateus e Linhares. Sabemos que os dois estudos partem de metodologias diferenciadas: o CTRUB utiliza indicadores demográficos, econômicos e urbanísticos e o REGIC parte da centralidade jurídica, administrativa e econômica, ambos buscando definir os principais centros e sua rede de influências. No entanto, essa alteração de posição, no qual a centralidade de São Mateus se sobrepõe à de Linhares, merece uma análise cuidadosa.

Destaca-se na proposta de regionalização do CEDEPLAR que o índice de Centralidade da Sub-região Norte Capixaba está abaixo da média nacional, enquanto a Sub-Vitória apresenta índices superiores à média do País. Quanto à estrutura econômica a Sub-região Norte capixaba se caracteriza com baixa participação no PIB nacional e maior ocupação no setor primário e no terciário da economia, enquanto a Sub-região Vitória apresenta pouca participação no PIB nacional e crescimento negativo da taxa de crescimento da participação relativa no PIB e sua ocupação é majoritariamente no setor terciário. Isso demonstra grandes desigualdades entre o sul e o norte do Estado, mas esconde o fato de que a realidade da Região Metropolitana da Grande Vitória é bem distinta da do sul do estado.

A questão da repolarização que ocorre quando uma área econômica tradicional e central perde a liderança para uma outra área considerada periférica e dependente também pode ser aplicada no Estado do Espírito Santo. Outra questão que chama atenção é o baixo índice de capacitação tecnológica regional. Em suas seis variáveis, somente uma recebe destaque, o que caracteriza uma região com pouca habilidade em gerar, difundir e absorver inovações tecnológicas.

Outro detalhe que vale a pena comentar é a classificação final dos centros de menor porte do sul do estado realizada pelo REGIC. Ao longo de todo o texto é desenvolvida uma linha de raciocínio em que se destacam os critérios a partir dos quais é realizada a classificação hierárquica dos municípios. Nos resultados intermediários dessa classificação, observa-se que se destacam constantemente as cidades de Alegre e Guaçuí. No entanto, na classificação final do documento, tais cidades são classificadas apenas como *centros locais* (último nível da hierarquia), enquanto, surpreendentemente, aparecem Castelo e Venda Nova do Imigrante como *centros de zona*.

---

<sup>9</sup> Área de Concentração de População.



Tanto Castelo como Venda Nova do Imigrante se destacam<sup>10</sup> apenas em dois critérios utilizados pelo estudo: nível de centralidade de cursos de graduação, ocupando esses municípios o terceiro nível presente no estado, junto com Guaçuí e abaixo de Alegre, que ocupa o segundo nível, e número de relacionamentos com outros municípios, também pelo motivo de cursos de graduação, em que a hierarquia entre eles se mantém a mesma. Apenas Venda Nova se destaca na quantidade de domínios de Internet por 10 mil habitantes. Já Alegre e Guaçuí se destacam em relacionamentos por transporte público (ambos), por motivo saúde (Guaçuí acima de Alegre), por produtos e insumos agrícolas (somente Guaçuí) e por cursos de pós-graduação (somente Alegre). Nota-se, especialmente, que Castelo e Venda Nova não fazem parte da classificação preliminar dos centros de gestão, enquanto Alegre e Guaçuí sim.

O próprio documento conceitua centros de zona enquanto aqueles que “exercem atividades de gestão elementares e atuam restritamente em sua área imediata” e centros locais como aqueles nos quais “sua centralidade e atuação não extrapolam os limites municipais”. A partir de que critérios, não explicitados, essa classificação final se sustenta? Ou seja, porque Castelo e Venda Nova do Imigrante, municípios sem destaque algum nos critérios explicitados, foram classificados como mais centrais que Guaçuí e Alegre?

---

<sup>10</sup> Considera-se como destaque na classificação o posicionamento hierárquico nas três maiores categorias presentes no Estado segundo os estudos realizados pelo REGIC.

## 2) RESUMO INFORMATIVO DOS ESTUDOS ESPECÍFICOS

### 1. Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025**. Vitória, 2006. Disponível em: <[www.espiritosanto2025.com.br](http://www.espiritosanto2025.com.br)>. Acesso: jul-09.

O plano foi desenvolvido por consultores da empresa Macroplan e por técnicos da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Espírito Santo e é apresentado em 12 volumes.

#### **Volume 1: Síntese do plano**

Apresenta uma visão geral e introdutória do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025. Divide-se em três partes principais: 1 – Onde estamos – análise retrospectiva, da situação e das possibilidades de futuro; 2 – Aonde queremos chegar – a Visão de Futuro do Espírito Santo em 2025; e 3 – Como vamos chegar lá – a Estratégia e os Projetos para a construção do futuro.

#### **Volume 2: Pesquisa qualitativa**

A pesquisa organiza e consolida percepções, opiniões, sugestões e recomendações formuladas em 105 entrevistas diretas com vários representantes de segmentos sociais e entidades estatais e não estatais, e especialistas conhecedores do Estado do Espírito Santo. Divide-se em duas partes: 1 – Síntese e interpretação da pesquisa qualitativa; 2 – Conjunto de todas as entrevistas realizadas.

#### **Volume 3: Condicionantes de futuro**

Identifica tendências nacionais e internacionais, consolidadas e estruturais, verificando em que medida essas podem impulsionar ou atrasar o desenvolvimento do Espírito Santo. Tem o objetivo de subsidiar o Plano de Desenvolvimento através da reflexão sobre os condicionantes de futuro endógenos (variáveis mundiais e nacionais) e exógenos (variáveis internas ao Estado).

#### **Volume 4: Análise comparativa: experiências em âmbito nacional e internacional**

Análise de casos de boas práticas relacionadas a diversos aspectos:

- Indicadores de desempenho (dimensões: econômica, ambiental, informação e conhecimento, político-institucional, infraestrutural);
- Salto educacional;
- Internalização sustentável do *boom* do petróleo;
- Caminhos para o controle da violência;
- Construção da nova gestão pública.

A análise propõe conhecer, assimilar e adaptar soluções, estratégias, processos e mecanismos que foram bem sucedidos em distintos lugares.

## **Volume 5: Cenários exploratórios para o Espírito Santo no horizonte 2006-2025**

Partindo dos condicionantes de futuro, propõem-se três cenários exploratórios: a- ruptura (olhar positivo); b- tendencial; c- estagnação e retrocesso. Através destes, antecipam-se as principais oportunidades, ameaças, potencialidades e riscos no desenvolvimento do Estado.

## **Volume 6: Avaliação estratégica e subsídios para a visão de futuro**

Mapeamento e análise das potencialidades e estratégias de desenvolvimento do Espírito Santo, através do processo de Avaliação e Formulação Estratégica e dos insumos utilizados para a elaboração da Visão de Futuro. Divide-se em quatro partes: 1- Visão de Conjunto – abordagem executiva do resultado final do processo; 2- Avaliação Estratégica – memória do processo de elaboração das premissas e geração de estratégias através de uma Matriz de Avaliação Estratégica; 3- Análise dos invariantes da Visão de Futuro (situação desejada nas dimensões econômica, social, cultural, ambiental, institucional, de informação e de conhecimento) e *benchmarking* – geração de estratégias a partir desses insumos; 4- Análise da Composição do Conjunto de Estratégias – justapõe os dois grupos de estratégias e possíveis temas de projetos gerados, através de uma matriz de alinhamento.

## **Volume 7: Visão de futuro**

Sintetiza as reflexões estratégicas que balizaram a construção da Visão de Futuro. Definiram-se as características do novo ciclo de desenvolvimento desejável para o Estado, com base nas invariantes estudadas e nas aspirações da sociedade.

Foram definidos 97 projetos organizados em 11 grupos.

## **Volume 8: Carteira de projetos estruturantes**

Com base nas estratégias principais e complementares definidas no volume 6, foram inventariados projetos existentes e gerados novos, agrupados em torno a um projeto-âncora. Os projetos foram avaliados e hierarquizados de acordo com sua capacidade de transformação e de influência de outros projetos, e com os riscos relacionados à sua implantação.

Os grupos de projetos são:

- Desenvolvimento do capital humano;
- Erradicação da pobreza e redução das desigualdades;
- Redução da violência e da criminalidade;
- Interiorização do desenvolvimento;
- Desenvolvimento da rede de cidades;
- Recuperação e conservação dos recursos naturais;
- Agregação de valor à produção, adensamento das cadeias produtivas e diversificação econômica;
- Desenvolvimento da logística;
- Capital social e qualidade das instituições capixabas;
- Fortalecimento da identidade e melhoria da imagem capixaba;
- Inserção estratégica regional.

Cada projeto estruturante tem prazo finito e bem definido, mobiliza e articula recursos públicos, privados ou em parceria e depende de seletividade, urgência, disponibilidade de recursos e adesão de novos parceiros para sua execução.

### **Volume 9: Agenda de implementação, governança e plano de comunicação**

Agenda de Implementação e Governança: enfoca os esforços iniciais para a alavancagem do plano e ações necessárias para garantir sua sustentabilidade. Compõe-se de:

- Desenho organizacional;
- Governança e sustentabilidade em cada grupo de projetos;
- Mecanismos e instrumentos operativos;
- Agenda de curto prazo.

Plano de comunicação: visão de conjunto da abordagem de comunicação e mobilização dos principais atores. Visa garantir a continuidade dos esforços durante a execução do plano.

### **Volume 10: Nota técnica: agregação de valor e diversificação econômica do Espírito Santo**

Apresenta uma compilação de estudos sobre o tema e aprofunda projetos que fazem parte do Grupo 7 da Carteira de Projetos: Agregação de Valor à Produção, Adensamento das Cadeias Produtivas e Diversificação Econômica.

### **Volume 11: Desenvolvimento da logística e dos transportes**

Detalha os projetos estruturantes de Logística e Transportes e acrescenta um conjunto de projetos associados que expandem o escopo da carteira anterior. Com esse intuito, foi realizada uma análise da evolução recente e da situação atual do setor logístico capixaba e uma comparação com outros sistemas do Brasil. Além disso, para que os projetos pudessem ser de fato realizados e tivessem continuidade ao longo da implementação do Plano, foram identificados alguns requisitos de governança e sustentabilidade que devem ser atendidos.

## 2. Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Espírito Santo 2025

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Espírito Santo 2025**. Vitória, 2006. Disponível em: <[www.turismo.es.gov.br](http://www.turismo.es.gov.br)>. Acesso: jul-09.

### Introdução

O documento surgiu como avaliação e reformulação do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Espírito Santo 2004-2013, através do Conselho Estadual de Turismo.

Pelos aspectos econômicos e sociais do turismo, pode-se considerá-lo como parte importante de um processo de desenvolvimento sustentável.

A manutenção dos benefícios gerados pelo turismo depende da assimilação de condutas ambientalmente corretas, socialmente justas e economicamente rentáveis em todas as instâncias envolvidas. São estes também os princípios que norteiam o Plano.

### Diagnóstico

- Comparação de dados entre o turismo do Brasil e do mundo.
- O crescimento econômico do Espírito Santo abre oportunidades para o desenvolvimento do turismo nacional e internacional.
- Potencial de geração de empregos do setor turístico.
- Alteração gradual do perfil dos turistas, antes fortemente ligado às praias, com concentração no verão e origem pouco diversificada.
- Mercado concorrente dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e do Nordeste.

### Oferta turística, segmentação e regionalização

- Atrativos do Estado: gastronomia, artesanato, bens culturais e arquitetônicos, paisagem.
- Necessidade de diversificar e segmentar a oferta turística para garantir uma demanda efetiva.
- O mercado turístico capixaba está concentrado no turismo de sol e mar, e vem crescendo o turismo de eventos e negócios e o turismo rural.
- Estratégias de abordagem dos distintos mercados turísticos:
  - Priorização da oferta em forma de rotas turísticas;
  - Estratégia de divulgação junto às principais cidades e capitais de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal e no próprio Estado;
  - Criação de estratégias de fidelização e distribuição dos produtos capixabas junto aos consumidores atuais.

### Regionalização

Através da regionalização, pretende-se otimizar esforços e facilitar a mobilização de recursos turísticos relacionados a áreas geográficas delimitadas, devem apresentar condições de competição e cooperação entre seus atores que estimulem os investimentos públicos, além de terem definidos os segmentos de mercado a trabalhar.

O Espírito Santo foi dividido em 10 regiões turísticas:

- Região do Caparaó
- Região do Verde e das Águas
- Região Doce Pontões Capixaba
- Região Extremo Norte
- Região das Pedras, Pão e Mel
- Região dos Imigrantes
- Região da Costa e da Imigração
- Região Metropolitana
- Região das Montanhas Capixabas
- Região Sul

### **Elementos e princípios balizadores do plano**

Tomam-se como princípios balizadores o Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025 e os objetivos gerais do Plano Nacional de Turismo.

Inserem-se no Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025 dentro do projeto estruturante “Desenvolvimento do Arranjo Produtivo de Turismo”, cujos objetivos são: revitalização de centros turísticos, melhoria da infraestrutura, criação de centros de eventos, consolidação de rotas turísticas, qualificação empresarial e dos trabalhadores e melhoria da governança.

Os objetivos do Plano Nacional de Turismo são: desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais; e estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional.

### **Eixos estratégicos, metas mobilizadoras, programas e projetos**

#### **Diretrizes**

- Irradiação do desenvolvimento do turismo a partir da qualificação;
- Irradiação do desenvolvimento do turismo de qualidade com foco no turismo local, regional e, prioritariamente, nacional;
- Irradiação do desenvolvimento do turismo a partir do fortalecimento da base econômica e social da metrópole, das cidades intermediárias e cidades locais, ou seja, irradiação do desenvolvimento do turismo a partir de especializações urbanas.

#### **Projetos estruturantes**

- Revitalização do Centro de Guarapari;
- Construção de centro de eventos nas regiões das Montanhas Capixabas e Metropolitana;
- Melhoria da infraestrutura para o turismo nas regiões turísticas;
- Estrada Parque de Caparaó;
- Infraestrutura viária e sinalização para atendimento das rotas turísticas;
- Preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental;
- Aeroporto internacional;

- Atração de investimentos na categoria *resort*;
- Preservação ambiental e paisagística de áreas de destinação turística;
- Capacitação profissional e empresarial do *trade* turístico;
- Construção de uma marina de uso público;
- Aproximação e atuação conjunta das gestões municipais e da iniciativa privada.

### **Rotas a consolidar**

- Rota do Sol e da Moqueca;
- Rota do Mar e das Montanhas;
- Rota do Verde e das Águas;
- Rota dos Vales e do Café;
- Rota da Costa e da Imigração;
- Rota do Caparaó;
- Caminhos do Imigrante.

### **Macroprogramas**

- Gestão e relações institucionais;
- Infraestrutura;
- Fomento;
- Diversificação da oferta turística;
- Qualidade dos produtos turísticos;
- Comercialização;
- Promoção e informações turísticas.

Cada macroprograma conta com projetos específicos.

## **A gestão do turismo no Espírito Santo**

Hierarquia organizacional:

1. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR).

a. Subsecretaria de Turismo

- Gerências de Planejamento Turístico, de Qualificação dos Serviços Turísticos e de Promoção e Comercialização

b. Conselho Estadual do Turismo

c. Comissões Temáticas Permanentes: de Segmentação e Regionalização, de Qualificação da Superestrutura, de Qualificação Profissional, de Financiamento, Investimento e Infraestrutura, de Promoção e Comercialização, e de Legislação e Segurança.

### **3. Notas sobre a dinâmica sócio-econômica e territorial recente no Espírito Santo**

MACEDO, Fernando César de. Notas sobre a dinâmica sócio-econômica e territorial recente no Espírito Santo. **UNESC em Revista**, Colatina, v. 18, p. 71-88, 2005.

Resumo: Discute a dinâmica sócio-econômica recente do estado do Espírito Santo para além das interpretações que têm privilegiado apenas o comércio exterior e/ou os complexos industriais exportadores como definidores da dinâmica territorial capixaba. Busca compreender a economia capixaba em suas múltiplas dimensões, o que exige uma reflexão sobre o papel dos municípios de menor porte na rede urbana estadual.

Estrutura-se em quatro partes.

#### **Notas preliminares sobre as interpretações socioeconômicas do desenvolvimento capixaba**

O documento Índice de Desenvolvimento Social dos Municípios do Espírito Santo (IDS) suscita questões a respeito da posição relativa de alguns municípios do Espírito Santo no *ranking* do indicador. Através dos dados citados, alguns municípios rurais aparecem como locais relativamente melhores para se viver do que as cidades capixabas de maior porte.

Análises recentes têm privilegiado indicadores econômicos e relegado a participação de indicadores sociais. A comparação entre os dois tipos de indicadores revela uma disparidade entre as análises de crescimento econômico e de desenvolvimento real do Estado. As mudanças econômicas ocorridas devem ser repensadas qualitativamente, reconhecendo os limites e as possibilidades do processo, seu caráter sócio-espacial concentrador e excludente.

Há excessiva ênfase no caráter urbano-industrial da economia do Espírito Santo, levando a interpretações mais setoriais que territoriais. Não se consideram pequenas propriedades rurais e pequenas e médias empresas espalhadas pelo território. Faz-se necessário incorporar à análise elementos que avaliem a sociedade capixaba em suas diversas manifestações territoriais; compreendê-la para além dos limites metropolitanos de sua dinâmica urbana e industrial setorializada.

O dinamismo da economia capixaba é parte de uma dinâmica maior do movimento das economias brasileira e internacional, onde alguns espaços eleitos, notadamente atrelados ao mercado externo, formam "ilhas de produtividade", como é o caso da RMGV. A "inserção competitiva" da economia do Estado não teria criado condições adequadas de vida para a população, conforme sugerem os dados do IDS-IPES.

#### **Origem e implicações da dinâmica urbano-industrial como motor do crescimento da economia capixaba.**

A montagem de um aparato institucional no Espírito Santo articulado ao governo federal permitiu um aprofundamento da integração capixaba ao mercado nacional, marcado pelo início de seu crescimento industrial. Nesse sentido, o caso capixaba é paradigmático dentro da experiência brasileira, afinal, dessas articulações resultou a singular criação de



um instrumento de desenvolvimento regional específico direcionado para um único estado: o FUNRES.

Se foi paradigmático, não significa que foi único, afinal, em boa medida, reproduziu-se localmente o que já vinha acontecendo em outros estados e regiões: a ação estatal, direta ou indireta, criou condições para que os espaços periféricos pudessem aproveitar o momento histórico e específico que foram os anos de intensa industrialização no País.

### **Repensando a rede urbana no Espírito Santo a partir de uma visão territorial: reflexões introdutórias sobre o resultado do IDS-IPES**

O processo de industrialização diminuiu apenas relativamente o peso do setor primário. Este continua cumprindo importante papel no mercado de trabalho dos municípios de menor porte. Cerca de 35% da população e de 74% do território capixaba inserem-se em municípios cuja dinâmica é dada fundamentalmente pelas atividades rurais, ainda que estejam sob a influência da centralidade metropolitana da capital.

A ênfase excessiva no caráter urbano-industrial criou um obstáculo no entendimento de que uma parcela significativa da população e do território capixaba movem-se em torno de atividades capazes de garantir geração de emprego e renda em seus territórios, criando oportunidades de desenvolvimento que se diferenciam drasticamente dos grandes vetores que movem as regiões urbano-industriais, cujo aporte de recursos para gerar 1 unidade de emprego é muito maior do que o necessário em áreas rurais.

Pensar o desenvolvimento econômico é pensar na capacidade de interiorizar centros de decisões; é ser capaz de influenciar o ordenamento socioeconômico e territorial de suas atividades. Portanto, organizar atores locais em busca de oportunidades de investimentos que movam suas economias, atuando efetivamente sobre o conjunto de PMEs urbanas e rurais, seria caminho auspicioso para as políticas públicas estaduais de desenvolvimento, afinal o grande capital segue uma lógica própria de atuação atrelada a interesses globais muito distantes da realidade local dos territórios onde se inserem, a qual os atores locais têm pouca – ou mesmo nenhuma – condição de influenciar.

### **Considerações finais**

Em áreas externas à metrópole, move-se uma economia que de forma alguma pode ser considerada, do ponto de vista das políticas públicas, menos importantes do que as atividades industriais e urbanas que se concentram espacialmente na capital e em seu entorno.

O modelo de “inserção competitiva” do Brasil a partir dos anos noventa move-se no sentido de integrar pequenas frações do território – como a RMGV – aos benefícios da “globalização”. Para a parcela restante, que não se encontra ligada aos grandes fluxos de capitais, é preciso encontrar formas de reordenação que os levem à integração mais firme nos mercados locais e nacionais, para, no futuro, atingir mercados externos.

Mesmo num quadro de dificuldade crescente, essa imensa parcela excluída da “inserção competitiva” do mundo “globalizado” move-se no sentido de criar condições mais dignas para sua população, como atestam os dados do IDS-IPES.

#### **4. Regionalização e orçamento participativo no Espírito Santo: principais aspectos**

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Regionalização e orçamento participativo no Espírito Santo: principais aspectos.** Vitória, 1997.

*Disponível na Biblioteca do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).  
Código de localização: ES01152.*

O documento define um modelo de regionalização para o Estado que possibilite a organização do desenvolvimento estadual. Considera que “não são as regiões que se articulam, mas os atores e setores econômicos e sociais que, se integrando, formam um novo espaço regional”.

Objetivos da regionalização e do documento:

- Criar uma referência espacial comum aos órgãos e empresas públicas;
- Orientar o desenvolvimento integrado entre municípios e regiões;
- Orientar a descentralização regional;
- Compatibilizar a regionalização orçamentária e as ações efetivas dos organismos públicos.

O padrão de desenvolvimento proposto se articula nos seguintes programas:

*Programas estratégicos*

- Aproveitamento da infraestrutura instalada;
- Desconcentração do desenvolvimento socioeconômico;
- Dinamização da agricultura, diversificação da produção.

*Programas de qualificação*

- Polinucleação urbana;
- Diversificação com café;
- Infraestrutura logística.

*Programas de sustentação*

- Financiamento do desenvolvimento;
- Ciência e tecnologia;
- Estruturação institucional.

*Corredores*

- Corredores logísticos;
- Corredores produtivos;
- Corredores de subordinação urbano/ regional.

*Critérios para agregação dos municípios*

- Fatores estratégicos:
  - Cadeias produtivas;
  - Estrutura logística de transporte e comunicação;
  - Hierarquia urbana;

- Setor terciário.

## **Regionalização do Estado do Espírito Santo**

*Macro e microrregiões definidas* (Lei nº 5.120 de 30/11/95, alterada pelas leis: Lei nº 5.469/97, Lei nº 5.849/99 e Lei nº 7.721/04):

### **I- Macrorregião Metropolitana – Vitória**

- I- Microrregião Metropolitana
- II- Microrregião Metrópole Expandida Norte
- III- Microrregião Metrópole Expandida Sul
- IV- Microrregião Central Serrana

### **II- Macrorregião Norte – São Mateus**

- V- Microrregião Litoral Norte
- VI- Microrregião Extremo Norte

### **III- Macrorregião Noroeste – Colatina**

- VII- Microrregião Pólo Colatina
- VIII- Microrregião Noroeste I
- IX- Microrregião Noroeste II

### **IV- Macrorregião Sul – Cachoeiro de Itapemirim**

- X- Microrregião Pólo Cachoeiro
- XI- Microrregião Caparaó

*Cidades locais completas:* Guaçuí, Iúna, Guarapari, Afonso Cláudio, São Gabriel da Palha, Barra de São Francisco, Nova Venécia e Pinheiros.

*Corredores de subordinação:* de São Mateus, de Colatina, de Cachoeiro, Metropolitano.

Os programas estratégicos estão associados a processos participativos relacionados aos seguintes órgãos<sup>11</sup>:

- Conselho Estadual de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Regional
- Câmaras setoriais
- Câmaras setoriais regionais
- Conselhos de Desenvolvimento Regionais (Macrorregiões)
- Conselhos Administrativos de Gestão (Microrregiões)

## **Perfis microrregionais**

Características e possibilidades de ação discriminadas para cada microrregião estadual.

## **Orçamento participativo estadual**

- Metodologias 1995 e 1996.
- Principais investimentos demandados nas microrregiões para o orçamento estadual 1997.

<sup>11</sup> A organização institucional do processo de orçamento participativo estadual atualmente (2009) não se estrutura dessa forma.

## **Mapas de situação da infraestrutura acumulada e planejada**

- Plano aeroportuário
- Ferrovias e portos
- Corredor de transportes centro-leste
- Eixos de integração econômico-social
- Programa rodoviário
- Localização das jazidas de granito e mármore
- Distribuição da atividade agropecuária
- Distribuição da rede de saúde (tabelas e gráficos)
- Número de estabelecimentos de ensino (tabelas e gráficos)

## 5. Território, Infra-estrutura e Metropolização: os novos significados urbanos da cidade-região de Vitória – ES

VARGAS, Paulo Sérgio de Paula. **Território, infra-estrutura e metropolização: os novos significados urbanos da cidade-região de Vitória ES.** 2005. 350 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

### *Cenário geral da investigação:*

A cidade no mundo contemporâneo sob impacto dos avanços nos meios técnico, científico e informacional.

### *Tema central:*

Papel desempenhado pelo espaço físico na totalidade social, como resultado dos processos de produção econômica, organização política e construção semântica (representação técnico-cultural-ideológica).

### *Objetivo geral:*

Analisar o território enquanto instância física, social e econômica, investigando o papel das infraestruturas de produção na sua configuração, os efeitos dos processos de urbanização e a criação de novos significados no ambiente cultural das cidades.

Discutir os desafios impostos à mobilização produtiva das regiões, ao conhecimento dos novos atores sociais e econômicos, dos novos significados urbanos, do papel do urbanismo, enfim, à gestão dos territórios.

### *Objeto de investigação empírica:*

A *reconfiguração urbana do território capixaba* ante a emergência de novas infraestruturas produtivas ancora uma reflexão sobre os efeitos e as conseqüências do novo modelo de produção que se desgarras das territorialidades tradicionais e lança apelos a certas localidades para que se façam emergir de sua reclusão espacial e busque a integração com o mundo globalizado das trocas e das diferenças.

A tese é apresentada em sete capítulos:

1. Cidade, território e paisagem: imagem e representação
2. Globalização, urbanização e infraestruturas urbanas
3. Globalização e o desafio do desenvolvimento local
4. A industrialização no Espírito Santo e os novos desdobramentos dos processos produtivos
5. O processo de metropolização da Grande Vitória
6. Os dispositivos infraestruturais e a macro-configuração da cidade-região de Vitória-ES
7. A transição urbana da cidade-região de Vitória

Será brevemente descrito o capítulo 7 e a conclusão da tese, por apresentarem de forma mais direta questões de interesse para este relatório e darem uma idéia mais clara da abordagem realizada pelo autor.

## **A transição urbana da cidade-região de Vitória**

### ***A consolidação do caráter metropolitano e as tendências de metapolização do território***

Na década de 1990 se consolidou o processo de metropolização da RMGV, que estendeu sua influência sobre outros subcentros regionais e se potencializou como ponto de convergência e disseminação de comércio e serviços.

Mais recentemente, os investimentos anunciados para o Estado criam a expectativa de um surto de crescimento na RMGV, relacionados às indústrias petrolífera, mínero-siderúrgicas e à viabilização de um grande número de outros projetos industriais em diversos setores da produção. Essas atividades estão também associadas ao crescimento e modernização do setor portuário.

As atividades em desenvolvimento demandam serviços relacionados ao paradigma da informação, o que abre oportunidade para que a RMGV progrida no ramo de serviços de maior valor agregado.

O crescimento da RMGV tende a não obedecer à lógica de espaços contíguos, mas a dar-se pela polarização de localidades mais distantes, cujos efeitos poderão se ampliar nos próximos anos.

### ***Os novos atributos da Região Metropolitana da Grande Vitória***

Frente à mudança no caráter das metrópoles – de *modernas* a *contemporâneas*, ocasionada pela reestruturação tecnológica do modo de produção, a metrópole desenvolve atributos espaciais e territoriais específicos: a *fragmentação territorial* e a *dispersão funcional*. Ambas apontam a tendência do território a romper as continuidades urbanas tradicionais (fragmentação) e, como resposta, gerar núcleos de atividades difusos e insulados (dispersão).

Para compreender a RMGV no marco da *metrópole contemporânea* e analisar os seus novos atributos deve-se ter presente que não se está diante de um objeto plenamente configurado. Apesar de uma efetiva transformação em andamento, ainda é possível reconhecer a presença de uma considerável proporção de elementos *permanentes* vindos da etapa anterior. Os graus de precariedade urbana, relacionados ao período da industrialização intensa, marcam visivelmente a configuração atual da RMGV.

A estruturação da RMGV depende de grandes projetos urbanos, cujo valor estratégico está subordinado à sua capacidade de promover transformações no meio urbano regional, aumentando sua atratividade e expandindo sua área de influência, em contraposição à busca pelo atendimento de demandas pontuais e específicas.

### ***As estratégias para o desenvolvimento local da RMGV***

Quanto ao planejamento integrado e administração compartilhada da Região Metropolitana, os avanços não passaram muito além da sua própria institucionalização jurídica. Permanecem os problemas essenciais de sua operacionalização, do ponto de vista econômico e político. As administrações municipais temem perder autonomia frente a uma entidade metropolitana e, sobretudo, de ficarem sob a tutela do Governo Estadual, no

encaminhamento de projetos que afetam os interesses localizados. Embora verifiquem-se ações municipais relativas ao planejamento, falta um processo de articulação das ações das várias municipalidades entre si.

Na última década houve um esvaziamento dos órgãos e entidades ligadas ao planejamento territorial no Estado. É imprescindível o estudo e o acompanhamento técnico dos processos de transformação territorial, fazendo-se urgente o aparelhamento do Estado no sentido de retomar a cultura do Planejamento.

### ***Desafios para o desenvolvimento da RMGV***

A RMGV deve buscar novas formas e conteúdos para a sua inserção no contexto nacional e internacional, a partir de seus principais atributos econômicos e os principais ativos naturais e culturais. É preciso reforçar o papel da RMGV na polarização econômica e cultural, em especial de Vitória, para além dos desdobramentos inerentes ao seu papel de centro político administrativo do Espírito Santo.

É necessário adotar uma postura pró-ativa na apropriação de algumas externalidades positivas das atividades econômicas, que podem servir de patrimônio inicial para a entrada decisiva no processo de desenvolvimento baseado no paradigma da tecnologia da informação. É preciso criar áreas especificamente voltadas para atividades de maior valor agregado, tais como centros especializados em logística e promoção de novos negócios, indústrias limpas, centros tecnológicos, etc.

Verifica-se uma incapacidade na construção de vantagens competitivas em setores que hoje são essenciais, como é o caso da saúde, educação e da produção científica. A RMGV, contudo, apresenta um diferencial importante referente à qualidade de vida, disponibilidade de infraestrutura de transportes e de serviços de comunicações, recursos naturais, que no entanto necessitam medidas capazes de garantir a sua manutenção e desenvolvimento mais efetivo.

### **Conclusão**

O momento macroeconômico é favorável para o Espírito Santo, mas o crescimento é concentrado em algumas atividades específicas da economia urbano-industrial. Assim, no âmbito das cidades e das regiões produtivas, do ponto de vista da microeconomia, os rebatimentos do crescimento econômico são distintos, e a distribuição dos seus benefícios é bastante desigual pelo território e pelas camadas sociais.

Os setores econômicos que detêm a maior parte dos investimentos – tanto públicos quanto privados – concentram-se quase que exclusivamente sobre a RMGV, embora se possa destacar a contribuição de outros polos econômicos como a região de Linhares. Ainda assim, mesmo no interior da região metropolitana, a distribuição dos investimentos e a apropriação da riqueza gerada se dá de forma marcadamente desigual.

No entanto, o impacto no processo de urbanização gerado pelo fortalecimento do setor terciário da economia e o avanço da industrialização, não se rebate somente sobre a região da Grande Vitória, mas sobre toda a lógica de organização da rede urbana estadual.

Atualmente, o Estado vive a expectativa de um novo ciclo de desenvolvimento econômico com a implantação de diversos empreendimentos e a dinamização de novos setores

ligados ao comércio e à prestação de serviços, principalmente de maior valor agregado. A maneira como os novos investimentos planejados podem afetar as cidades vai depender de diversas circunstâncias, relacionadas às estratégias adotadas para viabilizar os novos empreendimentos, e também à capacidade do Estado para intervir no planejamento e na promoção de novas infraestruturas.

É provável que os investimentos realizados na área do petróleo tenham impactos direto não só sobre os municípios diretamente implicados na exploração petrolífera, mas também sobre a Grande Vitória, na medida que cumpre o papel de principal articulador das dinâmicas econômicas do Estado. Da mesma forma, as obras de ampliação da Samarco, localizada em Anchieta, no Sul do Estado, deverão trazer impactos diretos sobre a urbanização dos municípios da região.

O processo econômico atual tem beneficiado principalmente o crescimento das cidades da faixa litorânea, enquanto outras cidades do interior vêm sofrendo um esvaziamento econômico progressivo.

Os investimentos previstos devem reforçar ainda mais a situação de concentração econômica, de população e renda na RMGV, acentuando as disparidades com as regiões interioranas do Estado. Este processo precisa ser contrabalançado pela estruturação e consolidação do desenvolvimento de certas cadeias produtivas que incidem diretamente sobre as outras regiões. Por outro lado, é preciso articular novas formas de se pactuar as responsabilidades pelo desenvolvimento e a repartição dos bens e recursos gerados, os investimentos públicos e privados, etc., de modo a reduzir os desequilíbrios tanto em relação aos municípios da RMGV, quanto desta com as demais regiões econômicas, sobretudo as do interior.



## 6. Política industrial e localização dos investimentos: o caso do Espírito Santo

PEREIRA, Guilherme Henrique. **Política Industrial e Localização dos Investimentos: o caso do Espírito Santo**. Vitória: Edufes, 1999.

Segundo o próprio autor o livro busca “*examinar a relevância das instituições de nível subnacional como formuladoras e executoras de política industrial*” questionando “*a existência ou não, de uma função definida para este nível de intervenção*” (PEREIRA, 1999, p.24). O autor dedica um capítulo à discussão teórica sobre a Política Industrial (PI), destacando estudos que enfocam a relação com a escala macroeconômica e com a escala microeconômica. No segundo capítulo, o autor nos oferece um panorama geral da política industrial regional do governo federal e dos governos estaduais. Porém, centra sua análise no caso do Espírito Santo, seja devido aos incentivos fiscais e à estrutura institucional montados pelos sucessivos governos estaduais das décadas de 1960 e 1970 para receber projetos industriais, seja por ter sido o estado da federação que apresentou o maior crescimento industrial, exceto os da fronteira econômica na região norte, no período de 1970-1985. Assim, um outro objetivo seria compreender quais os fatores e as especificidades locais que explicariam esse crescimento.

A obra traz importantes reflexões sobre a atuação do Estado em todo esse processo, a partir da análise de como o Governo Estadual se estruturou para estimular a vinda de grandes empreendimentos, através da concessão de incentivos fiscais, da criação da infraestrutura urbana necessária para esse fim e da criação de toda uma estrutura institucional voltada principalmente para atender o setor industrial. Nesse sentido, o autor analisa o papel do BANDES (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A), do FUNDAI (Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial), do FUNDAP (Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias), da SUPPIN (Superintendência de Projetos de Polarização Industrial), do GERES (Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo), do FUNRES (Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo) e do BANESTES (Banco do Estado do Espírito Santo S/A) em todo esse processo. Toda essa estrutura institucional foi montada entre os anos de 1967 e 1971, cada qual com objetivos específicos, mas todas para atender a estratégia maior de atrair grandes investimentos no intuito transformar a estrutura econômica do estado de modo a criar polos de crescimento industrial.

Se até 1960 o setor industrial contribuía com apenas 5,3% da economia capixaba, entre 1963 e 1967 passa a crescer a uma taxa média anual de 12,6% a.a.; e entre 1967 e 1969 cresce a uma taxa de 18,5% a.a.. Tal crescimento se baseou em quatro gêneros: produtos alimentares, madeiras, metalurgia e minerais não-metálicos. Num primeiro momento, o crescimento foi baseado nas pequenas e médias empresas locais e resultado muito mais *da pequena base da produção industrial existente que do volume de investimentos realizados* (PEREIRA, 1999, p.27). Segundo o autor, nesse primeiro momento, a política local de incentivo ao desenvolvimento teve efeitos apenas nos ramos industriais já existentes a partir de financiamentos, não produzindo efeitos de atração sobre “novos setores dinâmicos”.

A economia capixaba cresceu entre as décadas de 1970 e 1990 a uma taxa bem superior à nacional, sendo o Espírito Santo um dos estados que mais cresceu nesse período. Se a

agricultura apresentou um revés em um primeiro momento, com o processo de modernização retomando o seu crescimento. Por outro lado, o setor de serviços também apresenta crescimento, mas é o setor industrial o que mais avança. No final do período a composição da economia capixaba está bem mais próxima da economia nacional. Nesse sentido, pode-se dividir em dois os momentos de expansão industrial no estado: até final da década de 1970, baseado nos ramos já tradicionais da indústria local; a partir de 1979 com a conclusão das grandes plantas industriais dos ramos de siderurgia e celulose, quando gradativamente os setores tradicionais vão perdendo espaço. Assim, o crescimento industrial entre 1970 e 1990 centrou-se em dois conjuntos: em indústrias locais integradas produtivamente à base industrial de São Paulo (bens de capital e insumos complementares); grandes projetos voltados para exportação pouco integrados à estrutura industrial nacional e local.

Um dado relevante levantado pelo autor se refere ao peso do que ele denomina “gêneros locais” (ramos tradicionais já presentes antes dos incentivos das décadas 1960/70) e os “gêneros exógenos” (ramos que passaram a compor a economia capixaba após os incentivos da década de 1960/70) na indústria do estado. Se, por um lado, o peso do Valor de Transformação Industrial dos gêneros locais cai de 95,4% em 1960, para 82,8% em 1978 e 50,5% em 1985, os postos de trabalho gerados por estes ramos representam 81,4% do total, em 1985. Isso coloca em xeque um dos principais argumentos apresentados pelos governantes para atrair os “grandes projetos industriais”, a geração de empregos. Por outro lado, segundo André Abe (1994), devido às isenções fiscais, as grandes empresas contribuíram com 0,1% dos impostos arrecadados em 1987, o que leva a crer que os investimentos realizados na Região Metropolitana foram subsidiados pelos demais setores do estado, como a agricultura, relegados pelo governo estadual.

A respeito dos dois maiores projetos industriais (Arcel e CST), o autor faz algumas conclusões importantes: ambos tiveram sua estratégia de produção voltadas para o mercado externo; os investimentos ocorreram tanto por inovações tecnológicas dos respectivos setores, como pelo maior rigor ambiental dos países centrais; tais projetos tiveram forte impacto na região metropolitana e baixo efeito na geração de outros empreendimentos industriais; o Espírito Santo foi escolhido para instalação muito em parte devido aos fatores locacionais (infraestrutura de transporte, clima, disponibilidade de terras); apesar de ambos os empreendimentos terem ocorrido durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), segundo o autor, nenhum dos dois tem ligação direta com eles, uma vez que a Aracruz foi idealizada e iniciada ainda na década de 1960 (bem antes do II PND) e a CST não estava entre as prioridades do plano; ambas as empresas tiveram pouca integração com a indústria nacional e local, pouco contribuindo, desta forma, com o crescimento regional; se o projeto da Arcel partiu de empresários nacionais que, em seguida buscaram se associar a empresários estrangeiros para aumentar sua estrutura de capital e, finalmente, conseguir financiamento a partir dos incentivos programados pelo II PND, a CST teve como principal agente incentivador, divulgador e mediador entre o governo federal e os investidores estrangeiros, o governo estadual; a infraestrutura urbana foi, em linhas gerais, preparada pelo governo estadual; houve, relativamente, baixa geração de impostos.

De toda estrutura institucional montada para incrementar a produção industrial no estado, Pereira destaca em sua análise o GERES, o FUNDAP e o BANDES, além dos incentivos ofertados a partir do subsídio do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias

(ICM ou ICMS). Analisando os recursos mobilizados, as prioridades setoriais na aplicação dos recursos, as operações realizadas e os empreendimentos apoiados entre o período de 1970 até a primeira metade da década de 90 a partir de dados das próprias instituições criadas, o autor destaca como os gêneros locais foram preteridos em relação aos gêneros exóticos no que se refere aos incentivos e financiamentos. Além disso, os levantamentos apontam como todas as empresas que se beneficiaram dos subsídios do ICMS, também já haviam recebido financiamento a partir do sistema GERES/BANDES.

Segundo o autor, apesar de a indústria participar de 40% da renda interna do Estado, o Espírito Santo não pode ser considerado um “estado industrial” como sugere alguns estudos. Isso porque este dado mascara o fato de apenas duas unidades industriais terem contribuído, em 1985, com 15% da renda interna. Conclui-se, a partir disso, que este dado expressa muito mais a pequena dimensão econômica do estado, o que traz questionamentos se foi correta a opção de atrair grandes projetos industriais, tendo em mente que o objetivo central era a criação de polos de crescimento neste setor.

## 7. Microrregiões Administrativas de Gestão: diagnósticos sintéticos em vista da elaboração do Plano Plurianual (PPA)

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Microrregiões Administrativas de Gestão: diagnósticos sintéticos em vista da elaboração do Plano Plurianual (PPA)**. Vitória: IJSN, 2003.

*Disponível na Biblioteca do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).  
Código de localização: IJ01020.*

O trabalho objetiva responder a demanda da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão no intuito de fornecer dados e informações sobre as Microrregiões Administrativas de Gestão de modo a subsidiar a elaboração do Plano Plurianual (PPA), referente ao quadriênio 2004-2007.

A partir da divisão do território capixaba em doze microrregiões administrativas, a saber, Região Metropolitana da Grande Vitória, Microrregião Pólo Linhares, Microrregião Metr pole Expandida Sul, Microrregião Central Serrana, Microrregião Sudoeste Serrana, Microrregião Litoral Norte, Microrregião Extremo Norte, Microrregião Pólo Colatina, Microrregião Noroeste 1, Microrregião Noroeste 2, Microrregião Pólo Cachoeiro, e Microrregião do Caparaó, o trabalho traça um diagnóstico identificando as principais atividades desenvolvidas, os municípios que mais polarizam a região, os setores mais dinâmicos e estagnados, os problemas que mais afligem a região, assim como as potencialidades de desenvolvimento. Por fim, o documento traça algumas propostas no intuito de ajudar no desenvolvimento de cada uma das regiões, de modo a melhor resolver os problemas identificados e a potencializar os setores mais dinâmicos. Utiliza para isso, principalmente dados da Federa o das Indústrias do Espírito Santo (unidades industriais, pessoal ocupado), do IBGE (demografia) e das prefeituras municipais (receita municipal).

Comparando os dados da Região Metropolitana da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana) com os do Estado, percebe-se a grande concentra o que existe nos diversos setores examinados. A RMGV concentra 42,7% da popula o, 57,9% dos empregos no comércio, 86,7% no setor de serviços, mais de 60% no setor industrial e 68% dos empregos urbanos do Estado. Apesar disso, ocupa apenas 3,1% do território capixaba. A divisão funcional interna da região vem se mesclando gradualmente apesar de apresentar grandes diferenças no que se refere à infraestrutura urbana, fruto de uma grande disparidade no que se refere à receita orçamentária total e *per capita* dos municípios.

A Microrregião Pólo Linhares (Linhares, Aracruz, Rio Bananal, Sooretama, João Neiva, Fundão<sup>12</sup> e Ibiraçu), tem como principais municípios Linhares e Aracruz, que concentram mais de 71% da popula o. Apesar da importância de Linhares, no que se refere ao setor de serviços e agricultura, segundo o trabalho, o município polariza apenas Rio Bananal e Sooretama. Além de dividir uma tensão polarizadora com Colatina e São Mateus no norte do estado, Fundão, João Neiva e Ibiraçu, por sua estreita liga o com a BR 101, têm são polarizados pela RMGV e Aracruz tem sua dinâmica própria, influenciada pela Aracruz Celulose. O setor agrícola de Linhares   beneficiado por sua localiza o na bacia do Rio

<sup>12</sup> O município de Fundão por meio da Lei Complementar n 318 de 17/01/05 passa a fazer parte da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Doce e pelas dezenas de lagoas perenes da região. Em Linhares está a maior área ocupada por café conillon, responde por mais da metade das exportações brasileiras de mamão havaí e papaia e 92% da produção estadual de cacau. Destaca-se ainda o plantio de eucalipto que, além das áreas plantadas pela Aracruz Celulose, se expandiu com o programa Fomento Florestal.

A Microrregião MetrÓpole Expandida Sul (Alfredo Chaves, Anchieta, Guarapari<sup>13</sup>, Iconha, Itapemirim, Marataízes e Piúma) se destaca, por um lado, pela atividade pesqueira de seus municípios litorâneos, que gera mais de quatro mil empregos diretos e indiretos. Por outro, o turismo da região é bastante explorado, levando um incremento forte aos setores de serviços. Por fim, a localização da Samarco Mineração em Anchieta traz grande impacto na economia local, na infraestrutura e no meio ambiente.

A Microrregião Central Serrana (Itaguaçu, Itarana, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa e São Roque do Canaã) destaca-se pela grande quantidade de floresta nativa, que além de contribuir na questão ecológica em si, pode contribuir na economia a partir do ecoturismo. São Roque do Canaã, Santa Teresa e Santa Leopoldina. Santa Teresa é o município que mais se destaca por sua malha urbana, sendo o único, em 2003, a contar com instituição de ensino superior.

A Microrregião Sudoeste Serrana (Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante, Afonso Cláudio, Marechal Floriano, Conceição do Castelo, Brejetuba e Laranja da Terra) tem na cafeicultura sua principal atividade. Destaca-se também a olericultura e a avicultura, no qual Marechal Floriano detém 50% da produção estadual. Por fim, vale ressaltar o turismo de montanha, que também é bastante praticado na região.

A Microrregião Litoral Norte (São Mateus, Conceição da Barra, Pedro Canário e Jaguaré) tem em São Mateus sua "capital regional". Com sua grande faixa litorânea, São Mateus e Conceição da Barra têm na pesca artesanal e no turismo de lazer atividades de destaque. Os dois municípios concentram também 83% do pessoal ocupado na indústria, sendo que Pedro Canário ultrapassa Conceição da Barra no número de plantas industriais. São Mateus concentra ainda 87% da produção estadual de pimenta do reino, possui a maior área plantada de coco anão, um dos maiores produtores nacionais de macadâmia, além de se destacar na produção de mamão, palmito e na heveicultura.

A Microrregião Extremo Norte (Pinheiros, Montanha, Ponto Belo, Mucurici) apresenta baixas densidades demográficas (todas abaixo dos 21 hab./km<sup>2</sup>). As principais atividades são a pecuária de corte (Pinheiros tem o maior plantel da raça Simental Puro do país e uma das maiores da América Latina) e a silvicultura para produção de celulose. Cabe destaque ainda para Pinheiros como o maior produtor estadual de mamão e um dos maiores do Brasil, além de grande produtor de maracujá.

A Microrregião Pólo Colatina (Colatina, Baixo Guandu, Pancas, Marilândia e Alto Rio Novo), como sugere o nome, é polarizada pelo município de Colatina, condição constituída a partir dos fluxos gerados pela cafeicultura. Apesar de ainda ser fortemente dependente da cultura do café, cabe destaque ainda à cultura do arroz e do tomate, esta última favorecida pelas margens do afluente do Rio Doce. Destaca-se, em Colatina, o segmento de confecções, o mais importante em geração de renda, empregos, faturamento e integração para fora do

---

<sup>13</sup> O município de Guarapari por meio da Lei Complementar n°318 de 17/01/05 passa a fazer parte da Região Metropolitana da Grande Vitória.

estado. Baixo Guandu se destaca na exploração de reservas de granito. A polarização de Colatina se fortalece ainda mais pela prestação de serviços em saúde e pela recente abertura de faculdades .

A Microrregião Noroeste 1 (Barra de São Francisco, Ecoporanga, Água Doce do Norte, Mantenópolis e Vila Pavão) é uma faixa de transição do complexo cafeeiro e zona da pecuária. Sua zona cafeeira é polarizada por Colatina, enquanto a bovinocultura tem como principal representante Ecoporanga (maior contingente de gado bovino do ES), sendo polarizada pela cidade mineira de Mantena. Os problemas da seca atingem bastante a região no período da estiagem.

A Microrregião Noroeste 2 (Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Boa Esperança, Vila Valério, Águia Branca e São Domingos do Norte), tem sua porção sul polarizada por Colatina e sua porção nordeste polarizada por São Mateus, ambos fora da microrregião. Apesar da diversificação agrícola, a região tem como principais atividades agropecuárias o café e a pecuária mista. Tais atividades também são bastante atingidas no período da estiagem. Cabe destaque também à exploração de granito em Nova Venécia e ao setor confeccionista em São Gabriel da Palha, este ainda bastante informal.

A Microrregião Pólo Cachoeiro (Cachoeiro de Itapemirim, Apiacá, Atílio Vivacqua, Bom Jesus do Norte, Castelo, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul, São José do Calçado e Vargem Alta) tem o segundo maior centro urbano do estado, Cachoeiro do Itapemirim. Com alto índice de industrialização e os setores de comércio e serviços também desenvolvidos, a região é influenciada economicamente por Vitória, Rio de Janeiro e Bom Jesus do Itabapoana (RJ). Com isso, os problemas urbanos também se manifestam. As atividades agropecuárias também se destacam, principalmente fora no município sede da polarização. Além do café, historicamente importante na região e responsável pela conformação de sua rede urbana, detém a principal bacia leiteira do estado, sendo a predominante a pecuária extensiva.

Finalmente, a Microrregião Caparaó (Alegre, Divino São Lourenço, Dores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Iúna e Muniz Freire) também é dependente da cafeicultura, que se mescla com a pecuária leiteira. Polarizada por Cachoeiro do Itapemirim, tem como pólos secundários, Alegre e Guaçuí. Destaca-se o setor de turismo, principalmente devido à presença do Parque Nacional do Caparaó. Guaçuí e Alegre se destacam também como centros educacionais da microrregião, estando presente neste último o Centro Agropecuário da Universidade Federal do Espírito Santo, com cursos em diversas áreas.

## 8. Territorialidades em conflito na construção do espaço agrário capixaba. O desenvolvimento em questão.

SCARIM, Paulo César. **Territorialidades em conflito na construção do espaço agrário capixaba. O desenvolvimento em questão.** Niterói-RJ, Universidade Federal Fluminense/PPGEO, 2009. [Tese de Doutorado]

O trabalho busca, a partir de uma desconstrução dos principais pilares teóricos e ideológicos do desenvolvimento agrário-industrial no Espírito Santo, refletir acerca do processo histórico de conformação do espaço rural no estado assim como sua configuração atual. Questiona as diversas matizes ideológicas construídas desde a década de 1960, considerada ponto de inflexão na economia capixaba, para justificar a desestruturação do campesinato capixaba a partir dos programas de erradicações dos cafezais, a vinda dos grandes projetos industriais e as transformações decorrentes. Utiliza para isso os principais documentos construídos desde a década de 60 até os tempos atuais pelas instituições governamentais, assim como estudos acadêmicos que legitimaram esse processo. Utiliza também dados do IBGE e INCRA a respeito das informações demográficas e fundiárias do estado. O trabalho faz uma análise do papel de cada governo estadual desde a década de 1960 nesse processo.

Segundo Scarim, o desenvolvimentismo buscou desde o início construir sua “versão sobre a história”, sua “concepção sobre o presente” e sua “visão sobre o futuro”. A versão sobre a história se construiu sobre a tese do vazio demográfico, enquanto a concepção sobre o presente se afirmava sobre a necessidade de ultrapassar a condição de atraso que o campo se encontrava e a visão sobre o futuro buscava deslegitimar e desqualificar as demais racionalidades baseadas no conhecimento popular para apontar alternativas de futuro.

A tese do vazio demográfico na região norte do Espírito Santo data ainda do século XIX, sendo usada para justificar a guerra de extermínio sobre o povo Botocudo e o avanço dos colonos sobre suas terras. Na segunda metade do século XX, os pequenos agricultores, assim como os povos indígenas e quilombolas, são invisibilizados e suas terras são consideradas vazias para justificar as mudanças que a elite capixaba julgava necessária para as transformações que vinha ao encontro de seus interesses. Em 1950, ainda havia em Conceição da Barra, Linhares, São Mateus, Colatina e Aracruz, respectivamente com 74%, 67%, 51%, 48% e 35% de matas do total da área das propriedades. Scarim defende que tal estratégia sempre visou um esvaziamento das resistências e que a mata é considerada vazia e sem dono, por ser o habitat do “outro”. As práticas e atividades, no entanto, sempre foram intensas e heterogêneas, apesar de marginalizadas.

A tese do atraso, complementando a do vazio, é usada para culpabilizar e penalizar os pequenos agricultores por uma crise que não foi criada por eles. Quase todos os estudos realizados pelo governo e pela academia desde então dissertam da tese que o Espírito Santo foi atingido pelo programa federal de erradicação dos cafezais por conta de uma forte dependência a uma agricultura atrasada e monocultora. De fato, se 65% da renda territorial provinha do setor primário, destes, o café era responsável por 60%. Segundo os documentos da época, o café gerava 70% da mão de obra no campo, 57,3% das exportações e 90,6% da arrecadação estadual. Apesar de 80% do café produzido ser de tipos inferiores, sua aceitação no mercado externo era boa e não havia estoques retidos. Por outro lado, o café era comercializado, mas sua produção era consorciada,

principalmente milho, arroz e feijão, criações, mandioca, batata inglesa, cana-de-açúcar, fruta, mamona, fumo, floricultura e horticultura. Desse modo, o agricultor familiar não dependia do café para sobreviver e não foi afetado pela crise. Além disso, segundo os próprios documentos da época, o bem-estar coletivo do agricultor era maior que nos outros estados produtores de café. Se, na década de 1960, as propriedades de 10 a 100 hectares correspondiam a 77,5% do total de estabelecimentos e a 55,7% da área total, os pequenos produtores eram tidos pelo governos como barreira à expansão da produtividade. No entanto, quem dependia realmente do café era a economia formal urbana. Em 1949, o setor de beneficiamento, torrefação e moagem de café representava aproximadamente 60% do valor da produção da indústria de transformação do Espírito Santo. A indústria era localizada mais próxima dos cafezais que da capital do estado.

Mas, dos 655 milhões de pés destruídos e dos 674 mil hectares de terra liberados entre 1966/67 no País, 35% (235 milhões de pés e 193 mil hectares) correspondeu ao Espírito Santo, mesmo sua produção não chegando a 10% do total nacional. Além disso o Espírito Santo ficou, assim, entre as áreas com menor valor pago pelas indenizações. De fato, havia pouca representatividade dos pequenos agricultores nos organismos de decisão do Estado. O Espírito Santo, foi o estado cafeeiro menos favorecido nas decisões da política econômica na área do IBC, que sempre beneficiou os grandes produtores de São Paulo e do Paraná.

Por fim, a tese do racional aponta o futuro. A razão se afirmava na base das imposições: da industrialização sobre uma base rural; do latifúndio sobre a pequena propriedade; da monocultura sobre uma diversidade de cultivos; de uma racionalidade instrumental sobre uma diversidade étnica, social e ecológica. As políticas governamentais visavam liberar terra e mão de obra para grandes projetos e usando para isso uma linguagem técnica de modo a envernizar a violência às populações rurais. Apesar de o governador Cristiano Lopes Filho, no final da década de 60 recomendar culturas tradicionais, milho, feijão, arroz, banana para diminuir os impactos do programa de erradicação dos cafezais, afirma que essas culturas esbarrariam no atraso do meio rural e cita a alternativa da silvicultura. De alternativa, a silvicultura passa a ser a solução. Os documentos da época reafirmam constantemente a necessidade de um empreendimento de grande porte para catalisar o maior número de particulares. O pequeno silvicultor não interessava, pois esta seria apenas uma atividade complementar de subsistência, sendo que a prioridade era atender o mercado externo. A idéia era promover uma agricultura industrializada, sendo necessário para isso investimentos públicos no intuito de atrair empreendimentos de grande porte. O platô terciário foi eleito como área prioritária abrangendo Aracruz, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra, pois reunia condições como terra em larga escala e abundância em água.

Nos anos 80 e 90 há uma mudança de estratégia. Se o domínio discursivo continua centrado no urbano-industrial, há um deslocamento dos apelos industrializantes para a vocação ao comércio exterior. A ideologia dominante, no entanto, se manteve, com a lógica desenvolvimentista desconsiderando estratégias camponesas e impondo soluções tecnicistas para os problemas enfrentados. Por outro lado, o café se manteve como espinha dorsal da agricultura capixaba.

Apesar de a população rural ter diminuído em números relativos desde os anos 60, mantém em 2006 uma população semelhante à década de 1950, não apresentando queda



do número de famílias residentes. A Ceasa foi um marco da distribuição dos produtos agrícolas na região metropolitana. Se em 1977 distribuía 7 mil toneladas de alimentos, em 2006, esse valor chegou a mais de 42 mil. Além do Espírito Santo (63%), a Ceasa também recebe alimentos de Minas Gerais (13%), Bahia (8%), São Paulo (6%) e outros estados (10%). As cidades que mais exportam são: Santa Maria de Jetibá com 15,49%, Domingos Martins com 5,66%, Linhares com 5,61%, Santa Tereza com 4,76% e Venda Nova com 3,24%. Os principais produtos ofertados são batata com 11,35%, tomate com 11,16%, mamão com 7,20%, laranja com 7,08% e ovos com 5,35%. Os principais estados compradores, exceto, o Espírito Santo, são Bahia com 42,0%, Rio de Janeiro com 35,0% e Minas Gerais com 11,5%.

O PEDEAG (Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba) feito para o período de 2003-2006 e renovado para o período de 2007-2010, busca pensar a agricultura capixaba no cenário internacional. Faz uma divisão da agricultura entre empresarial e familiar, sendo o agronegócio responsável pelas divisas (90% do saldo global do estado) e a agricultura familiar pelo suporte (77% dos estabelecimentos rurais, com 40% da área e 36 % do valor de produção). Segundo Scarim, o pequeno agricultor é tratado como gargalo e para ultrapassar tal condição a solução é se inserir na lógica do agronegócio. Enfoca a noção de “terra degradada” para silenciar sobre terras devolutas e improdutivas e dá status de excelência para produtos projetados nos mercados nacional e internacional: coco, mamão, eucalipto e café.

A indústria sucro-alcooleira dobrou sua participação nacional entre 1978-1988, sendo praticada no sul em Itapemirim, na Usina Paineiras, porém com mais força no norte do estado, nos municípios de São Mateus, Linhares, Conceição da Barra, Boa Esperança e Pedro Canário. O café retoma sua vice-liderança nacional com 536 mil há, em 2005, com 22,88% do café plantado no país. No norte se concentra 97,5% da produção estadual de celulose, sendo que Conceição da Barra, Aracruz e São Mateus concentram sozinhos 84,64%. A concentração fundiária é também mais forte no norte capixaba, por conta do eucalipto e, mais recentemente cana-de-açúcar e fruticultura. Do ponto de vista da distribuição da produção, a região central e sul se destacam na maioria dos produtos. Arroz, milho, mandioca e feijão são as que melhor se distribuem pelas regiões. A silvicultura e o cacau são os mais concentrados territorialmente. Enquanto setores como horticultura, feijão, banana, mandioca e mesmo o café mantém as famílias no campo, a monocultura de árvores e a criação de bovinos expulsam as famílias do campo.

Scarim faz uma comparação entre as principais atividades agrícolas consorciadas, buscando compreender seu grau de integração. As áreas produtoras de café produzem também 66% do arroz, 56% do milho, 48% do feijão e 33% da banana e um pouco de cada um dos demais produtos selecionados (café, bovinos, madeira, banana, cana-de-açúcar, horticultura, cacau, feijão, milho, mandioca e arroz). O arroz, o milho, a mandioca e o feijão são os mais produzidos em outras áreas onde não são realizadas as atividades principais. Mesmo nas áreas de atividade pecuária, se verifica uma diversificação de produtos. No entanto, a monocultura de árvores e de cana-de-açúcar são as menos solidárias, sendo desenvolvidas com quase total exclusividade onde são atividade principal.

Por fim, o autor conclui que, apesar da estrutura fundiária no Espírito Santo ser mais equitativa que no resto do país (90% do total de imóveis e 44% da área no estado estão com pequenos proprietários), vem se concentrando num ritmo mais elevado que a média

nacional, o que pode trazer um acirramento dos conflitos no campo. Isso se agrava, quando percebemos que a agricultura camponesa, respondendo por 36% da produção estadual, recebeu apenas 14% do valor financiado, enquanto a agricultura patronal recebeu 86% dos financiamentos, contribuindo com 64% da produção.

## 9. Programa Rodoviário do Espírito Santo II

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO ESPÍRITO SANTO (DER-ES) *Programa Rodoviário do Espírito Santo II. Elaboração do Plano Diretor Rodoviário para o Estado do Espírito Santo. Relatórios Mensais de Andamento n° 16, 17 e 18. Vitória-ES, 2009.*

O trabalho visa a elaboração do Plano Diretor Rodoviário para o Estado do Espírito Santo, incluindo o desenvolvimento e implantação de um Núcleo de Planejamento Rodoviário na estrutura do DER-ES, e desenvolvimento e implantação de sistemas e instrumentos de planejamento rodoviário necessários à elaboração de planos diretores. Além disso visa fornecer subsídios analíticos para a complementação do Plano Estratégico de Logística e de Transportes do Espírito Santo (PELTES). Dentre os relatórios analisados, o Anexo A do relatório n° 16 trata dos estudos sócio-econômicos, apresentando uma descrição e análise das atividades econômicas regionais/setoriais, das atividades agropecuárias setoriais e regionais e dos arranjos produtivos locais do Espírito Santo. O anexo B do relatório n°16 descreve a rede rodoviária existente, analisa as demandas dos usuário, os graus de utilização, a evolução dos indicadores e os níveis de serviço. O anexo A do relatório n°17 descreve os sistemas de transportes do Espírito Santo, tanto em seu componente logístico, como nos componente ferroviário, portuário e institucional. Finalmente o anexo A do relatório n°18 analisa as estratégias do setor ferroviário a partir do Corredor Ferroviário Vitória-Rio de Janeiro-São Paulo, do Corredor Norte-Ferrovias Litorânea Norte e Corredor Leste-Oeste (EFVM-VALE/ FCA-VALE) e analisa a capacidade de atendimento dos portos do Espírito Santo. Dentre os relatórios, interessa resenhar para a pesquisa em desenvolvimento apenas o Anexo A do Relatório n°16, devido aos objetivos especificados no Termo de Referência. No entanto, devido à riqueza de dados dos demais relatórios, resolvemos indicá-los na ficha catalográfica.

Com relação às atividades econômicas regionais/setoriais, o relatório analisa a atuação das grandes empresas, a partir de dados da FINDES sobre as 200 maiores empresas do estado. Os dados foram agrupados por setor, num total de 35 setores, analisando o número de empresas, a Receita Operacional Bruta (ROB) e o número de empregos gerados. Por outro lado, as informações foram agrupadas entre as doze regiões administrativas do Estado. Dentre essas duzentas empresas, 40 estão no ramo do comércio atacadista, 18 nas atividades de importação/exportação, 16 na distribuição de veículos e autopeças, 12 na indústria de construção civil e 11 no setor de transportes, perfazendo um total de 97 empresas concentradas nesses cinco setores. As empresas situadas nos três maiores setores em termos da ROB gerada no estado, quais sejam, indústria extrativa de minerais, comércio atacadista e a indústria siderúrgica, representam 51,8% do total da ROB. Se juntarmos a esses três setores a indústria de papel e papelão, o setor de serviços de importação/exportação, indústria de utilidade pública, instituições financeiras e indústria química, notaremos que os oito maiores setores da economia capixaba concentram 76,9% da receita bruta do Estado. No que se refere ao número de empregos gerados, os três maiores setores, o setor de transporte, a indústria da construção civil e a indústria extrativa de minerais concentram 27,7% dos empregos gerados. Somando a esses a indústria de produtos alimentares, a indústria siderúrgica, o setor de supermercados, as empresas de serviços médicos e odontológicos e as instituições financeiras, veremos que os oito maiores setores representam 47,3% dos empregos gerados, mostrando uma menor concentração nesse quesito.

A Região Metropolitana detém empresas de 29 dos 35 setores identificados, enquanto o Polo Linhares abriga empresas pertencentes a 15 setores, as regiões Polo Colatina e Polo Cachoeiro cinco setores cada, as regiões Metrôpole Expandida Sul e Noroeste2 apenas dois

setores e as regiões Sudoeste Serrana, Central Serrana e Litoral Norte apenas um setor cada.

O documento analisa também um perfil de como se distribui regionalmente a população, segundo a atividade. A Região Metropolitana concentra 44,2% da população ocupada em 2000, seguida do Polo Cachoeiro, 10,4%, Polo Linhares, 7,4% e Polo Colatina, 6,2%. À exceção da Região Litoral Norte, com apenas 1,4% da população ocupada, as demais variam de 3 a 5%.

Setorialmente, destaca-se o setor agropecuário que gera mais de 2/3 dos empregos na Região Serrana e Sudoeste Serrana, além de 57,9%, na região do Caparaó, 54,4%, na região Noroeste 1, e 50,8% na região Noroeste 2. O setor de comércio se destaca principalmente na Região Metropolitana (20,9%), o Polo Cachoeiro e a Metropolitana Expandida Sul (16,1% em cada uma) e o Polo Linhares (15,3%). Destacam-se, ainda, o Polo Colatina (14,9%) e a Litoral Norte (14,5%).

O setor industrial se destaca no Polo Linhares com 14,0% da população ocupada, no Polo Cachoeiro, com 13,8%, no Polo Colatina, com 13,6%, e na região Metropolitana, com 12,3%. Finalmente no setor de construção e serviços domésticos, todas as regiões mantêm uma média de 10% do pessoal ocupado. A Região Metropolitana concentra o número de empregos gerados em diversas atividades, se destacando as atividades imobiliárias e congêneres, com 72,8%, a intermediação financeira 67,6%, saúde e serviços sociais, 63,7%, outros serviços coletivos, sociais e pessoais 62,0%; e transporte, armazenagem e comunicação 61,8%. Destaca-se ainda a região do Polo Cachoeiro, responsável por 20,4% dos ocupados na indústria extrativa, além da Noroeste 1, com 9,6%, que são atividades ligadas ao mármore e granito.

O setor agropecuário formal está mais concentrado nas regiões do Polo Linhares, com 27,1% das empresas e 38,2% do pessoal ocupado, e na região Litoral Norte, com 15,4% e 28,6%, respectivamente. Com menos destaque em relação ao pessoal ocupado, aparecem a Metropolitana Expandida Sul (6,8% da ocupação total), a Noroeste 2 (6,4%) e a Metropolitana (6,2%). A pesca empresarial está localizada, sobretudo, nas regiões Polo Linhares, Metropolitana e Litoral Norte, responsáveis por 74,0% das unidades e pela totalidade da ocupação.

Embora com unidades distribuídas em todas as regiões, a indústria extrativa concentra as ocupações em apenas três delas: Polo Cachoeiro, Metropolitana e Noroeste 1, com 70,0% dos ocupados nesse setor. A indústria de transformação também mantém unidades espalhadas nas regiões, mas concentra 84,4% das ocupações na Metropolitana (46,5%), Polo Linhares (14,0%), Polo Cachoeiro (14,0%) e Polo Colatina (9,9%).

As atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas e a construção estão extremamente concentrados na região Metropolitana, representando, respectivamente, 84,8% e 82,5% das ocupações do estado. O Polo Linhares vem a seguir com 5,1% e 7,2%, respectivamente. Em muitos outros setores se observa elevados índices de concentração na região Metropolitana, especialmente na geração de ocupações formais. Chama atenção, por exemplo, o setor de educação que, embora com unidades relativamente distribuídas entre as regiões, gera 75,0% dos empregos na região Metropolitana.

No setor agropecuário, o documento analisa a distribuição espacial, em 2006, das seguintes culturas encontradas no Estado: arroz (destaque: Polo Colatina, Noroeste 1, Noroeste 2 e Polo Cachoeiro), feijão (destaque: Polo Linhares, Sudoeste Serrana, Central Serrana e Caparaó), mandioca (destaque: Polo Linhares, a Extremo Norte, Polo Cachoeiro e Metropolitana Expandida Sul), milho (destaque: Caparaó, Central Serrana, Polo Linhares, Sudoeste Serrana, Polo Cachoeiro e Polo Colatina), café (destaque Polo Linhares, Caparaó e Noroeste 2), cana-de-açúcar (destaque: Polo Linhares, Metropolitana Expandida Sul, Extremo Norte e Litoral Norte), abacate (destaque: Sudoeste Serrana e Polo Cachoeiro), abacaxi (destaque: Metropolitana Expandida Sul), banana (destaque: Metropolitana,

Metropolitana Expandida Sul, Sudoeste Serrana, Central Serrana e Pólo Cachoeiro), cacau (destaque: Polo Linhares), coco-da-bahia (destaque: Polo Linhares, Litoral Norte e Noroeste 2), goiaba (destaque: Central Serrana, Litoral Norte e a Extremo Norte), laranja (destaque: Polo Linhares e a Litoral Norte), limão (destaque: Polo Linhares), mamão (destaque: Polo Linhares, Litoral Norte e Extremo Norte), manga (destaque: Sudoeste Serrana, Central Serrana e Polo Colatina), maracujá (destaque: Polo Linhares, Litoral Norte e Extremo Norte), tangerina (destaque: Central Serrana, Sudoeste Serrana e Metropolitana), uva (destaque: Central Serrana, Sudoeste Serrana e Polo Linhares), alho (destaque: Sudoeste Serrana e Central Serrana), batata-doce (destaque: Central Serrana), batata inglesa (destaque: Sudoeste Serrana, Central Serrana, Polo Cachoeiro e Caparaó), tomate (destaque: Sudoeste Serrana e Central Serrana), pimenta-do-reino (destaque: Litoral Norte), borracha (destaque: Metropolitana), madeira (destaque: Polo Linhares, Litoral Norte e Central Serrana), criação de bovinos (destaque: Polo Linhares, Litoral Norte, Extremo Norte e Noroeste 1), de caprinos (destaque: Polo Cachoeiro, Metropolitana, a Central Serrana e a Extremo Norte), de galinhas (destaque: Central Serrana), de frangos, galos e pintos (destaque: Sudoeste Serrana), de ovinos (destaque: Extremo Norte, Noroeste 2, Polo Cachoeiro e Litoral Norte), de suínos (destaque: Sudoeste Serrana e Polo Cachoeiro), produção de leite (destaque: Noroeste 1), de mel (destaque: Metropolitana e Polo Linhares) e de ovos de codorna (destaque: Central Serrana e Metropolitana) e de galinha (destaque: Central Serrana)

Por fim, o volume faz uma análise dos arranjos produtivos locais enquanto *aglomerações de empresas, localizadas em uma mesma região, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais* (DER-ES, 2009, p. 171), podendo ser divididos em três categorias, maduro, em consolidação e embrionário. Quanto aos tipos de cooperação, pode ser uma cooperação produtiva, quando se visa uma melhora nos índices de qualidade e de produtividade ou uma cooperação inovativa, quando se busca diminuir os riscos, custos e tempo e um aprendizado interativo a partir da dinamização do potencial inovativo. A cooperação não exclui a competição, segundo o documento, essencial na busca de eficiência por parte das empresas. A metodologia para identificação, delimitação geográfica e caracterização estrutural dos APLs é a mesma utilizada por Suzigan et al (2003) que usa o coeficiente de Gini Locacional e um índice de especialização, o quociente locacional (QL), combinados com variáveis de controle e filtros. O primeiro indica a concentração geográfica da atividade econômica, não permitindo verificar a existência de arranjos produtivos locais. Para isso, é necessário o quociente locacional (QL), que mostra a especialização produtiva da região em cada uma das classes de indústrias. Agrega-se a estes, algumas variáveis de controle devido a casos em que, por exemplo, o elevado índice de especialização seja uma decorrência da baixa densidade da estrutura industrial local, superestimando sua importância. Neste caso utiliza-se a participação da microrregião ou município no Estado naquela classe industrial. Outro exemplo é quando o elevado QL decorre da presença de uma única planta industrial, o que não caracteriza um APL, sendo neste caso utilizadas como filtro as informações de número de estabelecimentos.

A partir de estudos anteriores sobre APLs e entrevistas com pessoas de notório saber sobre o assunto, o estudo identificou os seguintes arranjos produtivos: alimento (massas e bebidas), cafeicultura, confecções, florestal-moveleiro, fruticultura, mármore e granito, metalmecânico, pecuária de corte, pecuária de leite, petróleo e gás, sucro-alcooleiro e turismo. Considerando as doze microrregiões administrativas percebe-se a importância da Região Metropolitana que é majoritária em seis dos doze APLs. Isso acontece por essa região concentrar as transações comerciais e os negócios de todo o Estado. No setor de confecções, além da microrregião Metropolitana, cabe destaque o Polo Colatina e Noroeste 2. O setor cafeeiro é bem distribuído, destacando-se as microrregiões Metropolitana (comércio), Polo Linhares, Litoral Norte, Noroeste e Caparaó. O APL florestal-madeireiro é mais forte na microrregião Polo Linhares e Litoral Norte, além da Metropolitana. Na

fruticultura o destaque fica para a microrregião Extremo Norte. O setor mármore-granito tem como principais polos as microrregiões Polo Cachoeiro e Noroeste 1. A pecuária de corte tem seu APL mais forte nas regiões Extremo Norte, Noroeste 1 e Noroeste 2. Já a pecuária de leite se concentra no Polo Linhares, Polo Cachoeiro e Caparaó, mas com recém crescimento das microrregiões Noroeste 1 e Noroeste 2. O setor petróleo e gás se concentra nas microrregiões Polo Linhares e Litoral Norte e Metropolitana, devido às transações comerciais. Enquanto lazer, o turismo tem maior destaque nas microrregiões Metropolitana Expandida Sul e Sudoeste Serrana, enquanto a metropolitana se destaca no turismo de negócios. O APL sucro-alcooleiro se concentra principalmente nas regiões Polo Linhares, Metropolitana Expandida Sul e Litoral Norte.

Segundo o documento, em nível geral, as microrregiões que têm sustentado o crescimento econômico estadual são a Metropolitana, o Polo Linhares, Litoral Norte, Extremo Norte e Polo Cachoeiro, cabendo destaque à baixa taxa de crescimento da microrregião Polo Colatina, outrora foco de crescimento estadual.

## 10. Região Litoral Sul: indicativos para o desenvolvimento

Instituto Jones do Santos Neves. **Região Litoral Sul:** indicativos para o desenvolvimento. Anchieta, Guarapari, Itapemirim, Marataízes, Piúma, Presidente Kennedy. Vitória, IJSN, 2000.

O trabalho tem o objetivo principal de apresentar indicativos de intervenção voltados à elaboração de planos e programas que harmonizem atividades que caracterizam a economia regional com a preservação de seu potencial natural, histórico, paisagístico e cultural. Apresenta informações sobre a conformação físico-geográfica, aspectos populacionais, panorama urbano, econômico e social e finanças públicas municipais.

Com relação aos aspectos populacionais, identifica um incremento populacional de 30% entre 1970 e 1980, de 40% de 1980 a 1991 e de 17% entre 1991 e 1996. A densidade demográfica de alguns municípios, como Piúma e Guarapari é bem superior à média estadual, respectivamente, 165,54 hab./km<sup>2</sup>, 123,09 hab./km<sup>2</sup> e 60,68 hab./km<sup>2</sup>. A exceção de Presidente Kennedy, todos os demais municípios apresentaram incremento da população urbana em relação à rural. Devido à característica função de seus municípios em atender a um turismo sazonal (verão), em média 39% dos domicílios são classificados como não ocupados pelo IBGE, índice que alcança 51,15% em Piúma e 49,35% em Guarapari.

A construção da Rodovia do Sol (ES-06) na década de 1970 e da Terceira Ponte (Vitória-Vila Velha) no final dos anos 80 intensificou o fluxo de veranistas para o litoral sul capixaba. A mancha urbana ampliou-se dez vezes entre 1970 e 1990, excetuando-se nesse processo Presidente Kennedy, onde a Rodovia do Sol não é pavimentada [em 2000] e a sede do município não está no litoral. Na verdade, desde a parte sul do município de Vila Velha, na Região Metropolitana da Grande Vitória, até Marataízes, o litoral sul do Espírito Santo se caracteriza por núcleos urbanizados intermediados por grades vazias que guardam pouca relação com os adensamentos existentes.

Muitas áreas, principalmente próximas ao balneário de Setiba, em Guarapari, encontram-se bastante degradadas devido à extração de areia. Guarapari, se destaca pelas deficiências urbanas causadas pelas pressões imobiliárias, que trazem uma contínua modificação de seu território e uma crescente verticalização de suas praias. Problemas infra e supraestruturais se apresentam continuamente pela insuficiência de capacidade de atendimento. Anchieta se destaca por apresentar uma topografia mais acidentada no percurso da Rodovia do Sol. Apesar de menos adensadas que os demais, Anchieta abriga desde os anos 70 as instalações da Samarco Mineração, o que traz problemas ambientais de diversos cunhos. O município de Piúma também apresenta problemas decorrentes do adensamento populacional, principalmente no trecho Iriri-Itaoca. As sedes de Itapemirim e Marataízes se encontram em processo de conurbação, o que impede a clara distinção do limite entre elas. Presidente Kennedy é o único município que ainda não apresenta problemas de adensamento populacional.

Um outro problema que tem crescido na região é a proliferação de condomínios fechados, que apesar de não ter fundamento legal, trazem problemas urbanísticos e ambientais sérios por estarem em desacordo com a legislação.

As principais atividades da região giram em torno do turismo, que se reflete tanto no setor primário, como no secundário. A agropecuária gira em torno da propriedade familiar. Predominam as pastagens (58,3% das terras produtivas) seguida da área de lavouras (23,4% das terras produtivas). A área de matas e florestas representa 11,1% das terras produtivas. Destacam-se em nível estadual a produção de abacaxi (98,06%), cana-de-açúcar (18,8%), banana (10,72%) e mandioca (37,16%). Marataízes e Itapemirim são os municípios que mais se destacam, sendo que Presidente Kennedy se destaca na produção de mandioca e Guarapari na de banana. A pesca também tem um peso importante na economia regional, gerando 4.270 empregos diretos, com um total de 650 embarcações. Em Piúma funciona, desde 1986, a primeira escola de pesca do país, a Escopesca. Em Piúma, Guarapari, mas principalmente em Anchieta cabe destaque à maricultura.

Na indústria se destaca a Samarco Mineração S.A., em Anchieta e a Usina Paineiras, em Itapemirim, além da indústria de construção civil em Guarapari. A Samarco possui duas usinas de pelotização e um terminal marítimo, em Ubu, este com capacidade de transportar até 20 milhões de toneladas de minério de ferro por ano e atender navio de até 180 mil toneladas.

Das oito áreas que compõem a bacia litorânea do Espírito Santo [em 2000], quatro estão no litoral sul (Bacia de Campos). No setor de petróleo, as oportunidades estão *na área de exploração e produção, além do óleo, também o gás natural e refino de petróleo, processamento de gás natural e refino de petróleo, processamento de gás natural, termelétricas, engenharia e montagem industrial, construção civil, máquinas e equipamento, além de bens e serviços* (IJSN, 2000, p.22). Há potencialidades também para implantação de refinarias e fábrica de lubrificantes.

O setor de comércio e serviços apresentou uma evolução de 181% entre 1987 e 1997, sendo que em Guarapari esse valor chegou a 215%. Tal fator teve influência direta do potencial turístico da região.

Com relação às finanças públicas, a exceção de Guarapari, que gera mais de 50% de sua receita, os demais municípios têm uma dependência muito forte de recursos externos, sendo o caso extremo apresentado por Presidente Kennedy, que gera apenas 5,57% de sua receita. Anchieta possui o percentual mais elevado de ICMS e a menor participação no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O oposto ocorre com Itapemirim, Marataízes, Piúma e Presidente Kennedy, que dependem bastante do FPM.

No que se refere aos indicadores sociais, têm-se (em 1991) na região uma expectativa média de vida superior à média estadual, respectivamente 63,29 e 64,35 anos. Observa-se um decréscimo no número de leitos entre 1995 e 1997, o que volta a crescer em 1998. Os municípios com maior número de leitos são Itapemirim (115) e Guarapari (94), sendo que Marataízes não registrava um leito sequer em 1998. Em relação ao atendimento escolar, se Guarapari detém quase um terço das matrículas da região, atende apenas 50% das crianças de 4 a 6 anos. No ensino fundamental, o nível de atendimento é de 94% na região, se destacando negativamente Anchieta, com 77%. No ensino superior, apenas Guarapari detinha Faculdades (Turismo e Administração) na época da pesquisa.



No setor primário houve um acréscimo de 501% de empregos entre 1987 e 1997. Nesse mesmo período a quantidade de empregos no setor secundário evoluiu 215% e no terciário 181%. Comparativamente, o setor terciário emprega 55% da mão-de-obra formal, o secundário 35% e o primário 9% do total de empregos.

## 11. Integração e Dinâmica Regional: o caso capixaba (1960-2000)

MACEDO, Fernando César de. **Integração e Dinâmica Regional: o caso capixaba (1960-2000)**. 2002. 175 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

O objetivo da tese foi apresentar a evolução da economia capixaba entre 1960 e 2000, analisando sua integração ao mercado nacional e os efeitos decorrentes dos movimentos das economias brasileira e internacional nos anos 90 sobre sua estrutura industrial. A hipótese central é a de que o relativo sucesso no crescimento industrial das economias periféricas se deu graças à soldagem do mercados interno, a partir da industrialização brasileira, o que possibilitou a essas regiões, inclusive a capixaba, uma articulação com a política federal e com os interesses extra regionais.

Quando o baixo desempenho do mercado nacional começa a se manifestar na crise dos anos 80 e 90, observa-se que essa articulação também entra em crise, exacerbando-se com os efeitos da “globalização” e da política macroeconômica. No caso capixaba, os anos 90 marcariam a ascensão do grupo de interesses ligados às atividades mercantis-portuárias que se beneficiam da abertura comercial, com o que se inviabiliza, por meio da guerra fiscal, qualquer proposta de desenvolvimento para o estado, em especial nos segmentos industriais dos grupos ligados ao mercado externo: as empresas importadoras e as grandes empresas exportadoras de semi-elaborados.

Contudo, são as análises a respeito dos fluxos migratórios do Espírito Santo realizadas neste estudo que não foram contempladas pelos demais trabalhos aqui tratados. Para essa análise, o autor utiliza como fonte de dados o Censo Demográfico (1991 e 2000) e as PNADs (1993, 1995 e 1999).

De acordo com o estudo, a forma do desempenho da economia estadual das duas últimas décadas do século XX, e por situar-se pouco acima da média nacional, contribui para o aprofundamento do processo de urbanização e para a mudança do sentido dos fluxos migratórios.

No período 1980-1991 a emigração no estado foi menor do que no período 1970-1980. Embora o saldo migratório tenha sido próximo ao do período anterior, a redução significativa desse saldo, associada ao movimento de migrações de retorno da região Sul do país e do estado do Rio de Janeiro, responde pela redução do saldo migratório negativo e por sua reconversão, em região receptora.

O trabalho destaca que tanto no período 1995-1999, o estado se apresenta como receptor, na medida em que seus déficits vão se reduzindo, a ponto de, em 1999, apresentar saldo migratório positivo. É no segundo período que se observa maior atração populacional, em especial as migrações de retorno do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Com exceção do Nordeste, todas as demais regiões e São Paulo apresentaram migração de retorno do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Além disso, com exceção do Nordeste, todas as demais regiões e São Paulo apresentaram migração de retorno para o Espírito Santo. Foi nesse segundo período que se observou um crescimento do investimento na economia estadual, o que deve ter atraído a população de menor renda que pôde ser aproveitada nas obras realizadas para a ampliação de algumas empresas, em especial dos Grandes Projetos, aumentando o contingente populacional na Região Metropolitana da Grande Vitória.

A tese do autor ainda verifica que os dados preliminares do Censo Demográfico de 2000 apontam para a continuidade do processo de atração populacional para o estado, fato que parece ter sido estimulado pela previsão de investimentos no Espírito Santo para o período 2000-2005, muitos já em estágio de execução.

## 12. A Integração do Mercado Nacional e a Dinâmica Industrial Capixaba

HOFFMAN, Alessandro Mairink. **A Integração do Mercado Nacional e a Dinâmica Industrial Capixaba**. 2006. 128 f. Monografia (Graduação) – Departamento de Economia, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

O trabalho tenta analisar a dinâmica industrial capixaba nos seus diferentes momentos entre 1960 e 2006 e discutir em que medida e direção se deu a resposta da estrutura industrial do Estado às mudanças nos determinantes do novo padrão de acumulação nacional e internacional e os efeitos deste processo sobre os níveis de crescimento capixaba.

No Espírito Santo, a década de 1970 foi marcada por articulações que visavam atrair os grandes projetos. Acreditava-se na difusão que essas indústrias promoveriam na economia local: era o denominado desenvolvimento de “cima para baixo”. Na década de 1980, quando esses projetos entraram em operação, o ritmo de crescimento industrial do Estado passou a ser determinado por esses investimentos. Por sua vez, a partir de 1990, fica clara a falência do modelo de políticas de desenvolvimento implementado até então. O desconforto com o balanço de pagamentos se torna insuportável, e as necessidades para com a estabilização econômica fazem com que a preocupação central sejam a gestão e a administração de programas de ajustes macroeconômicos.

A economia encontrava-se desacelerada com a conclusão dos grandes projetos iniciados na década de setenta, com aumento da inflação e crise do setor público, acompanhado de elevação da dívida, num contexto externo também bastante desfavorável com a ruptura de financiamentos externos. O ideário empregado passa a se assentar na liberalização econômica, modificando o norte das políticas públicas. A década de 1990 assistiria impassível a ações que possuíam como único guia a estabilização da economia.

De acordo com o estudo, passa a ser premente o esforço exportador que se torna o novo mote dos agentes públicos. Tal situação macroeconômica cria “ilhas” de desenvolvimento – espaços ligados ao setor externo, que apresentam índices de crescimento superiores à média nacional.

O entendimento dominante sobre a economia capixaba assentou-se sobre o desempenho dos grandes projetos aqui instalados e o empenho na construção de possibilidades efetivas de intercâmbio externo, em especial o fomento à competitividade dos setores exportadores. Por isso, o autor discute quais seriam os determinantes da estrutura industrial capixaba no período 1996/2004. Os resultados dessa discussão concluem que houve uma elevação sem precedentes da concentração industrial, em nível estadual e setorial, tornando as economias regionais menos diversificadas e heterogêneas, e uma elevação da especialização produtiva destas economias.

Por meio do Quociente Locacional, QL, o estudo verifica que no Espírito Santo, para o período 1996/2004, houve uma especialização relativa em seis setores, sendo um de insignificante participação no VTI (Reciclagem), outros dois ligados a recursos naturais e extração (Minerais não-Metálicos e Produtos de Minerais não-Metálicos), e por fim três

setores ligados à existência de grandes projetos no Estado (Metalurgia, Minerais Metálicos e Papel e Papelão).

De toda forma, essa especialização ocorreu em setores apenas parcialmente dinâmicos, no qual processos de inovação ocorrem de forma marginal, o que confere aos mesmos a característica de setores maduros. Estes setores experimentaram uma participação ascendente no VTI capixaba (cerca de 60% em 1996, e 80% a partir de 2000), caracterizando uma especialização do parque produtivo capixaba em produtos de menor valor agregado, nos quais a capacidade inovativa e de diferenciação do produto são pequenas e lentas.

Se nos anos iniciais de estabilização e abertura econômica, o processo de especialização possibilitou às diversas regiões, dentre elas o Espírito Santo, atingir ritmos semelhantes de crescimento da produtividade, com a exacerbação deste processo, quer seja, a livre atuação das forças de mercado optando pelos espaços que apresentassem melhores e maiores vantagens competitivas, as regiões mais dinâmicas tenderam a concentrar as indústrias com maior potencial de crescimento da produtividade, ou mais dinâmicas, elevando o diferencial de crescimento da desigualdade tecnológica.

Notou-se que a partir da segunda metade da década de 1990, o processo de desconcentração industrial, depois de breve período de reversão da tendência, continuou sua trajetória ascendente. No entanto, este processo, tendo o mercado como ente determinante, tem proporcionado um quadro de especialização produtiva e elevação dos diferenciais de produtividade entre regiões, impactando no potencial dinâmico dos diversos setores, que extrapola o quadro de alto crescimento estampado pelas taxas estaduais de expansão.

Segundo o autor, salvo para os pontos industriais com dinâmica atrelada ao mercado externo, nos quais é possível falar em integração competitiva, aos demais setores e regiões do país resta o resgate do mercado interno como forma de gerar externalidades positivas e crescimento.

No caso capixaba, esse apontamento indica que, mesmo para uma economia que cresceu acima da média nas últimas décadas, poderia ter sido experimentado um desempenho ainda melhor, menos concentrado, generalizado para outros destacados setores capixabas, tais como a indústria alimentícia, móveis, produtos de mármore e granito, têxtil e vestuário, entre outros.

### **13. O café e a urbanização no Espírito Santo. Aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar.**

**BUFFON, José Antônio. O café e a urbanização no Espírito Santo. Aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar.** Campinas, Dissertação (Mestrado em Economia) – Unicamp, Campinas, 1992, 386p.

O Espírito Santo, desde os anos iniciais da década de setenta, é um Estado urbano e industrial. A partir de então, a organização da “vida urbana” (particularmente o tamanho, a diferenciação, a hierarquia e as funções dos núcleos urbanos) tem sido definida preponderantemente pela produção industrial e secundariamente por um importante segmento “automatizado” do setor terciário, ou seja, pela maior parte daquelas atividades relacionadas com a operação do complexo portuário e que, a rigor, não resultam da produção material verificada nos limites do Espírito Santo.

A elaboração desta dissertação buscou contribuir para o melhor entendimento deste importante período da história econômica do Espírito Santo – um período de aproximadamente um século, no qual a expansão da cafeicultura em bases familiares imprimiu ao Estado um certo tipo de urbanização, que se apresentou fraca, amplamente disseminada pelo território e relativamente concentrada na Capital.

Para que se efetuasse um detalhado exame deste padrão de urbanização, foi preciso a realização de um esforço de “reconstrução” do objeto, ou seja, uma reavaliação do percurso econômico e demográfico do Espírito Santo, cobrindo pouco mais de um século de expansão cafeeira – por convenção, o período entre 1850 e 1960.

Foi somente a partir de 1955 que a crise atingiu o Espírito Santo, com a crise dos preços internacionais e altos níveis de produção, tornando a crise do café inevitável, chegando nos anos de 1962 e 1963 aos menores níveis de preço. Na década de 60, essa estrutura produtiva entra em crise em decorrência da sua própria dinâmica de produção, cujos efeitos acentuaram-se ainda mais com a política de erradicação dos cafezais<sup>14</sup>, ocorrida entre 1962 e 1966.

Em decorrência da superprodução no triênio 1959-1961, foi criado em 1961 o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura - GERCA<sup>15</sup>, com o objetivo explícito de “erradicação de 2 bilhões de cafeeiros antieconômicos<sup>16</sup>, renovação racional das lavouras na proporção de um para quatro e diversificação de culturas nas áreas liberadas” (IBC, 1978: p.9).

O Espírito Santo foi o Estado mais atingido por tal política, uma vez que erradicou duas vezes mais que a cota que lhe fora definida, cerca de 53% da área cultivada (1962 - 1970)<sup>17</sup>. A superação da cota se explica pelo fato de o valor pago pela indenização ser mais

<sup>14</sup> O Governo Federal, diante da gravidade da crise, e por ser o café um importante item da pauta de exportações brasileira, foi forçado a adotar uma política de erradicação visando à superação da crise.

<sup>15</sup> Ver ROCHA E COSSETTI (1991:46).

<sup>16</sup> Eram definidas pelo GERCA como antieconômicas as áreas plantadas que produzissem abaixo de seis sacas de café beneficiado por mil covas de café.

<sup>17</sup> Fonte: <http://www.cetcaf.com.br/Links/cafeicultura%20capixaba.htm> capturado em 25/06/2005.

rentável do que manter a produção com os velhos cafezais capixabas. Devido à ausência de recursos técnicos no cultivo e ao desgaste dos solos, os níveis de qualidade e produtividade eram muito baixos. Soma-se a isso a crise internacional dos preços do café, o que tornava a erradicação um bom negócio para os produtores capixabas.

A primeira fase de erradicação dos cafezais não foi muito expressiva no Espírito Santo, fato que se reverteu na segunda fase, visto que foi o Estado que mais erradicou, liberando uma área total de 299.429 ha, sendo, no montante final, o que mais recebeu pela erradicação.

A política de erradicação dos cafezais favoreceu a acumulação privada dos grupos econômicos locais, pois os cafeicultores recebiam por cada pé de café erradicado, ou seja, o pagamento do governo pela erradicação gerou uma massa de recursos privados no Espírito Santo que passou a ser investido em outras áreas que não do café e da agricultura.

Além da acumulação privada, outro fenômeno associado à erradicação foi o aprofundamento do processo de urbanização, já que com a desmobilização das pequenas propriedades ampliou-se o fluxo migratório para as cidades (êxodo rural) o que gerou um excedente de mão-de-obra disponível nestes centros. Da mesma forma, esses fluxos migratórios em direção às cidades forjaram um mercado consumidor urbano. Essa intensificação dos fluxos migratórios contribuiu também para a expansão da rede urbana capixaba, em especial nas Regiões Noroeste e Norte.

O plano de erradicação foi o evento que mudou de fato a economia do Estado, porque trouxe para a Região Metropolitana o que faltava à economia regional: capital, mão-de-obra e trabalho. De acordo com BUFFON (1992) as atividades que começaram a aparecer foram: a extração de madeira no Norte; pecuária e extração mineral no Sul, e o desenvolvimento sutil do comércio e dos serviços em Vitória.

Em resumo, explicita um dos principais rebatimentos espaciais do auge da cafeicultura capixaba que foi a dinamização da Região Sul (Cachoeiro de Itapemirim como centro urbano) devido ao Porto de Itapemirim que escoava a produção para o Rio de Janeiro. A Região Central também configura certa importância econômica no período, por causa das exportações do café. Na medida em que foram se esgotando as terras ao Sul, o crescimento da fronteira agrícola deslocou-se para o Norte.

Entre os rebatimentos espaciais da crise da cafeicultura capixaba, destacam-se: a profunda modificação no perfil da sua economia, que transita de uma economia rural para uma economia urbano-industrial. A grave crise na cafeicultura fez com que fossem buscadas novas oportunidades de desenvolvimento tendo como base a industrialização. Dessa forma, a crise do café foi a primeira ruptura regional do Espírito Santo. Esta ruptura regional significa dizer que com a crise da cafeicultura, o capital precisava de novas formas para se reproduzir. Essa reprodução do capital encontrou na cidade as condições favoráveis que o café já não proporcionava, forçando o deslocamento campo-cidade e posterior urbanização.

## 14. Desigualdades Regionais no Espírito Santo: Perspectivas da nova fronteira de exploração petrolífera.

RODRIGUES, Viviane Mozine. **Desigualdades Regionais no Espírito Santo: Perspectivas da nova fronteira de exploração petrolífera.** Dissertação de Mestrado, UCAM, 2006.

A questão norteadora do trabalho busca conhecer os possíveis impactos sobre a distribuição espacial da riqueza diante das tendências de exploração de petróleo e gás natural no Espírito Santo. Questiona se a atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural é um elemento de arrefecimento de problemas das desigualdades regionais. O trabalho examina como a distribuição dos royalties petrolíferos impacta esta desigualdade: se no sentido de atenuá-la ou reforçá-la.

Apresenta-se um panorama do setor petróleo e gás natural no Estado do Espírito Santo investigando se a riqueza oriunda dos *royalties* petrolíferos trará arrefecimento para as desigualdades regionais no Estado, por ser considerado como um elemento de concentração espacial da riqueza, pelo fato de ser guiada por um “determinismo físico” e não, propriamente, pela presença de atividades de exploração e produção.

Trata-se também da participação do estado e municípios do Espírito Santo na distribuição das rendas petrolíferas. Por fim, apresenta-se o Espírito Santo como nova fronteira petrolífera, dimensionando o setor no Estado, quanto à dinâmica da evolução da produção, das reservas provadas e totais e os seus possíveis impactos regionais.

Nesta direção, a dissertação procura evidenciar, mesmo que sinteticamente, as raízes históricas da desigualdade regional no Espírito Santo e apresentar um quadro atual de desigualdades espaciais na distribuição de riqueza<sup>18</sup> através de alguns indicadores socioeconômicos. Destacando, em uma análise mais contemporânea, o debate sobre os desdobramentos espaciais da indústria do petróleo e da distribuição dos royalties. Mais especificamente, investigando como estas riquezas têm um papel relevante no quadro da desigualdade espacial: se no sentido de reforçá-la ou atenuá-la. O avanço da exploração de petróleo e gás natural no Estado, tido como “nova fronteira”, suscitaram o interesse pela questão dos royalties como potencializador/minimizador das desigualdades regionais.

O Espírito Santo foi um dos estados beneficiados com a abertura do setor petrolífero a partir da Lei 9.478/97. Nesse contexto de modificações importantes e crescimento do volume de repasses dos royalties do petróleo, é extremamente relevante retomar o estudo das desigualdades regionais. O objetivo desta dissertação, portanto, é identificar os impactos dos royalties do petróleo sobre a desigualdade regional no Estado do Espírito Santo.

O primeiro capítulo apresenta, de forma sintética, a formação econômica do Espírito Santo, destacando a alternância dos setores hegemônicos de cada período. O período da cafeicultura inicia a montagem deste cenário de desigualdade. A década de 70 transforma o Espírito Santo num Estado industrial com a vinda dos “Grandes Projetos” para a Região Metropolitana e também a adoção de incentivos fiscais, num cenário que também colabora para a desigualdade regional. Nos anos 90, há um processo de concentração de

<sup>18</sup> O recorte espacial considera as Macrorregiões e Microrregiões de governo do Estado do Espírito Santo.



investimentos e perpetuação da riqueza na Região Metropolitana, pois mesmo com a diversificação produtiva e a suposta “vocação” ao comércio exterior em nada contribuíram para atenuar os desníveis regionais, ao contrário, os incentivos fiscais e a logística privilegiada continuam a beneficiar a Região Metropolitana em detrimento das demais regiões.

O segundo capítulo apresenta um quadro sucinto da questão regional no Espírito Santo. As Macro e Microrregiões do Estado apresentam dinâmicas diferenciadas. O primeiro indício da desigualdade encontra-se na concentração populacional na Região Metropolitana, o segundo é que esta atratividade populacional está diretamente ligada ao dinamismo econômico. Para constatar o alto grau de desigualdade regional, coteja-se os dados da distribuição da riqueza nas regiões (PIB) com a riqueza transacionada (ICMS). Nesta etapa o estudo identifica que o Estado do Espírito Santo é duplamente afetado pelos incentivos fiscais (FUNDAP e Lei Kandir), que podem contribuir para acentuar as desigualdades. Identifica-se que no curto prazo a espacialização dos investimentos no Espírito Santo mantém uma trajetória de concentração na Região Metropolitana.

No terceiro capítulo pretende-se estabelecer um panorama do setor petróleo e gás natural no Estado do Espírito Santo. Apresenta-se, inicialmente as modificações e os impactos causados pela Lei 9.478/97, também chamada Lei do Petróleo. Para se ter uma idéia de como é recente a história da exploração do petróleo no Espírito Santo e da dinâmica do setor petrolífero, foram sistematizados os dados da produção nacional de petróleo e gás natural em terra e mar e comparados com a produção capixaba e os valores dos royalties distribuídos ao estado e municípios para uma visão panorâmica do crescimento destas receitas, de forma a evidenciar uma tendência de crescimento.

Trazendo à tona o problema regional, demonstra-se o rateio regional dos royalties distribuídos pelas Macro e Microrregiões. Apresenta-se então o Estado do Espírito Santo como “nova fronteira”, mostrando quais são as perspectivas do aumento da produção de petróleo e gás natural. Analisa-se, então, o impacto regional, ou seja, como a distribuição dos royalties está potencializando o problema das desigualdades do Espírito Santo, tendo como referências básicas a legislação vigente e as perspectivas de produção.

Numa análise descritiva, discute-se quais as tendências de “reforço” das desigualdades regionais do Espírito Santo e, por fim, são levantadas conjecturas sobre os destinos da evolução da distribuição de riqueza no Espírito Santo, mesmo diante de incertezas quanto às regras de rateio dos royalties que podem suspender o processo atual de distribuição da riqueza regional.

Embora o Estado do Espírito Santo se apresente como nova fronteira petrolífera, poucos estudos estão sendo desenvolvidos a respeito dos impactos positivos e negativos provocados pelas atividades relacionadas à exploração petrolífera, sejam eles sociais ou econômicos. A contribuição desta dissertação é lançar luz sobre o importante tema dos royalties do petróleo; tema que só foi retomado com extremo vigor após a quebra do monopólio estatal no país. Além de fornecer um instrumento capaz de sinalizar políticas governamentais, para que o crescimento econômico do estado não potencialize suas desigualdades regionais.

## 15. Arranjos produtivos

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – ES. 2009.

Os arranjos produtivos do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo, são divididos em cinco áreas de atuação:

- **Rochas Ornamentais de Cachoeiro de Itapemirim**

Com grande destaque entre os Arranjos Produtivos Locais (APLs) do País, o setor de rochas é responsável por 70% do PIB, o que faz com este município seja polarizador do desenvolvimento de toda a região Sul. Atualmente estão instaladas no APL cerca de 800 empresas integrantes da cadeia produtiva do segmento, sendo mais de 80% delas dedicadas ao beneficiamento do mármore e granito.

- **Moveleiro de Linhares**

Esse APL é um dos setores que mais empregam no Espírito Santo, e também abriga um maior número das empresas que produzem em larga escala para a venda no País e no exterior.

- **Metalmecânico da Grande Vitória**

O setor no Espírito Santo congrega 1.362 empresas que representam 40,8% do total das indústrias do Estado. Essas empresas empregam 22.528, ou seja, 23% do total da área industrial capixaba.

- **Vestuário da Região Noroeste**

O arranjo é composto em média por 500 empresas (formais e informais), das quais 97% são micros e pequenas e 3% médias e grandes, gerando aproximadamente 11 mil empregos diretos, conforme o Instituto de Estudos e Marketing Industrial (Iemi). O destaque fica, entretanto, para o município de Vila Velha, visto que o Pólo de Moda da Glória, voltado principalmente para a produção de malhas, possui 1.200 lojas especializadas. Este polo exporta aproximadamente 60% de sua produção.

- **Agroturismo - Região das Montanhas Capixabas**

O Espírito Santo foi um dos primeiros Estados a implantar a atividade de Agroturismo no País. Inicialmente foi desenvolvido um projeto piloto, contemplando a Região Serrana Central, que teve como abrangência 11 municípios. Outra atividade econômica na Região Montanhas Capixaba que contribui para o desenvolvimento do APL de Agroturismo é o artesanato, produzindo diferentes produtos, oriundos de matérias-primas variadas. Do mesmo modo, outras atividades produtivas estão intimamente ligadas à expansão do Agroturismo. Seja pela proximidade geográfica ou por sua natureza semelhante, elas atraem clientes, não só para si, mas para o restante do arranjo.

### 3) RELAÇÃO DE ESTUDOS EXISTENTES NÃO RESENHADOS

#### 1. Grande Vitória: crescimento e metropolização

ABE, André Tomoyuki. **Grande Vitória: crescimento e metropolização**. 1999. 513 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

A tese analisa o desenvolvimento urbano da Grande Vitória, Espírito Santo, a partir da década de 1970, examinando as mudanças ocorridas e apresentando alguns dos principais agentes dessas transformações, os chamados Grandes Projetos<sup>19</sup>. O estudo confirma que a cidade passou, no período, por um autêntico processo de metropolização, e que este tem a perspectiva de acentuar-se, em função da consolidação daqueles complexos econômicos implantados no período e dos novos investimentos que neles estão sendo realizados.

O trabalho não foi resumido por já ter sido considerada outra tese tratando sobre o processo de metropolização no Espírito Santo<sup>20</sup>, embora seja uma referência importante nos estudos sobre o Estado.

#### 2. RMGV: dinâmica urbana na década de 90

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Região Metropolitana da Grande Vitória: dinâmica urbana na década de 90**. Vitória: IPES, 2001.

O trabalho consolida indicativos dos aspectos físico-territoriais da Grande Vitória<sup>21</sup>, atualizando informações cartográficas e analisando as principais características da dinâmica urbana da RMGV no período de 1989 a 1998. Analisa algumas das principais características do processo de desenvolvimento regional, apresentando uma breve abordagem das transformações sociais, econômicas e, sobretudo físico-territoriais decorrentes de políticas macroeconômicas estabelecidas a partir da década de 60. Sugere tendências de expansão e adensamento da malha urbana da RMGV, bem como indicativos para a elaboração de pesquisas referentes à metropolização do espaço regional.

O estudo não foi resumido devido ao período das informações (década de 90), no entanto ressalta-se que trata de um momento importante no processo de metropolização da RMGV.

<sup>19</sup> A saber: Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST, usinas de pelotização da Companhia Vale do Rio Doce, complexo portuário de Tubarão, mineradora Samarco e Aracruz Celulose.

<sup>20</sup> VARGAS, Paulo Sérgio de Paula. **Território, infra-estrutura e metropolização: os novos significados urbanos da cidade-região de Vitória ES**. 2005. 350 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

<sup>21</sup> Foram considerados os municípios de Vitória, Vila Velha, Viana, Serra e Cariacica.

### **3. Verticalização e Reestruturação na RMGV 1990-2002**

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Verticalização e Reestruturação na Região Metropolitana da Grande Vitória 1990-2002.** Vitória: IPES, 2001.

O documento investiga a participação do setor imobiliário nos processos de reestruturação urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) de 1990 a 2002, em particular na produção de condomínios verticais com mais de cinco pavimentos. Com isso, pretende analisar as relações implícitas do setor da indústria da construção civil com diversos aspectos do crescimento regional, a exemplo de dinâmicas de distribuição populacional, de exclusão social, de segregação do uso do solo, de incremento e distribuição de renda e, do mercado de terras, entre outras.

O documento não foi resumido por tratar de um tema muito específico e realizar análise restrita apenas à Região Metropolitana.

### **4. RMGV: Sistema gestor e informações básicas**

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV: Sistema gestor e informações básicas.** Vitória: IPES, 2005.

O objetivo do documento é reunir as informações básicas sobre a RMGV, abordando seu histórico institucional, a legislação vigente e a caracterização do sistema gestor, contemplando ainda aspectos gerais da região e uma coletânea de dados sobre sua economia, finanças públicas, infraestrutura e serviços essenciais, além de indicadores sociais.

Não se considerou necessário resumi-lo porque aborda aspectos históricos e institucionais descritivos e, quanto ao compêndio de dados, foi substituído por uma publicação posterior: Perfil Regional Região Metropolitana da Grande Vitória (ver item seguinte).

### **5. Perfil Regional RMGV**

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Perfil Regional Região Metropolitana da Grande Vitória.** Vitória: IJSN, 2008.

O documento traz informações que envolvem os principais aspectos geográficos, demográficos, sociais, infraestruturais, econômicos e de finanças públicas da microrregião administrativa Região Metropolitana da Grande Vitória. São mostrados mapas temáticos, com informações sobre sistema viário, uso e ocupação do solo e equipamentos sócio-comunitários. O objetivo é contribuir para a compreensão da realidade socioeconômica da RMGV e para a identificação de suas potencialidades.

O documento se compõe de tabelas e gráficos e breves comentários sobre eles, motivo pelo qual não se considerou necessário resumi-lo.

## 6. Pesquisa de origem e destino RMGV

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, ES. **Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana da Cidade de Vitória e Estudo de Viabilidade Técnico Operacional, Econômico-Financeira do Sistema Metrô-Leve para a Cidade de Vitória: síntese do diagnóstico.** Vitória, 2007.

O documento apresenta análises dos componentes de transporte realizadas no âmbito do Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana de Vitória - PDTMU. Sintetiza as caracterizações, análises e diagnóstico do transporte público municipal e metropolitano, do sistema viário e da circulação e do transporte não motorizado.

O documento não foi resumido por tratar de um tema muito específico e realizar análise restrita apenas à Região Metropolitana.

## 7. Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo.** Vitória: IJSN, 2009.

O documento pretende evidenciar a evolução socioeconômica capixaba verificada no período de 2001 a 2007. São abordadas as áreas de demografia, educação, saúde e mercado de trabalho, além de tratar de arranjos familiares, situação dos domicílios e concentração de renda e pobreza. Busca ainda situar o Espírito Santo no contexto das transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil e na Região Sudeste no período correspondente.

Para a construção dos indicadores foram utilizadas, principalmente, as informações coletadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e as do banco de dados do Sistema Único de Saúde (Datasus). Foram utilizados ainda dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA) e da Secretaria Nacional de Habitação, vinculada ao Ministério das Cidades.

O documento se compõe de gráficos para cada indicador selecionado e breves comentários sobre eles, motivo pelo qual não se considerou necessário resumir-lo.

## 8. Dinâmica Recente da Economia Capixaba

MACEDO, Fernando César de. Dinâmica Recente da Economia Capixaba. **Scientia**, Vila Velha (ES), v. 8, n. 1, p. 7-28.

O artigo analisa o desempenho recente da economia capixaba (1960-2002), tendo como referencial o aproveitamento das oportunidades das políticas de desenvolvimento regional no país, a partir da constituição do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES), pois seu primeiro momento de crescimento industrial foi influenciado por esse instrumento. Esgotadas as políticas regionais, o estado capixaba foi beneficiado novamente pelas ações do governo federal que estimulou as exportações brasileiras. Isto

beneficiou grandes empresas industriais localizadas no Espírito Santo desde metade da década de 70.

O texto não foi resumido devido à existência de outros textos referentes à dinâmica econômica do Espírito Santo já selecionados para este relatório, inclusive um do mesmo autor<sup>22</sup>.

## 9. Programa de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI)

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES.  
**Programa de Desenvolvimento Regional Integrado - Região Programa II – Colatina.**  
Vitória: IPES, 1982.

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES.  
**Programa de Desenvolvimento Regional Integrado - Região Programa V – Cachoeiro de Itapemirim.** Vitória: IPES, 1982.

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES.  
**Programa de Desenvolvimento Regional Integrado - Região Programa III – Nova Venécia.** Vitória: IPES, 1983.

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES.  
**Programa de Desenvolvimento Regional Integrado - Região Programa IV – Linhares.**  
Vitória: IPES, 1983.

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES.  
**Programa de Desenvolvimento Regional Integrado - Região Programa I – Vitória.**  
Vitória: IPES, 1985.

Os cinco estudos realizaram um diagnóstico das regiões capixabas baseado nas condições naturais, aspectos da ocupação, estrutura agrária, políticas e comercialização agrícolas dos municípios, dentro da elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento Integrado (PDRI). A conjuntura em que foram realizados requereu que se privilegiassem as atividades rurais devido à forte influência destas na conformação econômica das regiões naquele momento. A conjugação analítica com os setores terciário e urbano-industrial foi transferida para uma fase posterior, assim como o estudo das articulações externas das regiões com a economia e a sociedade capixabas. A metodologia adotada sugeriu a análise a nível municipal, que acabou por converter-se em produto efetivo do trabalho, devido a demandas das prefeituras e de outros órgãos estaduais. Cada estudo conta com três volumes: i. análise da região, ii. anexos e iii. mapas. Os documentos não foram resumidos devido ao período de sua elaboração (1985), embora realizem uma importante caracterização dos municípios do Espírito Santo que pode ser necessária numa abordagem histórica.

<sup>22</sup> MACEDO, Fernando César de. Notas sobre a dinâmica sócio-econômica e territorial recente no Espírito Santo. **UNESC em Revista**, Colatina, v. 18, p. 71-88, 2005.

## 10. Elementos para os Diagnósticos Municipais

Instituto Jones do Santos Neves. **Elementos para os Diagnósticos Municipais**. Vitória, IJSN, 2000.

Com o objetivo de estimular uma distribuição da produção e da riqueza mais equitativa no estado do Espírito Santo, visando a redução das desigualdades microrregionais a partir de uma melhor articulação das ações governamentais, o trabalho fornece dados da estrutura fundiária, dos setores primário, secundário e terciário, dos centros e distritos industriais, das agências bancárias, das prefeituras municipais, das estruturas de Estado (federal e estadual) presentes nos municípios, das agências de desenvolvimento local, dos consórcios intermunicipais, das organizações civis, dos projetos potenciais, dos assentamentos rurais e das instituições de ensino superior presentes em cada município do Espírito Santo. O trabalho é dividido em doze volumes, um para cada microrregião de planejamento do estado.

Com a riqueza de dados apresentados, certamente tal trabalho deverá ser utilizado para pesquisa. Mas devido à ausência de análises mais profundas e ao fato de essas serem contempladas em um volume condensado, *Microrregiões Administrativas de Gestão: diagnósticos sintéticos em vista da elaboração do Plano Plurianual (PPA)*, o trabalho não foi resenhado.

## 11. Déficit Habitacional nos Municípios do Estado do Espírito Santo – 2009

SAMPAIO, Ana Paula Santos; GONÇALVES, Luciana Caldas; PINHEIRO, Tatiana de Cássia. **Déficit Habitacional nos Municípios do Estado do Espírito Santo – 2009**. Vitória, IJSN, 2009.

O trabalho busca diagnosticar as necessidades habitacionais da população carente do estado do Espírito Santo, tendo em vista as metas do Plano Estratégico do governo estadual de suprir o déficit habitacional e prover com serviços básicos de infraestrutura os domicílios que não se encontram de acordo com as exigências mínimas de habitabilidade.

Apesar de as carências habitacionais serem identificadas por município, fornecendo uma base de dados interessante, o intuito do trabalho é hierarquizar necessidades para direcionar investimentos, não analisando como as deficiências habitacionais e as desigualdades regionais influenciam e são influenciadas pelo processo de urbanização e metropolização. Por isso, concluímos não trazer grandes relevâncias ao objetivo da presente pesquisa, não tendo sido, portanto, resenhado.

## 12. Atlas Eólico: Espírito Santo

AMARANTE, Odilon A. Camargo do. **Atlas Eólico: Espírito Santo**. Vitória, ASPE, 2009. 100pp.

O trabalho realizado busca, frente ao crescente esgotamento de outras fontes de energia e ao aumento da demanda de consumo, fornecer bases para ampliação e diversificação energética utilizada no estado, utilizando para isso um estudo sobre a possibilidade de instalação da matriz eólica. Tal matriz tem o benefício de aumentar a segurança energética, uma vez que se mostra invulnerável às flutuações de preço de commodities. Outra justificativa apresentada é o fato de o Espírito Santo importar 67% da energia utilizada e se diferenciar dos demais estados brasileiro por ter 60% de sua capacidade energética oriunda de fonte térmica. Finalmente, indica a perspectiva de realização de um leilão de energia específico para fonte eólica previsto ainda para 2009.

Apesar da relevância e abrangência territorial do estudo, não foi feita resenha por não se enquadrar em nenhuma das questões consideradas pela pesquisa.

## 13. Informações Básicas e Caracterização Sócio-econômica da Região Norte do Espírito Santo

Coordenação de Planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo . **Informações Básicas e Caracterização Sócio-econômica da Região Norte do Espírito Santo**. Vitória, COPLAG, 1998.

Trazendo informações básicas para caracterizar geográfica e socioeconomicamente a região norte do Espírito Santo, o trabalho busca trazer um conhecimento básico dessa região no intuito de auxiliar a organização das políticas públicas regionais e para a preparação necessária à efetiva integração à SUDENE.

Apesar de trazer dados e mapas que poderão ser utilizados na pesquisa, o trabalho traz muito pouco conteúdo analítico. Nesse sentido resolvemos não resenhá-lo.

## 14. A Formação Econômica do Espírito Santo

BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo**. Rio de Janeiro, Editora Cátedra, 1987.

Buscando entender a formação da economia espiritosantense e os esforços industrializantes que se fizeram presentes, o trabalho faz uma gênese desde a formação da capitania, a partir da economia açucareira, até os anos 80. Traz elementos que ajudam a entender o início do ciclo industrial e o advento dos grandes projetos industriais.

Apesar da relevância do estudo para a compreensão da dinâmica que estruturou a economia capixaba, o trabalho foi realizado ainda na década de 1980, portanto, fora do período que se propõe a presente pesquisa. Por isso não foi resenhado.



## 15.A Formação da Centralidade de Colatina

CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira. **A Formação da Centralidade de Colatina**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2004.

O livro busca examinar o processo histórico de formação da centralidade do município de Colatina desde sua gênese enquanto localidade, ainda no século XIX, até os dias atuais. Identifica as principais atividades para cada período histórico, o papel que desempenham para a região e para o estado, indicando os fatores que levaram a sua constituição e os encadeamentos que geraram. Além de usar outros estudos como base de informações e mapas que indicam a evolução dos limites administrativos da região, percebe-se que foram feitas algumas entrevistas pontuais com representantes de setores produtivos do município. A obra traz importantes indicações sobre as principais atividades que caracterizam o município enquanto polo da região centro-norte do estado.

No entanto, devido ao baixo nível de aprofundamento analítico e da falta de uma base de dados que sustente alguns pontos de sua argumentação, não foi feita a resenha do livro.

## 16. Industrialização e Empobrecimento Urbano. O caso da Grande Vitória

SIQUEIRA, Maria da Penha S. **Industrialização e Empobrecimento Urbano**. O caso da Grande Vitória 1950-1980. Vitória, EDUFES, 2001.

Objetivando discutir as transformações na estrutura econômica capixaba à luz de sua história e as implicações sociais e políticas derivadas, o livro destaca o avanço do setor industrial e a desestruturação do setor agroexportador inseridos na conjuntura regional e nacional.

A obra não foi resenhada, pois apesar de recente (2001), enfoca sua análise apenas até 1980.

## 17.A Descentralização e Desdobramento do Núcleo Central de Negócios na Cidade Capitalista: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto, na Grande Vitória-ES

REIS, Luís Carlos Tosta. **Descentralização e Desdobramento do Núcleo Central de Negócios na Cidade Capitalista**: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto, na Grande Vitória-ES. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007. [Tese de Doutorado]

Utilizando o conceito de CBD (*Central Business District*) para caracterizar o núcleo central da aglomeração urbana de Vitória a tese investiga o processo de deslocamento deste e a conformação de um novo padrão de distribuição das atividades econômicas a partir de um estudo comparativo com duas outras centralidades distintas da aglomeração. De um lado, a Praia do Canto (bairro do município de Vitória), região de ocupação relativamente recente (30 a 40 anos) e para o qual se deslocou as classes mais altas da capital, juntamente com diversas instituições públicas e parte importante do comércio. De outro, Campo Grande (bairro do município de Cariacica), região de ocupação mais antiga e onde se concentra a parte do comércio de Cariacica, atendendo principalmente as classes de

baixo poder aquisitivo. O trabalho utiliza o Método do Índice das Atividades Centrais (MURPHY, R. E.; VANCE JR, J. E. "Delimiting the CBD". *Economic Geography*, 1954), além de fazer um levantamento do uso do solo e uma análise do perfil e comportamento dos consumidores.

O trabalho traz importantes informações sobre o setor terciário da aglomeração, inclusive com uma pesquisa que aponta a origem dos consumidores das áreas centrais supracitadas, mas por ser um tanto restrito a algumas zonas da aglomeração, decidiu-se não resenhá-lo.

## **18. O Pólo de Tubarão e a Expansão Periférica da Aglomeração de Vitória - Espírito Santo - Brasil**

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. **O Pólo de Tubarão e a expansão periférica da aglomeração de Vitória - Espírito Santo - Brasil**. Nanterre [França]: Université de Paris X, 1998. [Tese de doutorado]

Tendo como objeto de estudo o Polo de Tubarão (Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica de Tubarão e Porto de Tubarão) e a expansão periférica da aglomeração de Vitória, a tese busca compreender a gênese socio-histórica do polo através de seus efeitos econômicos, sociais e urbanos, a partir de uma pesquisa com os trabalhadores da CST. O trabalho aborda as condições de criação do polo, a constituição do complexo siderúrgico e verifica as implicações reais das atividades do complexo na vida dos assalariados da CST e dos habitantes da aglomeração. Busca entender ainda: os efeitos industrializantes do complexo siderúrgico sobre a economia local; as estratégias migratórias dos trabalhadores do complexo, assim como sua mobilidade sócio-geográfica; a repartição das atividades econômicas e das riquezas entre as municipalidades da Grande Vitória associadas ao complexo; as deseconomias urbanas trazidas pela instalação do complexo siderúrgico; a influência do complexo sobre o crescimento demográfico e a expansão periférica da aglomeração de Vitória; e os efeitos sobre a estrutura de empregos, as divisões da PEA do Espírito Santo e o consumo doméstico da cidade.

A tese apresenta riqueza de informações. No entanto, por estar em francês não foi resenhada.

## **19. Estatísticas dos Movimentos Migratórios Estado do Espírito Santo 1995- 2000**

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Estatísticas dos Movimentos Migratórios Estado do Espírito Santo 1995- 2000**. Vitória: IJSN.

As estatísticas dos movimentos migratórios no estado do Espírito Santo caracterizam os movimentos populacionais interestaduais e do exterior e intra-estaduais, ocorridos no período 1995-2000.

O período em análise segue o critério de data fixa estabelecida pela metodologia do Censo Populacional. As unidades territoriais de análise são os municípios existentes no período em questão e as microrregiões administrativas do estado com as configurações em vigor no período.

O texto não foi resumido devido ao período compreendido na análise.

## 20. Investimentos Previstos 2008/2013

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES.  
**Investimentos Previstos 2008-2013.** Vitória: IJSN, 2008.

O documento apresenta a carteira de investimentos previstos para o Espírito Santo, contém resultados do estudo realizado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) desde 2000. Os projetos referem-se a investimentos com valores acima de R\$ 1 milhão, para o período 2008-2013. O objetivo é conhecer as características gerais dos investimentos previstos para o Estado, observando-se o volume de recursos envolvidos ao longo do tempo, assim como sua distribuição setorial e regional.

O documento não foi resenhado devido a sua especificidade e periodicidade anual.

## 21. Panorama Econômico Espírito Santo-2009

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES.  
**Panorama Econômico do Espírito Santo.** Vitória: IJSN, 2009.

São apresentados os desdobramentos da crise nos contextos internacional e nacional, e derivados os possíveis impactos para a economia do Espírito Santo. Para citar, um primeiro impacto da crise observado no Brasil pode-se citar o repentino encurtamento da liquidez externa, que praticamente eliminou a oferta de linhas de crédito internacionais tomadas por exportadores e investidores domésticos. Em seguida, aprofundou-se a destruição de riquezas de investidores em mercados de renda variável e derivativos, o que comprometeu a solvência de curto prazo de algumas empresas. Apresenta também de forma explicativa como está a questão do comércio exterior, a produção industrial, o mercado de trabalho e as expectativas e confiança dos agentes capixabas.

O documento não foi resenhado devido a sua especificidade e periodicidade mensal.

## 22. O capitalismo se apropria do espaço: a construção civil em Vitória.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **O capitalismo se apropria do espaço: a construção civil em Vitória.** Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo - FAU-USP, São Paulo, 1993. 161p.

Tese de doutoramento que com ligeiras modificações teve a versão impressa com o título de *A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória*. Pesquisa fontes primárias e analisa, com ineditismo historiográfico, o crescimento da construção civil, na Capital do Estado. Procura dar compreensão sobre a então denominada produção do espaço, uma história da construção civil em Vitória e seu enorme esforço para, entender a formação da renda da terra em Vitória.

O documento não foi resumido por tratar de um tema muito específico e realizar análise restrita apenas à Capital.

## **23. Os impactos dos royalties do petróleo na economia e nas finanças públicas do Espírito Santo e de seus municípios.**

CAÇADOR, Sávio Bertochi. **Os impactos dos royalties do petróleo na economia e nas finanças públicas do Espírito Santo e de seus municípios.** Vitória: UFES, Monografia em Economia, 2005. 94p.

O Espírito Santo está vivendo um momento ímpar em termos de desenvolvimento econômico. Depois do ciclo do café, que predominou até os anos 1960, e dos “Grandes Projetos”, que teve início nos anos 1970 e está rendendo bons frutos até a atualidade, iniciou-se o seu terceiro ciclo ou eixo de desenvolvimento baseado nas atividades petrolíferas.

Sabe-se que a indústria petrolífera, assim como todo o setor energético, desempenha um papel importantíssimo em termos de infraestrutura e desenvolvimento econômico. Não somente porque o petróleo e o gás natural são as principais fontes de energia atualmente, mas também pelos muitos derivados que estes proporcionam para uma gama imensa de outros segmentos produtivos.

A questão central que permeia este estudo é entender quais os impactos que as participações governamentais geraram para as finanças públicas, assim como para a economia local, dos governos do Espírito Santo e dos seus municípios.

Em outras palavras, a problemática em questão não reside apenas no impacto em termos de aumento da receita pública gerado pelos royalties e as participações especiais, mas principalmente sobre a aplicação destes recursos.

O documento não foi resumido por tratar de um tema muito específico e realizar análise restrita apenas à Regiões produtoras de petróleo.

## **24. Fundap – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias**

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO. Sistemática **Fundap – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias. 2006.**

O mecanismo FUNDAP foi criado em 22/05/70, através da Lei 2508, no Governo Christiano Dias Lopes Filho. Os objetivos iniciais do sistema Fundap eram o de promover o incremento das exportações e importações pelo Porto de Vitória e o de incentivar o crescimento econômico estadual através de realização de novos investimentos.

As empresas fundapianas se beneficiam de um financiamento correspondente a 8% do valor da fatura das mercadorias importadas, que corresponde a 65% do valor do ICMS recolhido na Secretaria da Fazenda. Já os municípios recebem 25% do valor total do ICMS recolhido, que lhes cabe por dispositivo constitucional. Para a maioria dos municípios o ICMS proveniente do Fundap representa em média 35% do ICMS total recebido. O Estado se beneficia com a atração de empresas, de novos fluxos de mercadorias e de investimentos e na geração de renda e emprego, através dos projetos financiados a partir do próprio Fundo, com a obrigatoriedade das operadoras do sistema de investirem 7% do

valor do financiamento concedido. O grande benefício na verdade são para as empresas, que utilizam o leilão Fundap para a cessão dos direitos decorrentes do financiamento mediante pagamento de no mínimo 10% do valor de cada lote. Na realidade, o que acontece é que o Governo do Estado antecipa os recebimentos previstos para o horizonte de 25 anos dos financiamentos com um deságio de 90% sobre o valor dos contratos.

Ao observar a localização dos vários projetos beneficiados pelo Fundap é importante destacar a localização espacial destes, concentrada na Região Metropolitana.

O documento não foi resenhado devido a sua especificidade.

## **25. Finanças dos municípios capixabas**

**Finanças dos municípios capixabas.** Vitória: Ed. Aequus Consultoria. 2008.

A revista Finanças dos Municípios Capixabas é um Instrumento à disposição dos administradores municipais. Dissemina informações gerenciais e trata de assuntos relevantes para a melhoria da gestão fiscal. São publicações de periodicidade anual, com informações analisadas sobre a evolução das receitas e despesas dos municípios, com artigos sobre temas atuais de administração pública.

O documento não foi resenhado devido a sua especificidade e periodicidade anual.

## **26. Invest-ES**

**BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO. INVEST- ES.** 2007.

O Invest-ES é o Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo, um sistema de incentivo fiscal, pautado em benefícios atrelados ao ICMS devido, tanto na aquisição de máquinas e equipamentos, quanto nas operações de vendas internas ou interestaduais. O Invest-ES, de acordo com sua apresentação oficial, objetiva contribuir para a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais. Na prática, contudo, os investimentos permanecem concentrados na Região Metropolitana.

O documento não foi resenhado devido a sua especificidade.

## **27. Na mão da história: A CST na siderurgia nacional.**

MORANDI, Angela. Na mão da história: **A CST na siderurgia nacional**. Vitória, Edufes, 1997.

Este livro é fruto da tese de doutorado de Angela Morandi com um estilo de abordagem em Economia Industrial sendo seu estudo de caso a Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST. O estudo analisa aspectos da história, estratégia, estrutura e desempenho da empresa, enquadra adequadamente no âmbito da indústria siderúrgica brasileira, e especialmente no âmbito da indústria e do mercado mundiais.

O documento não foi resumido por se tratar de um estudo de caso da CST.

## **28. Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento.**

PACHECO, Renato et alli. **Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento**. Vitória, Edufes, 1996

Este livro é a versão condensada de um texto bem mais amplo, com os resultados de uma pesquisa de história econômica regional que os autores realizaram, de novembro de 1990 a setembro de 1991. Mostra que o Espírito Santo esteve praticamente ausente da história nacional até meados do século passado, o norte manteve desequilíbrio regional com as outras partes do Estado, só ingressando efetiva e plenamente no processo econômico em meados deste século.

O documento não foi resumido por tratar apenas da Região Norte do ES.

## **29. A dinâmica cafeeira e a constituição da indústria no Espírito Santo.**

ROCHA, Haroldo Corrêa e COSSETI, Maria da Penha. **A dinâmica cafeeira e a constituição da indústria no Espírito Santo**. 1850/1930. Vitória COPLAN/IJSN/GERES/UFES/FCAA, 1983.

Em meados da década de 40 do século XIX, iniciou-se no Espírito Santo o cultivo de café. A partir desse período, passou a figurar entre os estados brasileiros com alguma expressividade, no que se refere ao volume de exportação para o exterior. A substituição da cultura canavieira pela cultura do café é impulsionada pela cotação no mercado internacional, ocorrendo em todas as regiões do Estado. Primeiramente na Região Sul, especialmente Cachoeiro de Itapemirim, que se firma como centro regional por ser o canal de escoamento da produção, exportando para o porto do Rio de Janeiro. Já a região norte encontrou dificuldades por causa da distância entre as regiões e das barreiras naturais impostas pelo Rio Doce.

As Regiões Sul e Central, portanto, foram as primeiras faixas de ocupação do território capixaba. Estas terras, progressivamente apropriadas e cultivadas pelo café, tornavam-se menos disponíveis forçando o avanço da cultura cafeeira rumo ao Norte.

O estudo não foi resumido devido ao período das informações (até 1930), no entanto

ressalta-se que trata de um período importante para o ES.

### **30. Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985.**

ROCHA, Haroldo Corrêa e MORANDI, Angela. **Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985.** Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

Durante os anos 1930, em especial em 1938, o Espírito Santo produziu 1.786.000 sacas e exportou 270.511 mil sacas de café, distribuindo-o para o resto do Brasil, o excedente foi exportado para o mercado externo, mesmo com reflexos da depressão. Em 1938, já era o final da crise internacional. Por isso compreende-se que a crise de 1929 não atingiu a cafeicultura capixaba.

Na década de 1950 convive-se com os movimentos de expansão e de retração do setor cafeeiro. Durante o início da década, pode-se notar um aumento dos preços do café, que proporcionou um alargamento da atividade.

Destacam dois acontecimentos que marcam esta primeira fase de expansão: o plano de metas e a crise dos preços internacionais do café.

O fato é que a atividade cafeeira que se desenvolveu no Espírito Santo tornou-se a principal fonte econômica, sendo que através deste produto o Estado pôde intensificar o comércio através das exportações, tanto para o mercado interno como o externo.

O estudo não foi resumido devido ao período das informações (até 1985), no entanto ressalta-se que trata de um período importante para o ES.

### **31. Primeira conferência estadual das cidades**

**Primeira conferência estadual das cidades**, Vitória 11 a 12 de setembro de 2003: a ética na construção política das cidades sustentáveis no Espírito Santo: uma trajetória que une governo e sociedade civil: subsídios para discussão do texto base nacional e incorporação de propostas estaduais.

Finalidades

- propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três entes Federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política de Desenvolvimento Urbano nos seus diversos âmbitos: Municipais, Estaduais e Federal;
- sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes nas cidades;
- propiciar a participação popular de diversos segmentos na sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução da Política de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

- avançar na construção das Políticas de Desenvolvimento Urbano;
- indicar prioridades de atuação ao Ministério das Cidades, governos estaduais e Municipais.

O trabalho não foi resumido por já ter sido considerado em outros trabalhos, embora seja uma referência importante nos estudos sobre o Estado.

## 32. PETROBRAS – Plano Estratégico

PETROBRAS. Plano Estratégico 2020. Rio de Janeiro, Jan-2009.

O Plano Estratégico 2020 estabelece a missão de atuar de forma segura e rentável, com responsabilidade social e ambiental, nas atividades da indústria de óleo, gás e energia, nos mercados nacional e internacional, fornecendo produtos e serviços adequados às necessidades dos seus clientes e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países onde atua. As estratégias e objetivos corporativos da companhia para o futuro ampliou a visão da Petrobras de uma empresa líder na América Latina para uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo. O Plano mantém a estratégia de expandir a atuação nos mercados de petróleo, derivados, petroquímico, gás, energia, biocombustíveis e distribuição com rentabilidade, responsabilidade social e ambiental e crescimento integrado. O Plano destaca também a atuação com excelência operacional, em gestão, recursos humanos e tecnologia. Para o Espírito Santo a Petrobras tem como plano estratégico a otimização da utilização dos sistemas instalados no Campo de Golfinho com a:

- 1) Conexão de novos poço antes conectados ao FPSO Capixaba ao FPSO Cidade de Vitória;
- 2) Desenvolvimento da descoberta no *Ring-Fence* de Golfinho (150 milhões boe) através do FPSO Cidade de Vitória; e
- 3) Deslocamento do FPSO Capixaba (100 mil bpd) de Golfinho para o antecipar o desenvolvimento do pré-sal do Espírito Santo.

O documento não foi resenhado devido a sua especificidade.

## 33. Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (PEDEAG 2025)

Espírito Santo (Estado). Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura: novo PEDEAG 2007-2025 / Vitória: SEAG, 2008.**

Este “NOVO PEDEAG” – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba, para o período 2007-2025, representa o reconhecimento e a consolidação, por parte dos setores público e privado, do segmento agrícola, e em especial dos produtores rurais, da importância do planejamento estratégico como ferramenta para a construção do futuro desejado no meio rural e para o agronegócio no Espírito Santo. Destaca-se que o processo



de construção do NOVO PEDEAG recebeu aprimoramentos relativos à integração e participação dos vários atores e avançou em proposições regionais, considerando as características naturais, sociais e econômicas das diferentes regiões do Estado.

Confirmando as expectativas quanto ao desafio do desenvolvimento regional, este documento-síntese revela que há alternativas, com importantes diferenciações regionais, para aumentar as oportunidades de renda e inclusão social, considerando os vários segmentos de produtores rurais. Reafirma-se, neste sentido, a máxima de que *a busca do princípio da equidade impõe tratamento diferenciado para os desiguais*.

Este esforço não se restringe à agricultura e aos produtores rurais, mas a toda a sociedade capixaba, merecendo atenção especial as iniciativas públicas e privadas que levem em conta o manejo e o uso adequado do solo, das águas e das florestas, com perspectivas futuras de valoração dos recursos naturais e adoção de incentivos econômicos, a exemplo do pagamento por serviços ambientais.

O documento não foi resenhado devido a sua especificidade.

### **34. O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação.**

BECKER, Bertha K. **O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação.** Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Geociências, 1969. 123p. il. Tese (Concurso para Livre-Docência) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1969.

O norte do Espírito Santo, embora tenha participado da evolução econômica do Sudeste baseado no café, após 40 anos como fronteira agrícola não conseguiu superar o seu isolamento histórico e integrar-se efetivamente no "core" do País.

Com efeito, frente à história econômica do Brasil, a posição central na costa atlântica e acima da brecha do Rio Doce conferiu à porção capixaba, situada ao norte do Vale, uma condição periférica e um caráter de transição que lhe garantem a individualidade dentro do sudeste do Brasil.

O processo de transformação do espaço caracterizado pela substituição do café pelo gado indica que as relações "núcleo-periferia" apresentam uma contradição entre as vantagens econômicas que trazem para o país e a desvantagens econômicas e principalmente sociais que acarretam para a população regional.

O documento não foi resumido por tratar apenas da Região Norte do ES.